



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Davi Duarte dos Santos

Democracia e autocracia na obra de Florestan Fernandes

João Pessoa – PB

Dezembro de 2020

Davi Duarte dos Santos

Democracia e autocracia na obra de Florestan Fernandes

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência política e Relações internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito de obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira

João Pessoa – PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237d Santos, Davi Duarte dos.
Democracia e autocracia na obra de Florestan Fernandes
/ Davi Duarte dos Santos. - João Pessoa, 2020.
109 f.

Orientação: Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Capitalismo dependente. 2. Revolução burguesa. 3.
Autocracia. 4. Democracia. I. Oliveira, Luciana
Aparecida Aliaga de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 330.342.14(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO
DAVI DUARTE DOS SANTOS

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às quatorze e trinta horas, realizou-se por meio virtual (<https://meet.google.com/dhf-bead-ony>) a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "Democracia e autocracia na obra de Florestan Fernandes", apresentada pelo aluno Davi Duarte dos Santos, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, área de Concentração em Ciência Política, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira (PPGCPRI/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (PPGCPRI/UFPB) e Vera Helena Picolo Ceccarello (IFG). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: **APROVADO.** Proclamados os resultados pela Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira (Secretária ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 14 de dezembro de 2020.

Prof^a. Dr^a. Vera Helena Picolo Ceccarello

Marcelo B. P. dos Santos

Prof.Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos



Prof^a.Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira
Presidente da Banca

Agradecimentos

Para Alph, grande companheiro, ao qual os poucos homens justos do mundo lamentaram a prematura morte.

Esse trabalho não seria possível sem o apoio financeiro e psicológico de várias pessoas. Gostaria de agradecer a todos os meus familiares e amigos por todo o suporte necessário ao desenvolvimento dessa pesquisa, executar um ofício desse tipo pode ser muitas vezes exaustivo e nos levar ao esgotamento. Frente ao momento histórico atual, esse esgotamento não poderia ser evitado.

Gostaria de agradecer também a professora Luciana Aliaga pela dedicação e paciência, por nos momentos de dificuldade demonstrar apoio e humanidade. Foi graças a senhora que pude encontrar alegria nos debates e pesquisas nos grupos de estudos e eventos acadêmicos, os quais me levaram a crescer como cidadão e ser humano.

Por fim, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, que nas suas diversas abordagens teórico-metodológicas me ensinaram as dificuldades, bem como a riqueza, da formação intelectual.

RESUMO

A presente dissertação busca demonstrar a relevância de Florestan Fernandes e suas análises quanto ao desenvolvimento do capitalismo dependente para o exame crítico da democracia brasileira, bem como das suas respectivas particularidades. Para isso, analisa oito obras, sendo elas “Mudanças sociais no Brasil”, “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, “A Revolução Burguesa no Brasil”, “Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo”, “Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos”, “O que é revolução” e “Poder e contrapoder na América Latina”. Acreditamos poder acessar através dessas obras os fundamentos da interpretação de Florestan Fernandes quanto a situação histórica heterogênea da democracia brasileira, fruto da situação distinta que encontramos no processo de constituição de um país capitalista dependente. O objetivo é apresentar o percurso de Fernandes nas obras estudadas, relacionando autor, contexto, histórico e obra na intenção de elucidar as contribuições que o intelectual mencionado pode dar no entendimento das dificuldades da consolidação da democracia nacional, como também das forças autocráticas contrarrevolucionárias que comprimem o processo mencionando dentro do âmbito do interesse particularista das classes dominantes.

Palavras-Chave: Capitalismo dependente, Revolução burguesa, autocracia, democracia.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to demonstrate Florestan Fernandes' company and its analyzes regarding the development of dependent capitalism for the critical examination of Brazilian democracy, as well as its particularities. For that, it analyzes eight works, namely "Social changes in Brazil", "Society of classes and underdevelopment", "Dependent Capitalism and Social Classes in Latin America", "The Bourgeois Revolution in Brazil", "Notes on the Theory of Authoritarianism" ", "Brazil on hold: small writings ", "What is revolution "and" Power and counterpower in Latin America ". We believe that we can access in these works the fundamentals of Florestan Fernandes' interpretation regarding a heterogeneous historical situation of Brazilian democracy, as a result of the different situation that we find in the historical process of constitution of a dependent capitalist country. The objective is to present Fernandes' path in the studied works, relating the author, context, history and work with the intention of elucidating as contributions that the entrepreneurial intellectual can give in the understanding of the difficulties of the consolidation of national democracy, as well as of the counterrevolutionary autocratic ones that compress the process mentioning within the scope of the particularist interest of the dominant classes.

Keyword: Dependent capitalism, bourgeois revolution, autocracy, democracy.

Sumário

Introdução	01
História das Ideias e Ciência política.....	10
 Capítulo I – Particularidades do Capitalismo Dependente na obra de Florestan Fernandes	17
Os escritos da década de 1950: Industrialização e Democracia.....	20
O capitalismo em sua forma dependente.....	27
 CAPÍTULO II – Revolução burguesa, classes sociais e dominação burguesa sob o capitalismo dependente	42
Breves apontamentos sobre a “revolução brasileira”	44
Revolução, democracia e os intelectuais na sociedade brasileira: escritos da década de 1950.....	48
Os fundamentos interpretativos da “Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”	54
Por fim, a Revolução Burguesa ou Revolução Proletária?	70
 Capítulo III- Entre a democracia necessária e a autocracia preferida: Florestan Fernandes e a Revolução Democrática Brasileira	74
A “democracia possível”	79
Liberalismo político, Estado nacional e democracia restrita no Brasil.....	83
Centralidade do componente autocrático na sociedade brasileira e o papel das classes trabalhadoras na “democracia utópica”	92
Conclusão -	97
Referências -	101

INTRODUÇÃO

Especificamente no contexto histórico pertinente aos autores, conceitos e teorias abordadas por esse trabalho, a década de 1930 é importante, porque demarca o início dos estudos sobre os efeitos do Antigo Regime¹, considerados desagregadores em relação ao desenvolvimento de uma sociedade capitalista “moderna”. A questão na época era entender o desenvolvimento do Estado Moderno no Brasil, bem como de toda uma série de elementos sociais que, para sua efetivação, requereriam profundas transformações nas mais diversas estruturas da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimentismo, ou a problemática do desenvolvimento, referia-se a dois aspectos distintos, sendo *“um fenômeno do ‘mundo material’, ou seja, um conjunto de práticas de política econômica”*, – ao qual podemos remeter ao Estado desenvolvimentista brasileiro –, bem como também a *‘um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um conjunto de ideias que se propõem a expressar teorias, concepções ou visões de mundo”* (FONSECA, 2015, p. 8).

Cabe considerar, que tal divisão é principalmente metodológica, uma vez que estudar cada um desses aspectos, material e metafísico, são importantes dependendo do problema de pesquisa, no entanto, se buscamos entender o desenvolvimento nacional enquanto processo histórico, necessariamente devemos concebê-lo como um processo que carrega consigo noções específicas de civilização e sociedade, um processo que leva a profundos deslocamentos nas subjetividades coletivas e individuais frente as contingências de situações históricas específicas. Logo, dentro dessa perspectiva, compete ao pesquisador dedicado ao problema do desenvolvimento nacional apreender como as dimensões objetivas e subjetivas interagem nos processos de transformação social.

Mesmo que só apenas tardiamente, em relação aos seus pares, Florestan Fernandes (1920-1995) tenha começado a se ocupar do problema do

¹ Segundo Fernandes, o “Antigo Regime” compreende o início do período colonial até o final do Império brasileiro com a proclamação da República. Pode-se afirmar que a principal característica em comum dessa fase, que compreende dois momentos distintos, a colônia e o Império, é a escravidão como elemento social dinâmico.

desenvolvimento, poucos foram os autores que deram tantas contribuições não só à teoria política, mas também, no desenvolvimento de instrumentos conceituais capazes de apreender aspectos estruturais-dinâmicos que permeiam a realidade nacional. Concordando com IANNI (1996), Florestan estabelece um novo momento na história da sociologia brasileira. A envergadura de suas obras o coloca como um par entre os clássicos da disciplina sociológica, que, como nos diz ARRUDA (1995, p. 144), “buscou realizar a tarefa que coube a Durkheim e a seus discípulos na França: assentar as bases da Sociologia acadêmica” na sociedade brasileira. Nesse sentido, encontramos nos seus escritos essa dupla preocupação: a busca por um rigor teórico metodológico na construção das análises sociais, associada por uma prática de pesquisa voltada à intervenção racional na realidade social. Essa dupla perspectiva evidencia uma articulação central no pensamento do autor: a articulação da análise entre “padrões e dilemas”. “A questão da ciência, do rigor metodológico vincula-se nele, portanto, à da cidadania, ou seja, da intervenção sempre atuante na realidade” (COHN, 1986, p. 126). O sociólogo na periferia é, para ele, um agente militante da democracia. Ciência e transformação política (ação militante) são junções naturais à prática sociológica e que levam os cientistas sociais nas condições brasileiras a serem “sociólogos militantes” (ARRUDA, 1995, p. 160-165).

A intervenção racional na realidade está intimamente ligada à postura intelectual proposta por Florestan e sua vinculação com a política. A pesquisa sociológica rigorosa garante os instrumentos necessários para entender os processos sociais automáticos ou dirigidos. A ação sobre tais processos sociais se constituiriam como “uma intervenção, uma mobilização de atividades e de habilidades que remete ao tema do controle, mas trata-se de um controle sobre processos sociais em termos de uma preocupação também inseparável no caso, que é a da democracia” (COHN, 1986, p. 127). Esse é um dilema padrão que se encontra nas obras do autor, em determinados momentos se propõe a ser mais sociólogo que militante, em outros, mais militante que sociólogo, sem, no entanto, deixar haver uma continuidade entre os dois. O inovador no autor é “essa tentativa de ser rigorosamente sociólogo, essa convicção de que o sociólogo tem algo a dizer que é específico dele, mas ao mesmo tempo essa

recusa de qualquer orientação que leve o sociólogo à posição de especialista (...)” que apenas tem algo a dizer sobre sua área (COHN, 1986, p. 140). Isso implica que o sociólogo tem algo a dizer como cientista rigoroso e como cidadão, seu objeto torna as orientações de pesquisa em orientações práticas/políticas e isso, lembrando, é um “*padrão*” e um “*dilema*” na obra de Florestan.

Curiosamente o dilema como elemento distinto era, e continua sendo, também uma característica dos processos de modernização social, institucional e econômicos da nação, que se aceleram a partir da década de 1930, e representaram a crise das relações sociais tradicionais que se amparava em relações extra institucionais como origem, família, raça e religião. Logo, o processo que se desenvolvia na época se manifestava no conflito entre modos de pensamento e estruturas do antigo regime com formas capitalistas de desenvolvimento. Conflito esse marcado pela oposição entre os ainda persistentes elementos do passado e o impulso em direção ao “Estado Novo”, bem como a construção de instituições políticas liberais que acompanhavam o crescente desenvolvimento econômico em base industrial.

Em um contexto de transformações significativas, Florestan Fernandes, apresenta em seus estudos sobre métodos de pesquisa, na análise e elaboração de teorias e conceitos, ou na crítica do papel do intelectual e ação política-intelectual, um esforço notável para constituir uma reflexão na qual os debates teóricos próprios das ciências sociais extrapolassem as discussões restritas à disciplina e encontrassem uma conexão prática com a formação de uma sociedade democrática. Como afirma Arruda (2010, p. 11), “o perfil do cientista social compôs-se no encontro entre essas diversas tradições, que pressupôs o ensino sistemático das disciplinas em moldes científicos e o envolvimento com as questões públicas do país”.

Tendo em vista esta discussão, o que ocupa o presente trabalho é compreender dentro da obra de Florestan Fernandes como a centralidade da revolução democrática e do componente autocrático se desenvolvem e articulam no pensamento do autor. Nesse sentido, o que se busca é por meio de uma análise do pensamento político de Fernandes, compreender os elementos sociais e políticos que conformam a democracia brasileira em seus limites e feições estruturais autocráticas.

Nas primeiras décadas da atuação de Fernandes como sociólogo, suas obras estão voltadas ao tratamento da sociologia como ofício científico, suas teorias, métodos e especificidades em âmbito institucional (cf. ARRUDA, 1995; PORTELA, 2013). As preocupações sociológicas desse período são importantes, mas não são centrais para o objetivo deste trabalho, uma vez que não se pretende um estudo do conjunto da obra do autor, mas dos conceitos de democracia e autocracia, o que não eram preocupações centrais nos escritos dessa fase, que se conserva até o final da década de 1950.

A obra que primeiro emerge dentro da preocupação específica desse trabalho é *“Mudanças sociais no Brasil”*, uma compilação de doze ensaios escritos entre 1946-1959, que tratam de temas variados. Dentro dos mais diversos ensaios, dois textos podem ajudar na compreensão dos conceitos chave deste trabalho, são eles: *“Obstáculos Extraeconômicos à Industrialização no Brasil”* e *“Existe uma crise da Democracia no Brasil?”*. O que importa nesse momento introdutório é notar que esses dois textos carregam a base interpretativa do autor sobre a democracia e o autoritarismo, poderíamos interpretar os problemas da industrialização como fatores de origem política, especificamente quanto às “disfunções” da democracia no Brasil, por conseguinte, o desenvolvimento da democracia não representa apenas o aprimoramento técnico-burocrático das instituições políticas característica dessa forma política, mas um processo de transformação sociocultural profundo (FERNANDES, 2013 [1954]).

A articulação entre desenvolvimento capitalista integrado e desenvolvimento da democracia (ou ausência dele) é o elemento que permeará todas as obras seguintes de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento brasileiro, nesse sentido são esses fatores que se articulam na “análise sociológica do subdesenvolvimento” (FERNANDES, 2008). Em suma, as pesquisas voltam-se agora ao entendimento dos processos históricos e dos agentes sociais envolvidos na constituição da “civilização industrial no Brasil” (ARRUDA, 2010, p. 19). A implicação dessa análise para o autor é que os dilemas do desenvolvimento econômico e democrático são tratados como problemas análogos à formação de uma “ordem social” que condiz com a dinamização interna do capitalismo, logo a superação do subdesenvolvimento

não era uma questão de atingir determinada etapa capitalista nos moldes europeus, mas sim de entender e transformar as condições e obstáculos à concretização dessa ordem dentro das condições da sociedade brasileira. O problema central nessa fase de seus escritos é o “das possibilidades, dos obstáculos, dos dilemas na constituição da ordem social competitiva” (COHN, 1986, p. 136), ou seja, “uma ordem social em que os mecanismos de organização e funcionamento dos processos sociais assegurem a possibilidade de acesso universal a meios, recursos e instrumentos” (COHN, 1986, p. 135).

Ao caracterizar a sociedade capitalista brasileira como uma forma societária que carrega um ordenamento social específico, Fernandes permite tratar o problema em diversos âmbitos do sistema social, digo, não é um estudo da política, ou da economia ou da cultura ou da história, mas um estudo que abrange todos os elementos inerentes a um ordenamento social específico e que não se resume a estudos de sistemas isolados, mas a um entendimento amplo dos elementos estruturais e dinâmicos que socialmente compõe um todo. Logo, a democracia era vista com uma possibilidade no horizonte da sociedade brasileira, mas a permanência de elementos do Antigo Regime pressupunha entraves históricos que necessitavam de intervenções racionais com vistas ao ajustamento da sociedade brasileira às dinâmicas típicas de uma ordem competitiva. Para o autor, faltava ainda para a sociedade brasileira o seu ator principal: o cidadão (cf. SOUZA, 2007, p. 86; PORTELA, 2013, p. 45; COHN, 1986, p. 136).

Quando toma como problema de pesquisa o desenvolvimento nacional, Florestan Fernandes empenha-se no estudo da formação da sociedade capitalista brasileira com vistas a apreender os contingentes históricos, os atores envolvidos nos processos de transformação social, não esquecendo das ideologias e práticas sociais, que deram base às transformações na sociedade nacional. Observando essa tríplice preocupação, suas interpretações buscam compreender a relação entre os padrões vigentes, as oportunidades e limitações inerentes aos padrões e aos agentes históricos específicos que têm capacidade para empreender processos de transformação na ordem social.

Assim sendo, quanto ao problema da ordem social competitiva, pode-se observar que para Fernandes, a sociedade brasileira encontra no seu princípio

problemas econômicos de ordem material, mas a análise dos processos formativos do capitalismo revela que a questão do subdesenvolvimento não é fundamentalmente de ordem material, mas sim política. Uma vez que no desenvolvimento capitalista nacional não é possível encontrar o agente necessário à integração e dinamização da ordem competitiva, tal ordenamento não encontra sua plena integração nos vínculos políticos e morais em âmbito nacional. Dessa dupla leitura – estrutural e dinâmica – o autor mostra que dentro do processo histórico brasileiro não se constituiu plenamente o agente social necessário à efetivação do capitalismo como medida do ordenamento social. “É uma sociedade que se organiza em termos capitalistas, mas não engendra essa burguesia” (COHN, 1986, p. 143). A centralidade no aspecto heteronômico do processo capitalista brasileiro marca a conclusão dessas indagações com sua ruptura teórica com os ideais do desenvolvimentismo dentro de uma concepção etapista² e uma crítica profunda aos potenciais sociais da democracia liberal capazes de integração e desenvolvimento da sociedade nacional (cf. CASTELO, 2012).

Em virtude da nossa origem histórica, dos vínculos sociais e morais entre as classes e da racionalidade econômica das elites, o capitalismo se desenvolveu distintamente aos casos clássicos europeus. Enquanto nesses a democracia emerge como elemento de dinamização e estabilidade da acumulação capitalista, nos países periféricos ela é um elemento indesejado pelos grupos dirigentes. A implicação disso é que a burguesia interna concebe a democracia como uma ameaça a sua posição privilegiada, ao mesmo tempo em que mantendo seus privilégios, provoca uma crise permanente do seu próprio poder. Logo, onde a burguesia não aceita a socialização dos direitos econômicos e políticos, o que se constitui é uma sociedade regida por relações autocráticas nas quais as elites dirigentes constituem uma “*democracia restrita*” e “usam” do Estado para manter uma posição privilegiada internamente, mas ainda dependente externamente. Nesse contexto, o subdesenvolvimento não é uma

² O adjetivo “etapista”, como discutiremos a seguir, se refere a concepção de que o desenvolvimento social cumpriria uma trajetória universal, que deveria passar por “etapas”, que se desenvolveriam linearmente cujo ponto inicial seria uma sociedade pré-capitalista (feudal), passando pela revolução democrático-burguesa, até chegar a uma revolução socialista.

condição atrasada ou anormal, mas a própria possibilidade de manutenção do capitalismo dependente e da elite atrelada a ela.

“Nesse movimento, a dominação burguesa autocrática aparece como requisito essencial para o próprio desenrolar da revolução burguesa; no nosso contexto periférico e dependente, portanto, esse processo não poderia conduzir a uma democracia burguesa nos moldes clássicos, liberais” (PORTELA, 2013, p. 83).

Ao tratar do capitalismo dependente como forma econômica específica dos países subdesenvolvidos, Fernandes revela que sob a forma dependente o regime capitalista assume feições autoritárias, mesmo na presença de formas institucionalmente democráticas de gestão do poder. Isso poderia auxiliar as explicações, por exemplo, nas formas autoritárias de controle estatal encontrados em territórios marginalizados, onde o Estado só se apresenta pelo som dos fuzis. Ao mesmo tempo, justifica o tratamento distintivo da alta burocracia e dos agentes políticos, bem como dos indivíduos ou grupos com grande poder econômico, pelas instituições políticas e judiciárias. Se constituiria assim um Estado de direito no qual, uma parcela minoritária da população que detém poder político e econômico, gozaria de direitos excessivos, enquanto todas as outras classes viveriam sobre o julgo do dever de obediência.

Contextualizados de forma geral o debate e o autor aqui tratados, podemos encontrar nas obras publicadas pelo autor a partir da década de 1960 uma base sólida para delimitar o problema específico da democracia no seu pensamento, bem como os elementos teóricos conceituais passíveis de aplicação interpretativa na atualidade. Para atingir tal objetivo, estará dividido em três capítulos, que tratarão de forma específica dos elementos fundamentais ao entendimento das noções de democracia e autocracia no pensamento de Fernandes. Nesse sentido, o primeiro capítulo será dedicado ao debate sobre o capitalismo dependente, descrevendo como dentro do debate acerca do desenvolvimento, essa tipificação do capitalismo tem forte impacto na forma que Fernandes a utiliza como elemento geral da constituição do Estado brasileiro e suas elites, como também, da conexão entre esse debate e a estrutura de uma sociedade de classes. No segundo capítulo, uma vez apresentadas as especificidades socioeconômicas e seus efeitos na ordem social competitiva,

será apresentada a Revolução Burguesa no Brasil, ou seja, a revolução burguesa no contexto do capitalismo dependente. Tal debate irá aprofundar as conexões feitas pelo autor entre os papéis dinâmicos e estagnantes entre a democracia e da autocracia dentro do contexto capitalista e dependente, sem esquecer evidentemente do papel ocupado pela burguesia interna na transformação ou manutenção da ordem. Por fim, o terceiro capítulo buscará abordar especificamente o que democracia e autocracia significam na obra de Florestan, a contribuição de sua interpretação para o entendimento de fatores estruturais-dinâmicos, as limitações encontradas pelas classes sociais na esfera política, bem como o contraste dessa interpretação com fatos objetivos da sociedade brasileira hoje.

Nesse último capítulo, em especial, buscamos evidenciar, a partir de Fernandes, o contraste entre as possibilidades históricas e sociais das nações centrais, que controlam os fluxos de desenvolvimento, com a condição e as possibilidades de um país que é fruto do Antigo Sistema Colonial. Para o autor é necessário “identificar e diagnosticar de que maneira determinados atores decisivos, em tais momentos da história do Brasil, em tais segmentos da sociedade, não preenchem plenamente os papéis que lhes estariam reservados” (COHN, 1986, p. 144). É nesse sentido que Florestan Fernandes permanece atual, e por isto mesmo um clássico.

Essa breve introdução visa contextualizar os conceitos e o autor dentro do debate do desenvolvimento nacional que por sua amplitude nos permite discutir os conceitos de democracia e autocracia na sociedade brasileira. É fundamental entender que os *déficits* do desenvolvimento socioeconômico e democrático no Brasil têm profundas relações entre si e não são elementos transitórios de um estágio anterior no desenvolvimento capitalista. Considerando as possibilidades nacionais, a forma dependente do capitalismo empreende estruturas dinâmicas específicas e que devem ser analisadas tanto em seu caráter construtivo para as elites, quanto desagregador para nação. O que Florestan Fernandes nos ensina é que compreender os tipos clássicos de revolução burguesa e sociedade capitalista como formas ideais é fundamental para entender nosso horizonte cultural e certas lições históricas, mas deve-se sempre considerar que todas as técnicas, instituições e valores sociais são

distintamente absorvidos e dinamizados dentro da realidade específica nacional. Acreditar na repetição da história é ignorar as profundas diferenças entre os processos constitutivos das nações e do capitalismo na Europa e a posição ocupada pelas nações de origem colônia dentro desse processo de desenvolvimento.

A trajetória do autor segue o exemplo de muitos outros intelectuais brasileiros de sua geração. Poucos são os que se mantiveram apenas no plano acadêmico e, em geral buscou aplicar suas reflexões à sociedade brasileira na tentativa de resolver a questão ainda presente hoje: o que constitui uma nação e como entender os elementos específicos da nação brasileira? Em 1950 vivenciava Fernandes um período no qual as velhas promessas de uma sociedade democrática começavam a ser tensionadas rumo a aplicações práticas efetivas. Associada a essas necessidades que então transformavam os horizontes de ação, estava uma intelectualidade mais plural e especializada, interessada na participação nesse momento histórico tão intenso da sociedade brasileira (ARRUDA, 2010).

Devem ser destacadas duas especificidades dos escritos do autor na transição e na sua fase militante. Primeiro, quanto ao estilo de escrita predominantemente ensaístico, é evidente que tal formato carrega insuficiências explicativas, no entanto, devemos notar que mesmo utilizando de um estilo mais livre, o autor não deixa nunca de imprimir em suas palavras uma densidade sociológica surpreendente. Logo, mesmo não produzindo uma formulação teórica sistemática, a análise é rigorosa e objetiva. Por outro lado, o que se pode criticar é exatamente a ausência de explicações históricas e conceituais detalhadas em textos tão densos e complexos, ausência essa que por sua vez, requisita do leitor grande carga teórico-conceitual.

Duas hipóteses são centrais nesse trabalho. A primeira é que nas obras de Florestan Fernandes a definição de democracia parte das condições reais da sociedade brasileira, mas não está sistematicamente formulada, isto é, partimos da hipótese de que há elementos importantes para a formulação de uma teoria da democracia periférica no interior da formulação sobre o capitalismo dependente na obra do autor. Ou seja, Fernandes nos fornece uma interpretação que pode nos permitir debater a democracia a partir da periferia, contribuindo

para a formulação de um pensamento político não eurocêntrico. A segunda hipótese pressupõe que, em virtude da sua conexão com as dinâmicas do capitalismo dependente nunca superado no Brasil, os conceitos de democracia e autocracia encontram na obra do autor uma dimensão explicativa extensa, assim sendo, se bem contextualizados, podem ajudar a explicar tanto o período histórico vivido pelo autor, quanto o presente.

Em uma perspectiva geral, no entanto, as obras das décadas de 1960 e 1970 serão tratadas em sua completude, articulando-se entre as temáticas do Capitalismo Dependente, da Revolução Burguesa no Brasil e da emergência dos elementos autocráticos e democráticos no processo histórico brasileiro. Nesse sentido, buscamos tratar o Capitalismo Dependente como uma categoria fundamental para o entendimento da sociedade brasileira. Fundamental não porque tem a pretensão de abarcar completamente todos os casos singulares, mas porque permite a incorporação de novos atributos na realidade nacional, sem que com isso perca seu núcleo interpretativo principal. Isso implica dizer que tal categoria tem um equilíbrio entre a extensão de sua explicação e a densidade da mesma (FONSECA, 2015), ou seja, podemos utilizar tal categoria para tratar da democracia e da autocracia na sociedade brasileira sem que com isso a condição dependente se modifique. Pelo contrário, o que se pretende mostrar é que as teorias da democracia é que precisam se ajustar para compreensão do capitalismo brasileiro.

História das Ideias e a Ciência Política

O método de análise teórica aqui utilizado para compreender o pensamento de Florestan Fernandes é o da História das Ideias. Segundo Silva (2015), a pesquisa histórica sobre as ideias e o pensamento presenciou no século XX diversas abordagens teóricas e metodológicas, entre as quais podemos destacar três de maior relevância. A primeira, refere-se a abordagem das “ideias-unidade” de Arthur Lovejoy; a segunda ao “contextualismo linguístico” de Quentin Skinner; e por fim, a “abordagem dialógica” de Dominick LaCapra (cf. SILVA, 2015, p. 6 e 7). No quadro mais geral, a distinção fundamental quanto a relação entre história e ideias entre os autores é que para

Loverjoy as ideias teriam um caráter ontológico, na qual independeriam dos processos históricos, já para os outros dois autores, as ideias encontrariam significado dentro do processo ativo de produção e recepção dos sentidos (Idem, p. 7 e 8)

Quanto a Arthur Loverjoy, toda sua metodologia está pautada na descoberta de “ideias-unidades”, sistemas de pensamento que influenciariam de maneira determinante a história. A justificativa da existência dessas ideias encontraria coesão em três elementos. O primeiro, refere-se à existência de formas de pensamento hegemônicas em épocas determinadas, fazendo com que existam maneiras de pensar que pareçam naturais, ou típicas de uma época. Nesse sentido, seria possível identificar o pensamento de um determinado período histórico e como ele influenciou o desenvolvimento de determinada teoria ou sociedade (Idem, p. 17). O segundo ponto, refere-se à tendência das ciências em construir suas teorias em sistemas filosóficos que o pesquisador pode identificar. Toda teoria parte de uma tradição, essa tradição conteria dentro dela “ideias-unidades”, o que justificaria a centralidade dessas ideias no estudo histórico do pensamento.

Essa perspectiva não considerava, entretanto, que esses pensamentos seriam frutos de uma relação social entre elementos políticos, econômicos e culturais que definiriam em grande parte os sentidos, bem como a legitimidade de uma determinação concepção. Coube a Loverjoy o papel de consolidar a especificidade da história das ideias, seu objeto e espaço institucional enquanto método. No entanto, uma vez que ele buscava reduzir os sistemas filosóficos a “ideias-unidades”, não levava em consideração que essas ideias não tinham necessariamente o mesmo sentido, ou seja, não representavam a mesma coisa em sua manifestação na realidade. Foi na guisa dessa crítica que, nas décadas de 1960 e 1970, a História das Ideias passou por um processo de renovação no qual Quentin Skinner merece destaque.

Foi das críticas a história das ideias propostas por Loverjoy que a “Escola de Cambridge” promoveu uma renovação na disciplina. “Esta escola procurou abrir um campo de reflexão para uma história das ideias fortemente contextualizada e atenta à singularidade das situações históricas onde as ideias e os pensamentos são produzidos” (SILVA, 2015, p. 12). A “teoria dos atos de

fala”³ foi a principal inspiração para esta escola. Segundo Jasmin (2005), Skinner foi um dos autores que buscou debater a questão do contexto no estudo da história das ideias, por conseguinte, para esse autor, o anacronismo era fruto de mitologias históricas construídas pelos pesquisadores.

Uma mitologia poderia ser observada na tentativa de determinado autor em reconhecer nos autores clássicos algo relacionado a sua pesquisa, confundindo seu contexto histórico e suas motivações com a dos autores estudados (mitologia das doutrinas). Um segundo caso de mitologia é quando o pesquisador busca dar coerência a textos de autores clássicos que não deixaram claro suas crenças (mitologia da coerência) (SILVA, 2015).

Para esse autor, pesquisadores como Loverjoy, buscando a realização das suas ideias imputavam aos autores do passado interpretações que possivelmente não seriam possíveis dentro dos limites culturais, teóricos e políticos da época. No entanto, uma vez que a obra era fruto de uma ação, ela só poderia ser compreendida no contexto no qual tal ação se desenvolveu e na observação sobre qual propósito se direcionava a obra. Ao trazer o foco de análise para a ação, Skinner deixou de analisar as sentenças para buscar entender o uso da linguagem na obra estudada, entendendo esse uso com o ato intencional, apoiado no uso de estilos e normas, tendo finalidades específicas (cf. JASMIN, 2005).

O contexto no qual a ideia se desenvolve é que seria elemento fundamental de análise da história das ideias, “Uma metodologia para a história das ideias deveria estar focada na busca da intenção autoral do escritor contido na obra por meio do estudo do universo linguístico na qual ele estava imerso no momento que escreveu” (SILVA, 2015, p. 16). Dentro dessa perspectiva, a Ciência política ganha em termos de profundidade analítica, em especial por considerar que as ideias não são um elemento puramente objetivo, colocando em questão as motivações políticas e culturais do autor o qual se analisa.

³ “A teoria dos Atos de Fala possui em John Austin e John Searle importantes referências e foi desenvolvida com o objetivo de esclarecer a tese de Wittgenstein de que a significação das expressões linguísticas consistiria em seu uso. Os atos de fala seriam os seguintes: a) ato locucionário como o ato de dizer; b) ato ilocucionário como aquilo que fazemos ao dizer; c) ato perlocucionário como aquilo que provocamos pelo fato de dizer” (cf. SILVA, 2015, p. 12).

A inserção da história e sua aplicação no estudo das ideias apresenta potenciais interpretativos importantes no tocante ao entendimento dos processos de longa duração atrelados as transformações socioculturais, na análise da relação da construção e significação de um conceito em processos e tempos históricos distintos e como potencial fonte de dados objetivos, capazes de fornecer elementos objetivos para a sustentação de teorias em elaboração. Seria esse o caso do conceito de “democracia”, na qual dentro dessa perspectiva encontraria seu significado em um debate historicamente contextualizado e limitado pelas possibilidades de determinada sociedade (BOLÍVAR et al, 2005).

Nessa lógica, o texto ganha um caráter político e social, no qual tanto o pesquisador quando os textos pesquisados mantêm uma relação dialógica. O texto teria um contexto, um objetivo político e um objetivo teórico, o pesquisador por sua vez, buscaria acessar e compreender esses elementos a partir da relação entre o presente desenvolvimento teórico e social com as características que encontrava na época que o escrito estudado foi elaborado.

Essa última perspectiva teve como principal expoente LaCapra, que defendia que o estudo do texto desenvolve-se como um processo de diálogo no qual o pesquisador interage com o texto, observando sempre as distâncias de aproximação e afastamento entre ele e seu objeto. Dessa forma, para ele o processo de pesquisa é dialógico, um diálogo entre **o que está dentro do conceito e o que está fora dele** associado com seus processos de interação com a linguagem e o mundo (SILVA, 2015). Nesse sentido, LaCapra defende seis possibilidades relacionais entre texto e contexto. Primeiro, as relações entre as intenções do autor e o texto, na qual Quentin Skinner é um importante representante dessa abordagem, que supõe uma relação de propriedade entre autor e texto. Segundo, a relação entre a vida do escritor e o texto, a qual parte da suposição de que existe no texto elementos da vida do autor que poderiam reforçar ou contrapor a obra; terceiro, a relação entre sociedade e texto, onde assim como a vida pessoal do autor é importante, a influência da sociedade sobre a vida e a obra é um dado significativo; quarto, a relação entre a cultura e o texto, o texto é um elemento que é apropriado culturalmente por grupos distintos e de maneiras distintas; quinto, a relação do texto com o conjunto da obra do escritor, o texto se relaciona com outros textos do mesmo escritor ou de

outros intelectuais, compondo assim movimentos de ruptura, continuidade ou síntese em um determinado debate; e por fim, a relação entre modos de discurso e textos: O texto é composto por estilos e convenções que deveriam ser foco de análise.

Dento do presente trabalho, os cinco primeiros elementos acima citados são pontos fundamentais de análise, a partir dos quais buscamos compreender o contexto histórico, as aspirações políticas e teóricas que envolvem a vida e obra de Florestan Fernandes. Consequentemente, o trabalho aqui realizado se insere nas linhas de pesquisa em Teoria e pensamento político, utilizando o método da história das ideias, e tem como material bibliográfico as produções acadêmicas de Fernandes, bem como as análises de seus intérpretes e comentadores. Para consecução dos nossos objetivos, não abordaremos toda a obra do autor, mas apenas um período específico de seus escritos sobre capitalismo dependente.

Nesse longo quadro de transformações no campo da história das ideias encontramos um quarto autor que merece menção em virtude da sua “história conceitual. Tendo como expoente Reinhart Koselleck, a recomendação metodológica básica da História dos conceitos era a de que deveria se buscar compreender o passado através dos elementos característicos do momento histórico analisando levando também em consideração as motivações do presente em que a pesquisa foi formulada. Por defender a contextualização como elemento metodológico básico, Koselleck se aproxima de Skinner, mas não se restringe ao contexto ou a intencionalidade sincrônica. Koselleck buscava observar que as ações discursivas ou a elaboração conceitual, constituía ao longo de seu desenvolvimento histórico uma tradição interpretativa que não poderia ser analisada apenas pela contextualização dos conceitos, mas sim por uma relação entre os diversos contextos de transformação do conceito e a tradição histórica com a qual ele se associava. Logo, a tradição da História dos conceitos buscava entender como a recepção de uma categoria em tempos distintos empreendia transformações no significado das ideias do passado (cf. JASMIN, 2005).

O que há de inovador em Koselleck é que tanto as estruturas sociais historicamente em transformação, quanto a linguagem que a exprimem, são

elementos fundamentais de análise. Logo, o ponto inovador é que tanto as estruturas sociais historicamente em transformação, quanto a linguagem que a exprimem, são elementos fundamentais de análise.

Considerando os elementos metodológicos apresentado, analisaremos uma parte específica das obras de Florestan Fernandes. Como dito anteriormente, as primeiras produções do autor não tratavam do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Se buscarmos uma divisão do pensamento do autor podemos ter, segundo ARRUDA (2010), quatro momentos. O primeiro se destaca por trabalhos que buscavam focar na aplicação de métodos de pesquisa voltados ao estudo etnográfico, são obras que expõem pesquisas empíricas sobre tal questão. A obra de maior monta nessa fase é “*A organização social dos Tupinambá*” (1947), sua tese de mestrado. Em um segundo momento, o autor dedica-se à função de professor e às produções que visavam consolidar o papel do cientista social na sociedade brasileira, uma vez que esta era uma atividade nova no Brasil e carecia de legitimidade social para a efetivação do seu papel de auxiliar nos processos racionais de transformação social. Uma obra expressiva dessa segunda fase é “*Fundamentos Empíricos da explicação sociológica*” (1953).

O terceiro e quarto momentos que compreende o recorte bibliográfico específico desse trabalho, se iniciam especificamente no final da década de 1950 e início de 1960. Na terceira “fase”, Florestan começa a utilizar instrumentos teóricos conceituais da sociologia para o entendimento da realidade brasileira com vistas a contribuir nos processos de desenvolvimento nacional. Destacamos nesse momento “*Mudanças sociais no Brasil*” (1959) como uma obra de importância basilar. Por fim, em sua quarta “etapa”, a partir de 1970, Florestan radicaliza sua atividade militante e busca empreender uma análise crítica em profundidade da sociedade nacional, destacando a necessidade da revolução democrática pelos trabalhadores, realçando a autocracia como resultante da revolução burguesa no capitalismo dependente. Nesse cenário, entre as obras estudadas também temos, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* [1967], *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* [1973], *A Revolução Burguesa no Brasil* [1966/1973-1974], *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, *Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos*

[1973-1979], O que é revolução [1981] e Poder e contrapoder na América Latina [1981].

No entanto, embora essa caracterização seja precisa na delimitação das obras, não acreditamos que elas se apliquem ao contexto do presente trabalho. A questão democrática foi um elemento central na construção de Florestan Fernandes como cidadão e pesquisador-professor. Mesmo antes do tema “democracia” se tornar central em suas obras, o autor se envolveu em diversos movimentos que visavam uma educação democrática e pública (PORTELA, 2013). Este trabalho propõe que o pensamento do autor estudado é marcado não por períodos ou momentos, mas por transições caracterizadas por uma postura cada vez mais radical. As fases representam muito mais os aspectos que articulam o pensamento do autor em momentos específicos, dentro do contexto maior que seria a elaboração de uma sociologia militante pela democracia.

Capítulo I – Particularidades do Capitalismo Dependente na obra de Florestan Fernandes

Neste capítulo busco expor a interpretação acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro empreendida por Florestan Fernandes entre as décadas de 1950 e 1974. Acreditamos que dentro desse período, bem como nas obras analisadas, podemos encontrar os elementos fundamentais da interpretação do autor quanto ao capitalismo dependente. O que se procura demonstrar é o crescente refinamento da caracterização do capitalismo em sua forma dependente, forma essa que, como poderemos observar, apresenta estruturas e dinâmicas distintas dos casos clássicos europeus.

A princípio, é necessário considerar que o capitalismo é um processo histórico que surge na Europa e que na sua expansão como prática social funda novas formas de sociabilidade e as insere dentro das suas dinâmicas de acumulação. É precisamente por isso que não se trata de um elemento restrito aos países europeus, mas sim um complexo de instituições, valores e práticas que constituem novas formas de produção da vida, transformando assim, a estrutura das relações sociais em escala internacional.

Quanto ao caso brasileiro, essas novas práticas sociais se desenvolvem dentro de um contexto social distinto, pois, o Estado Moderno que se apresenta como problema ao autor é um Estado que emerge das condições histórico-sociais particulares de uma sociedade de origem colonial. Tendo isso em mente, a análise do processo histórico que deu origem ao Estado Moderno nacional, digo, o desenvolvimento do capitalismo, deve ser calibrado com as estruturas e agentes sociais que emergem do antigo sistema colonial e acompanharam a constituição desse Estado articulados aos processos gerais de transformação global do modo de produção capitalista.

Considerando os aspectos gerais da expansão do capitalismo e a particularidade de seus desenvolvimentos nacionais, devemos apontar que as décadas de 1950, 1960 e 1970 se destacaram como momentos de grande efervescência nos debates sobre o desenvolvimento especificamente dos países latino-americanos. Os antecedentes históricos entre 1920 e 1940 revelam aspectos importantes nas dinâmicas sociopolíticas internas no Brasil que

possivelmente contribuíram para a formação de uma nova agenda de pesquisa pautada no problema do desenvolvimento nacional. Segundo Boris Fausto (1995), diferente dos anos posteriores à Proclamação da República e suas políticas de imigração, entre esses anos o que se observou foi uma redução do fluxo imigratório e um aumento do fluxo migratório interno no Brasil (cf. FAUSTO, 1995, p. 390).

Paralelamente, quanto ao aspecto econômico, a crise mundial de 1929, conhecida como “Grande depressão”, promoveu um reordenamento das forças produtivas internas, em especial por causa da crise de superprodução do café. Em virtude do ambiente econômico interno e externo, o que se observou foi um aumento no processo de substituição de importações e de aproveitamento da capacidade ociosa da indústria nacional. O maior índice de crescimento industrial pôde ser observado entre os anos de 1933 e 1939, em paralelo com as reformas jurídicas e institucionais empreendidas pelo governo provisório de Getúlio Vargas (1930- 1933) e o Estado Novo (1937- 1945). Outro elemento importante a ser destacado é o aumento da produção agrícola voltada ao mercado interno e a diversificação da indústria (cf. FAUSTO, 1995, p. 392 e 393).

No entanto, em 1945 o presidente Getúlio Vargas é deposto por militares e liberais, marcando assim o fim do Estado Novo e o início do “período democrático” (1945- 1964). Em uma breve síntese, o que define este momento é uma forte instabilidade institucional, em especial pela atuação de militares na escolha e legitimidade de candidatos e a perseguição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido esse que detinha forte apoio eleitoral nos centros urbanos e em algumas centrais sindicais (cf. FAUSTO, 1995, p. 397, 398, 401, 402, 403).

Em resumo, desde de 1920 o que se pode observar são profundas transformações nas bases econômicas e sociais brasileiras, que no decorrer das décadas de 1940, 1950 e 1960 davam sinais de esgotamento, o que levou a construção de agendas de pesquisa sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento econômico. Nos importa ressaltar aqui que nesses debates, a elaboração teórica buscava explorar a formação econômica, histórica e social como elementos centrais para a análise e condução dos processos de mudança.

É à guisa dessas inquietações que o subdesenvolvimento e a revolução nacional emergem como temas históricos (cf. FERREIRA e GODOY, 2019).

O que os intelectuais dessa época guardam em comum é a busca por romper tanto com o pessimismo que julgava a sociedade brasileira fadada ao papel de produtora agrícola, quanto os ufanismos que exaltavam uma sociedade idealizada nos casos europeus, mas pouco real enquanto processos de transformação social efetivos rumo a industrialização e a democratização. Essas são perspectivas clássicas nos debates sobre a sociedade brasileira, mas que em 1950, com o desenvolvimento das universidades e cursos de ciências sociais criados na década de 1930, ganhou um aparato institucional e intelectual mais elaborado.

Nesse sentido, uma das mais importantes iniciativas intelectuais para o entendimento e superação do subdesenvolvimento foi a CEPAL (Comissão econômica para a América Latina e o Caribe), criada em 1948. Essa instituição defendia que políticas bem estruturadas de industrialização e substituição de importações pelo Estado brasileiro seriam capazes de empreender um processo de intensificação do modo de produção capitalista. Ademais, a política desenvolvimentista em vigor desde da “Grande depressão” ganhou com a CEPAL um aparato teórico específico para pensar subdesenvolvimento e desenvolvimento (cf. FONSECA, 2015, p. 8.). O que delineia a especificidade do pensamento desenvolvimentista é sua concepção estrutural com vistas a superação do subdesenvolvimento que, pautados em uma concepção de progressivo aprimoramento “natural” das forças produtivas, defendiam que a economia brasileira era característica de um país novo, necessitando apenas de um guia de ação capaz de intensificar a industrialização (cf. FONSECA, 2015, p. 23).

Embora proeminente, as concepções desenvolvimentistas tinham como principal corrente crítica as Teorias da dependência, as quais destacavam que quanto maior fosse o grau de desenvolvimento e acumulação de capital internos, era também igualmente maior o valor apropriado a partir de fora, existindo assim uma relação de dependência dinâmica entre o mercado interno e eterno. Pautado pela perspectiva das trocas desiguais entre centro-periferia, os autores

tentavam elucidar as dinâmicas do capitalismo no Brasil e sua constituição histórica dependente (cf. FERREIRA e GODOY, 2019).

Embora não busque constituir especificamente uma “teoria da dependência”, Fernandes, com sua formulação do capitalismo dependente, apresenta uma contribuição expressiva nos debates acerca do subdesenvolvimento e da dinâmica estrutural do capitalismo tanto em âmbito global como nacional. O que distingue a abordagem de Fernandes é especificamente a centralidade que as classes sociais têm como agentes de transformação histórica (cf. LIMOEIRO-CARDOSO, 1995, p. 2)

Os escritos da década de 1950: Industrialização e Democracia

Os escritos de Fernandes na década de 1950 inseriam-se nos debates da época, onde os processos de mudança sociais no Brasil, empreendidos pelo desenvolvimento da indústria pesada e a regulamentação do trabalho livre tornavam a perpetuação de elementos pré-capitalistas um problema mais complexo. Tendo como especificidade metodológica a análise do geral e do específico no desenvolvimento capitalista brasileiro (cf. LIMOEIRO-CARDOSO, 1995, p. 1,2 e 3), o autor procura constantemente definir os limites impostos pelo mercado externo e as decisões históricas tomadas pelas elites nacionais no desenvolvimento do país. Como intelectual, não busca somente na ação do imperialismo ou de forças meramente externas os responsáveis pela situação subdesenvolvida, mas articula uma interpretação onde as dinâmicas internas e externas guardam entre si certo grau de reciprocidade, ou seja, constituem dinâmicas integradas nas quais a acumulação de capital se desenvolveram na articulação entre o polo dinâmico interno e externo.

Fernandes em “*Mudanças sociais no Brasil*” busca trabalhar o problema colocado entre a constituição, funcionamento e crise do capitalismo industrial no Brasil. Nessa obra, composta de 12 ensaios, escritos entre 1946 e 1959, o autor trata de diversos aspectos econômicos, culturais e políticos do momento histórico brasileiro, que era marcado pela ideologia do desenvolvimento e pela modernização industrial através da ação do Estado Nacional, associada à expansão da comunidade política e da participação popular nos governos que

se seguiram após o Estado novo. Ambos os problemas, a expansão da participação política e o desenvolvimento da indústria são dois elementos de um mesmo processo: a consolidação da comunidade política nacional, associada a emergência do Estado moderno democrático-liberal e da indústria nacional.

Dentro dessa obra, os capítulos *“Existe uma crise da democracia brasileira?”* e *“Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil”*, são fundamentais para introdução da problemática do desenvolvimento e da perspectiva inicial do autor. Esses ensaios são fruto de conferências proferidas em 1954 e 1959, respectivamente. O que se pretende nessas obras é destacar que a industrialização necessitava, na época, encontrar um aprofundamento na integração da ordem social capitalista com a organização nacional, entendida como aprimoramento das bases democráticas do Estado, associada a transformações na racionalidade econômica condizentes com essas bases. Mesmo colocada dessa maneira, o problema era entendido então, segundo autor, de três maneiras distintas:

“a democracia está em crise” no país. O que varia é a fundamentação do diagnóstico. Uns acham que a “crise” resulta da “crise de crescimento”. (...) Outros, que ela é simples expressão de uma “crise moral” que abala os alicerces da vida social da nação. Há também os que a atribuem à incompetência das elites (...). E, ainda, há os que descarregam a responsabilidade nos ombros do “povo”, cuja ignorância e desorientação somente serviriam aos demagogos” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 108).

A crise a qual Fernandes se refere é eminentemente política. Como apresentado no início do capítulo, a partir de 1945 uma grande instabilidade política se instaurou no país com uma participação significativa de militares na legitimação de candidatos, partidos e governos. O “período democrático” se caracterizou dessa forma como um prolongamento do Estado Novo. O que se pode observar foi a continuidade do combate ao comunismo, mas agora sob a tutela de setores conservadores, militares e antigetulistas, que em 1964 se tornariam o motor do Golpe civil-militar.

Pode-se afirmar que é especificamente o elemento político que apresenta problemas de estabilização dinâmico-estrutural e que, para Fernandes, se caracterizaria como um dos elementos mais importantes no problema do

desenvolvimento nacional resultando, por conseguinte, em um problema também econômico.

“Preservaram-se intactas, do antigo regime, a hierarquia social e a mentalidade política. Dois ingredientes tóxicos, que logo mostrariam sua capacidade corrosiva e perturbadora. (...) O recurso a técnicas diretas de manipulação do eleitor e do voto se impôs, naturalmente, como condição para assegurar a hegemonia política desses chefes. (...) O combate a essas anomalias convulsionou a vida política brasileira nos últimos trinta anos, chegando a produzir anomalias ainda maiores...” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 116, grifo nosso).

Emerge desse debate a primeira interpretação de Fernandes quanto ao problema do desenvolvimento nacional. Para ele, a perpetuação de certas estruturas do Antigo Regime seria o problema central no desenvolvimento incipiente da sociedade nacional. Estas *anomalias* impediriam que as diversas esferas da sociedade se dinamizassem de maneira harmônica, gerando impossibilidades na integração dos mecanismos de sociabilidade capitalista com as formas de sociabilização brasileira. Dessa forma, Fernandes diz que a sociedade brasileira passa por um problema de *“demora cultural”*.

“Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural. (...) quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem se transformar com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 117, grifo nosso).

Segundo Portela (2013), tal interpretação marcou a década de 1950, e pressupunha que ritmos distintos de desenvolvimento entre as esferas institucionais e culturais na sociedade dificultavam sua integração na ordem social. Para Fernandes (2013), o que se podia observar é que muitos dos processos de transformação social não foram acompanhados de mudanças nas mentalidades, em geral, as transformações operavam dentro dos limites da manutenção da posição de prestígio das elites oriundas do regime imperial estamental e serviam muito mais ao propósito de justificar a apropriação do poder político e econômico, que de empreender mudanças profundas com vistas a adequação ao regime republicano democrático.

Cronologicamente, a *“demora cultural”* emerge como a primeira chave interpretativa de Fernandes acerca do desenvolvimento político e econômico

brasileiro. Mesmo que o autor não venha a citar novamente esse conceito, a questão dos ritmos distintos de desenvolvimento das diversas esferas e sua dificuldade de integração, continuará sendo perspectiva central nos textos que se seguem a 1954.

Em “*Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil*”, o autor defende a adequação das práticas econômicas e de gestão do trabalho a moldes capitalistas, argumentando que a perpetuação de práticas econômicas da ordem escravocrata constituiria o problema principal da baixa intensidade da economia industrial nacional. Nesse sentido, a crise da democracia e a crise do crescimento seriam duas faces de um mesmo problema que se refere as constantes históricas que afetam tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento político nacional.

“O trabalhador ainda é visto, pelo empresário industrial, através de categorias que tinham eficácia ou justificação aparente na época da escravidão e da transição para o trabalho livre. Qualquer atitude expressa ou ações do operário, que parecem colidir com os interesses da empresa, dão origem a avaliações agonísticas, no fundo das quais o trabalhador se vê potencialmente representado como uma espécie de inimigo natural da ordem pública e do progresso social” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 88 – 89)

Deste modo, a industrialização nacional emergia em paralelo ao Estado Moderno brasileiro e representaria um padrão característico das sociedades que se inseriram no ciclo de desenvolvimento das nações capitalistas. A diferença principal, na perspectiva das dinâmicas internas de desenvolvimento capitalista, residiria, segundo o autor, na diferenciação e integração dos mecanismos capitalistas nas sociedades europeias, que no seu processo histórico tiveram condições histórico-sociais que permitiram integrar comportamentos capitalistas e formas de manutenção do poder político capazes de absorver tais comportamentos às estruturas políticas e econômicas concomitantemente. A questão central é que importar certas concepções político-filosóficas e técnicas de produção não garantiria a transformação da indústria em algo socialmente viável. No Brasil, os processos sociais que levaram a indústria a se tornar um valor social no âmbito do desenvolvimento nacional tiveram seus ritmos desacelerados ou inibidos e apenas com a desagregação do Antigo Regime que certos elementos capitalistas puderam começar a se desenvolver, associados ao desenvolvimento dos centros urbanos. Deste modo, ambos os elementos –

capitalismo e urbanização – foram entendidos como sinônimos de país civilizado. Entretanto, os processos constitutivos da sociedade sofreram modificações profundas em virtude dos elementos característicos do “Antigo Regime” brasileiro que forneceram as bases simbólicas, humanas e materiais para a modernização econômica (cf. FERNANDES, 2013 [1959], p. 71)

Compreende-se que o problema da sociedade brasileira não reside no fato dela pertencer ou não ao grupo das nações capitalistas. Objetivamente, a inserção do Brasil no mercado internacional forçou a adaptações no comportamento dos agentes humanos com vistas a se adequar às novas formas de atividade econômica. Quando uma nova situação histórico-social se colocava, o recurso utilizado para sua superação era a importação de técnicas, instituições e valores, bem como do elemento humano necessário. Essa última característica construiu-se como um processo de extremo vigor na expansão do capitalismo brasileiro, no entanto, manteve mesmo nos mais bem-sucedidos empreendimentos capitalistas, certas formas de improviso nos quais o empresário não conseguia separar relações familiares dos negócios e o técnico estrangeiro, embora tecnicamente capaz, não encontrava espaço para realizar eficientemente seu trabalho (cf. FERNANDES, 2013 [1959], p. 76).

Essas anomalias, que são primeiramente políticas e não econômicas, tiveram efeitos profundos nessa segunda esfera. O que o autor procura nos dizer é que os problemas de crescimento têm na esfera política um dos grandes obstáculos para sua resolução, são obstáculos “extraeconômicos”, que poderiam ser resolvidos pela transformação da forma que o poder e o direito são socialmente dinamizados, podendo assim expandir o mercado de trabalho e consumidor.

Dentro dessa situação sociocultural, um desenvolvimento que não seja pautado num planejamento racional das forças produtivas só é possível em estágios iniciais da atividade industrial, pois, em tal fase a baixa extensão e intensidade da indústria causavam problemas que logo poderiam ser corrigidos pelo próprio desenvolvimento do potencial de produção ocioso. No entanto, quando se pretende que tal processo se aprofunde socialmente é necessário que a expansão seja planejada com vistas a expansão de uma economia nacional. Isso exige, segundo Fernandes, que o desenvolvimento se faça de

forma cada vez mais planejada e consciente, e nesse sentido, o horizonte dos empresários deveria se modificar para dar conta das conexões existentes entre o “*conhecimento da situação*”, “*o comportamento prático dos homens*” e o “*grau de controle que eles têm sobre as forças econômicas e sociais do ambiente*” (cf. FERNANDES, 2013 [1959], p. 76)

Tomando essa orientação, Florestan Fernandes evidencia que o processo de industrialização carrega consigo elementos capazes de aplicação em qualquer sociedade que se insira dentro do ciclo de civilizações capitalistas, no entanto, são as condições históricas e sociais que definem as potencialidades de integração ou diferenciação desses elementos. Assim, mesmo que o processo de urbanização tenha forçado o fim de uma sociedade estamental e o deslocamento no campo dos valores para incluir a industrialização dentro dos projetos sociais nacionais, mesmo que essa urbanização tenha colocado a indústria como o novo padrão de desenvolvimento almejado pelas elites, tal processo apresenta diferenças profundas com o capitalismo europeu no que concerne ao alcance dos processos de transformação social e dos grupos sociais aptos a participar desses processos.

No entanto, apesar de todas as dificuldades apresentadas pelo o autor, duas perspectivas otimistas ainda são observadas nesses escritos. Em primeiro lugar, para Fernandes a superação planejada dos elementos do Antigo Regime seria possível. Nos diz ele

São, portanto, desajustamentos [causados pela expansão da ordem social competitiva] que se convertem em forças dinâmicas de mudança social. Semelhante comparação mostra por que a espécie de desajustamento, que nos preocupa aqui, é funcional: ele pode ser corrigido mediante experiências socializadoras, suscetíveis de integrar o comportamento dos indivíduos aos requisitos da ordem social existente” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 88).

Em segundo lugar, para ele parecia haver um processo progressivo de desenvolvimento histórico em direção a superação dos elementos contraditórios no desenvolvimento nacional.

“[...] o padrão assumido pela industrialização em uma sociedade subdesenvolvida, como a nossa, é determinado por elementos e fatores que tendem a alterar-se, progressivamente, no decorrer dos próximos anos. Os elementos e fatores em questão são instáveis, combinando-se segundo condições em constante tendência de reintegração” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 81).

Ao destacar a influência de elementos do sistema colonial e da sociedade estamental do Império, Fernandes já apresenta certos aspectos de sua interpretação do capitalismo dependente. Para ele, a ideia de industrialização deveria ser contextualizada dentro das condições históricas e sociais do subdesenvolvimento. O Brasil não é uma sociedade incapaz de industrializar-se em virtude de sua condição subdesenvolvida, para o autor, “uma sociedade subdesenvolvida (...) conta com vários elementos favoráveis à industrialização” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 81-82). O problema surge quando um país com a base histórica e social como a brasileira busca se tornar uma “sociedade industrial” com “sistema industrial organicamente diferenciado e relativamente autossuficiente” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 83).

Assim, os elementos contraditórios do desenvolvimento não são barreiras disfuncionais a sua consolidação ou uma situação patológica, mas respondem a estagnação desse processo dentro de uma sociedade subdesenvolvida. São, pois, as condições nas quais se fundam a economia e a política democrática na sociedade brasileira que forçam a ajustamentos em níveis e intensidades distintas na nação (cf. SOUZA, 2007). Nesse sentido, por um lado a economia nacional chegou a um nível de diferenciação e complexidade que exigiria o aperfeiçoamento do horizonte do empresário na direção da secularização da política e da racionalização na forma de ver o mundo. Isso nos remeteria a interpretação da demora cultural que o autor utilizou em 1954 para demonstrar que as *anomalias* encontradas seriam especificamente políticas e socioculturais, logo, a democracia no contexto apresentado seria o elemento que não encontrava a mesma vitalidade de desenvolvimento em relação aos componentes técnicos, econômicos e institucionais (cf. FERNANDES 2013 [1954], p. 117, 118 e 119; FERNANDES, 2013 [1959], p. 77).

Em resumo, Fernandes apresenta nesses dois escritos a base da sua interpretação que será desenvolvida posteriormente. O capitalismo brasileiro é fruto de um processo de importação técnica e cultural que não encontra o mesmo rendimento nas estruturas sociais que advém do sistema colonial. Em diversos níveis, práticas capitalistas e pré-capitalistas coexistem, causando no desenvolvimento nacional instabilidade e dessa forma, reduzindo sua vitalidade.

Trata-se de uma questão importante, a articulação entre elementos socioculturais do Antigo regime e estruturas e dinâmicas capitalistas é a base dos conceitos e obras aqui estudados. A organização social democrática seria o principal componente atingido pelas concepções políticas e econômicas pré-capitalistas, sendo também esse componente o mais necessário a estabilização do desenvolvimento nacional. Logo, quanto a isso, nesse primeiro momento o autor permanece otimista quanto as possibilidades de superação dos elementos contraditórios através do desenvolvimento planejado. Superados os elementos contraditórios, a industrialização e a democracia poderiam aprofundar a expansão do capitalismo e, por conseguinte, do ordenamento em classes sociais característico dele.

O capitalismo em sua forma dependente

Pode-se observar que uma perspectiva reformista na qual os elementos contraditórios poderiam ser equalizados passa a ser gradualmente rejeitada. O que esses elementos começam a evidenciar para o autor é a própria estrutura do capitalismo que se constitui através da integração com as economias centrais pelo mercado internacional e a ação do imperialismo. Logo, o desenvolvimento capitalista global empreende uma divisão internacional do trabalho onde certas economias de origem colonial desenvolvem sistemas capitalistas especializados na reprodução de capital interno e externo em nível mundial de forma subalterna.

Nesse sentido, o autor abandona a perspectiva de qualquer revolução capitalista pautada no desenvolvimentismo. Para ele, o capitalismo dependente se apoia em estruturas de difícil dinamização e de difícil supressão. Em conformidade com isso, o autor busca demonstrar que uma sociedade capitalista dependente só pode manter-se através da correlação entre a geração de capital através do trabalho livre, característico de uma ordem sociedade competitiva, e formas de exploração que impediriam o desenvolvimento integral de ordenamento social necessário a dinamização do capitalismo como forma sociopolítica nacional. Face as estruturas internas e externas, a autonomização nacional e a revolução burguesa nacional seriam difíceis de se concretizar nos moldes europeus.

Em conformidade com isso, as obras a partir de 1960 buscam o entendimento do subdesenvolvimento através de uma articulação mais profunda entre os aspectos mais gerais do capitalismo e as configurações particulares que ele assume na periferia. A explicação do subdesenvolvimento emerge não do atraso econômico, mas da “dependência”, entendida como ausência de autonomia econômica e política. Logo, essas obras se dedicam ao entendimento das estruturas e dinâmicas sociais que colocam o subdesenvolvimento como destino social negativo, ao mesmo tempo em que contrapõem o padrão de civilização adotado às possibilidades histórico-sociais de empreendê-lo (cf. SINGER, 2008, p. 15)

É em “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, publicado em 1968, que o autor busca aprofundar os estudos sobre o subdesenvolvimento, destacando os processos históricos constitutivos específicos do capitalismo brasileiro. Para isso, Fernandes busca considerar em sua análise dos processos histórico-sociais de construção do Estado brasileiro os elementos políticos, econômicos e culturais que seriam importantes para a elaboração da sociedade nacional, bem como a relação desses processos com elementos do desenvolvimento capitalista global. Como define o autor no ensaio introdutório do livro

“O capitalismo não representa apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). Na presente discussão, esse ponto de vista é aplicado à análise das influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e a expansão do capitalismo no Brasil, uma sociedade nacional do “mundo subdesenvolvido” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 23).

No entanto, antes de chegar a tal definição o autor busca refinar as análises contidas nos dois ensaios anteriormente citados em “*A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil*”, ensaio escrito em 1965. Nesse texto, o autor explora a problemática da constituição dos valores ideais das sociedades ocidentais, em paralelo com as possibilidades desses valores se reproduzirem socialmente no Brasil. Para Fernandes, seria necessário entender que muitos dos processos formativos da sociedade brasileira são pautados em valores e técnicas importadas dos países europeus.

“Os países do Novo Mundo herdaram da Europa, simultaneamente: 1) um conjunto de técnicas, instituições e valores sociais que caracterizam, material e moralmente, o estilo de vida humana na chamada “civilização ocidental moderna”; 2) um conjunto de tendências para explorar e desenvolver as potencialidades dessa mesma civilização nas relações dos homens com as forças da natureza, da sociedade e da cultura ” (FERNANDES, 2008 [1965], p. 98).

No entanto, diferente dos dois escritos anteriormente citados, aqui o problema das importações culturais e técnicas se torna o tema central. Dessa forma, para Fernandes, as diversas sociedades podem compartilhar um padrão de civilização específico sem que com isso ocorram arranjos e manifestações semelhantes entre todas elas. Se buscarmos compreender o capitalismo brasileiro, necessariamente devemos recorrer a análise da influência da cultura europeia na constituição da sociedade brasileira sem com isso operar uma transposição mecânica dos padrões de desenvolvimento capitalista.

A principal marca metodológica nesse ensaio é a separação entre “*formas ideais*” e “*forma real*”. Para Fernandes, a concepção da transferência cultural como processo automático, onde a mimetização é capaz de desenvolver hábitos culturais, é falaciosa porque não é isso que define a vigência da civilização ocidental no Novo Mundo, “o aspecto essencial, no caso, não é a transferência de conteúdos e práticas culturais, em si mesma; mas o modo pelo qual a própria transferência se desenrola histórica e socialmente” (FERNANDES, 2008 [1965], p. 100). Nesse sentido, a “*forma real*” poderia ser definida pelo grau de eficiência que as “*formas ideais*” atingiam (FERNANDES, 2008 [1965], p. 101).

O autor busca demonstrar é que a organização social brasileira se deu realizou pela tensão constante entre essas duas formas. O grau de eficiência que definia a “*forma real*” era delineado, por sua vez, pelos limites impostos pelos grupos conservadores, que definiam o “avanço possível” da sociedade brasileira. No entanto, embora os modelos ideais sofressem alterações em seu rendimento real, eles serviram à certas funções socioculturais importantes. Três são destacadas pelo autor

“Ainda assim, é possível atribuir-lhe três funções socioculturais distintas. Primeiro, a de canalizar socialmente o inconformismo específico, que podia nascer dos contrastes entre os modelos ideais e as formas reais de organização social. (...) Segundo, forçar um certo ritmo de renovação sociocultural interna constante e com intensidade suficiente para impedir a estagnação do fluxo dessa civilização no seio da sociedade brasileira.

Terceiro, manter a organização da vida humana em patamares que facilitassem, em dados momentos, a absorção dos 'progressos'" (FERNANDES, 2008 [1965], p. 103).

Resumindo, embora as "formas reais" não traduzissem a dimensão objetiva dos valores advindos da tradição europeia, elas traduziram a dimensão ideal com a qual as elites brasileiras gradualmente se identificariam e, conseqüentemente, associariam o desenvolvimento capitalista nacional. Mesmo assim, o desenvolvimento da sociedade nacional em termos capitalistas está permeado em todos os seus momentos históricos pelo conflito constante entre as "formas ideias" e a "forma real", ou, forma possível.

O conflito, no desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro, estaria articulado entre as estruturas do "*complexo econômico colonial*", por um lado, e as transformações políticas, econômicas e culturais exigidas pelo desenvolvimento do capitalismo comercial, primeiramente em âmbito internacional e posteriormente internamente com a revolução burguesa nacional. (FERNANDES, 2008 [1966], p. 121).

Em "*Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil*" (1966), o autor busca demonstrar como a estrutura da grande lavoura, ao ser incorporada no âmbito do capitalismo comercial, conseguiu definir certos aspectos importantes quanto às dinâmicas de desenvolvimento econômico nacional. Duas questões são expostas pelo autor, a primeira refere-se ao complexo colonial que se funda com a incorporação da grande lavoura exportadora nas dinâmicas de acumulação capitalista do mercado internacional. O principal problema é que a forma com que a acumulação capitalista estava estruturada nas colônias não poderia empreender dinâmicas semelhantes as observadas nas sociedades europeias.

Mesmo que no país tenha se desenvolvido certa atividade capitalista, as características dinâmicas do "Complexo econômico colonial" impediam que as concepções políticas e econômicas capitalistas se integrassem como forma principal de gestão da economia e da política. Em especial porque tal complexo se sustentava a partir de dinâmicas muito rígidas baseadas na "produção primária de produtos exportáveis"; "associação do latifúndio e do trabalho escravo" e, posteriormente, trabalho livre precário, extrema concentração de

renda e de poder político, desinteresse pelo mercado interno, e controle dos fluxos e das atividades econômicas pelo polo externo. Essas características, segundo o autor, não são exclusivas do período colonial, elas se constituem nessa fase histórica e se reproduzem até hoje (cf. FERNANDES, 2008 [1966], p. 121- 122).

Ademais, mesmo o forte impulso à industrialização, com a constituição de um “complexo econômico industrial” a partir da década de 1930, não foi capaz de romper com a importância da atividade agrária nas dinâmicas econômicas nacionais. A empresa agropecuária continuou sendo o principal polo dinâmico da economia nacional e, dessa forma, o principal elo de ligação do mercado interno com o mercado externo. Entretanto, foi graças aos fazendeiros de café que o primeiro movimento de realocação de capitais para a atividade industrial se desenvolveu. Como nos diz Fernandes,

“(...) no entanto, parece fora de dúvida que o “fazendeiro de café” desempenhou, na fase inicial, os papéis centrais e decisivos. (...) Aos poucos, um número cada vez maior de fazendeiros envolveu-se em outros ramos ocasionais ou permanentes de atividades econômicas” (FERNANDES, 2008 [1966], p. 123).

Os agentes econômicos envolvidos na comercialização do café passaram a reinvestir seus capitais através de empréstimos, bem como em empresas de outros ramos econômicos, principalmente o comércio. No entanto, tal transformação na atividade econômica não pressupunha a eliminação de antigas relações de acumulação de capital, de monopolização de poder político e precarização do trabalho. É na conexão entre a empresa agropecuária como polo dinâmico econômico real e industrialização como modelo econômico ideal que se consolida as bases da economia brasileira integrada nacionalmente (cf. FERNANDES, 2008 [1966], p. 126- 127).

O resultado disso é que as políticas de industrialização, bem como a substituição de importações, podem, a princípio, constituir saltos tecnológicos que seriam difíceis nas condições histórico-sociais de uma economia de origem colonial. No entanto, estes saltos não são observados de maneira semelhante no campo político. Como consequência, Fernandes afirma

“(...) o padrão de crescimento econômico que regula atualmente a organização e a expansão das atividades econômicas no Brasil é típico de uma economia capitalista diferenciada, mas

“periférica” e “dependente”. No nível estrutural, ele é insuficiente para promover a integração balanceada, em escala nacional, da produção da circulação e do consumo, nos moldes da civilização vigente (os quais pressupõem uma economia capitalista “avançada”). No nível dinâmico, ele é insuficiente para promover o desenvolvimento econômico auto-sustentado e autônomo, segundo os mesmos moldes” (FERNANDES, 2008 [1966], p. 128).

Empreendendo uma análise dialética entre os valores sociais compartilhados e a ação humana efetiva, é que Fernandes busca afirmar que embora a sociedade brasileira tenha se tornado capitalista, ela não consegue romper, por um lado, com as estruturas internas do Antigo Regime e, por outro lado, com as estruturas heterônomas do mercado internacional.

Em “*O desenvolvimento como problema nacional*”, uma versão reduzida de uma conferência realizada em 1967, o autor expõe a diferença de sua abordagem histórico-sociológica, da abordagem estrutural-funcional característica dos estudos cepalinos.

“O conceito de desenvolvimento pode ser definido de várias maneiras na Sociologia. Em regra, as duas principais definições são propostas no nível estrutural-funcional e no nível da análise histórico-sociológica. No primeiro sentido, desenvolvimento equivale a diferenciação das formas de integração da ordem social e pode ser representado, conceitualmente, como “multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade”. No segundo sentido, desenvolvimento significa o modo pelo qual os homens transformam socialmente a organização da sociedade e pode ser representado, conceitualmente, como “a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização social da vida humana e de domínio crescente sobre os fatores de desequilíbrios da sociedade de classes. Daí resulta o sentido objetivo, peculiar desse processo, que se apresenta de modo variável, mas universal, como um *valor social*, tanto no comportamento dos indivíduos como dos movimentos sociais” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 145-146).

Assim sendo, o desenvolvimento se apresentaria de maneira contraditória que, por um lado, tende à universalização, mas, por outro lado, como um processo social variável e desigual a depender da sociedade que absorve as dinâmicas. Dessa forma, essa dupla articulação do conceito desenvolvimento nos permite observar que se trata de um ideal compartilhado entre diversos agrupamentos humanos, onde certas sociedades compartilham, de maneira

genérica, certo “padrão de civilização” (cf. FERNANDES, 2008 [1967], p. 146). Entretanto, tais padrões têm seu desenvolvimento através dos atores e estruturas nacionais e dessa forma, carece que as instituições sociais específicas de cada sociedade tenham elementos passíveis de dinamizar o ideal de civilização almejado.

Tendo isso em vista, todos os elementos expostos anteriormente demonstram que o ideal de civilização capitalista é apropriado pelas elites locais, mas a forma de dinamização empreendida é distinta, em especial por não romper com os elementos típicos de uma sociedade estamental, reduzindo assim o potencial dinamizador da sociedade de classes fundada no trabalho livre. Nos diz Fernandes

“Ora, nenhuma sociedade nacional pode existir, sobreviver e ao mesmo tempo construir um destino nacional, em tais bases. A destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde essa condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num “querer coletivo” para *determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório*. Sob esse aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional” (FERNANDES, 2008 [1967], p 157, grifo nosso).

A articulação de todo esse debate sobre as estruturas e processos constitutivos do capitalismo e do capitalismo dependente pode ser encontrada em “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”. Escrito em 1967, o ensaio busca apresentar todos os elementos característicos do capitalismo dependente, mas adicionalmente, articulado como problema específico da constituição de uma nação autônoma e integrada.

O que se pode notar quanto a isso é a continuidade de diversas interpretações de Fernandes acerca do desenvolvimento social brasileiro contida nas obras anteriores. A formação do capitalismo brasileiro estaria marcada a princípio pela estrutura do complexo econômico colonial e, posteriormente, pelas diversas transformações na forma de expropriação dos excedentes econômicos das antigas colônias.

Nesse sentido, os distintos processos históricos constitutivos tiveram significados alcances e significados variados. No nível político, “culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento “legal”; na reorganização do fluxo interno do excedente econômico” que passou a ser regulado internamente; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 24). Entretanto, no nível econômico, “as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 25).

Agregando os elementos interpretativos anteriores, a análise estaria agora pautada nas dinâmicas contraditórias do desenvolvimento capitalista global e seus efeitos na estruturação do capitalismo brasileiro, entendido por ele como estruturação da “ordem social competitiva”, ganham maior relevância.

“No plano internacional, o capitalismo gera uma luta permanente e implacável pelas posições de controle da economia mundial, que permitem dirigir os processos de formação e de crescimento das economias dependentes, bem como monopolizar os excedentes econômicos que podem, assim, ser captados e drenados dessas economias para as economias hegemônicas. (...) **a superação do capitalismo dependente** e a implantação do capitalismo auto-suficiente, numa sociedade subdesenvolvida, **repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva**, através da absorção dos padrões e princípios de organização capitalista do sistema econômico” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 35).

Nesse contexto, os elementos contrários à absorção do capitalismo não seriam mais entendidos como fatores passageiros, constituiriam agora a estrutura específica do capitalismo em seu desenvolvimento dependente. Aquilo que se buscava superar com a intensificação dos processos econômicos, com a substituição das importações, com a intensificação da industrialização, seria contrariamente, a economia capitalista dependente em sua forma de integração e intensidade normais. Contendo uma racionalidade econômica própria, esse modelo exprime a reprodução dessa racionalidade, como expõe Fernandes

“Vistos à luz do modelo original, esses fatores (estruturas e dinamismos condicionados pela situação heteronômica das economias nacionais dependentes) podem parecer “distorções”, “carências” ou “deficiências”. Encarados em função dos dados de fato, porém, eles traduzem exatamente o que as coisas são e devem ser: fenômenos normais, que nascem da conjugação do “capitalismo moderno” com o “mercado mundial” a que ele deu origem” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 37).

Para o autor, o capitalismo dependente se configuraria no Brasil como um processo de transplantação social que tem um polo interno, as elites nacionais, que se conectam política, econômica e ideologicamente com as elites das economias dominantes, e um polo externo, o mercado internacional buscando introduzir as atividades econômicas dos países desenvolvidos dentro dos ciclos de acumulação das economias centrais, ao mesmo tempo que busca da uma vitalidade relativa a economia interna.

“Portanto, uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista. Talvez, por causa disso, alguns autores se viram tentados a focalizá-la como se ela constituísse uma réplica em miniatura do modelo original e se estivesse; assim, num estágio inevitável, mas transitório, da evolução normal do capitalismo. Contudo, essa visão falseia a realidade em um ponto fundamental. (...) Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas...” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 36).

Sendo assim, o problema se encontra no fato de que o ponto de equilíbrio da economia capitalista dependente reside nos agentes internos capazes de realizar a manutenção dos vínculos com o mercado externo e as necessidades econômicas do mesmo. Isso implica dizer que para o autor o *“interesse de classe”* das elites internas engloba também os interesses de classe das elites externas. A constituição de uma racionalidade capitalista sobre bases valorativas do antigo regime modificou fundamentalmente a racionalidade capitalista das elites locais. Em geral, tendo em vista o pouco interesse econômico em renovar as bases sociais e produtivas, os grupos econômicos dirigentes acabaram por submeter a atividade econômica nacional às necessidades do mercado externo e, conseqüentemente, de outras economias mais desenvolvidas. Internamente, os efeitos disso levaram a ciclos de desenvolvimento que não compreendiam a sociedade de forma integral, mas se associavam a interesses privados de grupos econômicos específicos. Por intervenção desses elementos, nos planos de

desenvolvimento nacional o elemento particularista se sobrepôs aos projetos de desenvolvimento econômico que visassem a integração dos fatores capitalistas às práticas e valores sociais através da inclusão dos trabalhadores na repartição dos excedentes econômicos.

Frente a essa situação altamente desfavorável e a uma tendência para a concentração de poder por parte das elites internas, definiu-se a tendência histórica de depositar sobre os trabalhadores os custos da dependência. É por esse motivo que, para o autor, a Independência pouco alterou a situação social interna, dessa forma, a manutenção do trabalho escravo e a permanência dos estamentos reduziu o potencial de dinamização da nova sociedade nacional, bem como a vitalidade de sua atividade econômica em termos nacionais. Por outro lado, no campo das instituições econômicas e políticas, profundas alterações emergiram com a criação do Estado brasileiro e delinearam as características particulares do desenvolvimento capitalista posterior. Em suma, o país tinha um Estado independente, mas no plano econômico o que se observou foi um deslocamento da dominação comercial de Portugal para a Inglaterra a princípio, e depois para os Estados Unidos, e, logo, os vínculos de (cf. FERNANDES, 2008).

O que deve permanecer em destaque no que tange a ausência de autonomia é que o capitalismo se insere na sociedade brasileira através de forças exógenas e a partir de dinâmicas de expropriação que se transformaram em consonância com o capitalismo global. Logo, segundo Fernandes, existiriam padrões de dominação externos que atuariam constantemente no desenvolvimento capitalista interno. Seriam esses “padrões de dominação” os fatores que, em conjunto com a racionalidade econômica das elites coloniais, constituiriam o amalgama dinâmica do capitalismo dependente.

Buscando entender como a expansão do modo de produção capitalista afeta a constituição da sociedade brasileira, o autor define em “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” (1973), três ciclos de dominação externos. Em primeiro lugar, podemos encontrar o “Antigo sistema colonial”. Fruto da expansão do capitalismo nas sociedades europeias, o sistema colonial tinha como objetivo constituir fora das metrópoles centros econômicos especializados na produção de ouro e produtos tropicais. No entanto,

considerando a realidade dos colonos e de suas elites, era um sistema que impossibilitava o controle interno dos fluxos de capital, ao mesmo tempo em que impossibilitava a promoção da expansão ou modernização de suas atividades econômicas. A desagregação desse sistema se deu tanto pela estrutura rígida da atividade econômica imposta pela metrópole, quanto, pela expansão de ideias liberais que pouco a pouco ligaram as classes dirigentes internas aos ideais de independência e controle dos fluxos econômicos internos (cf. FERNANDES, 1973).

A segunda forma, chamada pelo autor do “Neocolonialismo”, refere-se ao ciclo econômico que se desenvolveu após a Independência. A característica principal desse momento é a transferência de instituições, técnicos e firmas para desenvolver a atividade capitalista comercial internamente. No entanto, o que se observa é que embora o comércio começasse a adquirir maior vitalidade, quase que a totalidade dos produtos e das empresas comerciais eram estrangeiras. Isso significa dizer que, embora um novo ramo da atividade capitalista emergisse na sociedade, uma parcela significativa dos capitais e de seus fluxos continuavam sendo direcionados para fora, ao mesmo tempo que a dinâmica de expansão desses capitais era ditada por processos e necessidades distintas das elites locais. A implicação disso é que embora a Independência tenha internalizado o centro do poder político, ela não conseguiu romper com o controle externo da esfera econômica, mantendo assim a situação de dependência frente às dinâmicas econômicas internacionais. Dessa forma, a Independência resultou na estruturação de um tipo de economia, que associada os ideais liberais, vinculou de forma orgânica as transformações do mercado externo com as possibilidades de expansão da economia interna (cf. FERNANDES, 1973).

A terceira forma de dominação encontrou a possibilidade de se instalar como processo inevitável frente ao “atraso” da economia nacional ao mesmo tempo em que a necessidade de modernização que emergira na Independência crescia. O imperialismo, que advém da reorganização do mercado internacional, causada pela Revolução industrial nos países europeus, não limitou-se apenas a transformações econômicas, mas se estendeu também a alterações nos campos políticos e culturais. Evidência disso foi a crescente pressão de parcelas dos grupos dominantes para a expansão do trabalho livre, da burocracia estatal e do livre mercado.

No entanto, considerando as “formas reais”, a influência dos países estrangeiros sobre a economia nacional reforçou a posição dos agentes econômicos vinculados às estruturas econômicas arcaicas, associadas à produção agrária e de matérias primas. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento capitalista pretendido não podia encontrar lastro possível frente à divisão internacional da produção, que mantinha as antigas colônias como produtoras de produtos primários e as economias centrais como produtoras de manufaturados e de valor agregado maior.

Dentro de uma condição econômica desfavorável, as classes dirigentes empreenderam outra estrutura social capitalista, dessa forma, a dependência condicionaria todos os elementos característicos do capitalismo clássico de maneira heteronômica. Dependência e subdesenvolvimento seriam condições fundamentais para a burguesia brasileira manter sua acumulação associada às dinâmicas imperialistas globais. Por outro lado, as estruturas características dessa forma de capitalismo seriam contraditórias, ou mesmo restritivas à integração e ao desenvolvimento econômico autônomo. De outro lado, constituiria uma estrutura social rígida e contrária a uma revolução de caráter nacional capaz de romper com os ritmos distintos das esferas sociais, como a política e a economia, e integrar toda a sociedade em uma forma de sociabilidade específica pautada na ordem social competitiva, nas classes sociais e na democracia liberal.

No contexto do capitalismo monopolista, fase atual do desenvolvimento do capitalista, a dependência renovaria suas estruturas e ao mesmo tempo de garantiria através do polo econômico externo as transformações econômicas e sociais necessárias a consolidação da sociedade capitalista nacional, ao mesmo tempo que aprofundaria a distância econômica entre as economias centrais e a economia brasileira. A promoção do desenvolvimento econômico por empresas estrangeiras, associada a profunda desigualdade de poder político e econômico conduziu a um novo arranjo do elitismo,

“(...) o novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. (...) Em consequência, o elitismo, que penetrara tão fundo no controle da econômica competitiva, iria renascer, com muito maior vigor, sob a economia monopolista, graças aos novos mecanismos da competição econômica e aos novos dinamismos financeiros ou de mercado” (FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 324 e 325).

No fim, o desenvolvimento das forças econômicas na era industrial brasileira se desenrola ainda como processo de participação restrita, tanto na possibilidade de acesso ao mercado, quanto na ausência de qualquer projeto de redistribuição igualitária do excedente econômico nacional. Logo, “é a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediriam a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais através do capitalismo” (FERNANDES, 1973, p. 41).

Fernandes busca destacar deste modo os elementos característicos do processo de constituição do capitalismo dependente, que a princípio é chamado de “revolução social” em curso, mas que passa a ser considerado como um processo revolucionário concluído. Na primeira parte da obra “A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica” (1974⁴), esse processo é analisado nos seus aspectos objetivos e subjetivos. Paralelo a isso, a análise se situa em dois momentos históricos, um que focaliza os períodos anteriores à revolução burguesa nacional e outro que busca analisar as alternativas históricas que a revolução burguesa desenvolve no horizonte sociopolítico brasileiro. Quanto ao primeiro recorte histórico, é necessário considerar como a estrutura econômica, política e cultural do Antigo Regime imprimiu ao desenvolvimento capitalista brasileiro características particulares. Quanto às alternativas posteriores, pode-se falar, segundo Fernandes, de “destinos históricos distintos, contidos ou sugeridos pelas palavras “subcapitalismo”, “capitalismo avançado” e “socialismo” (FERNANDES, 2016 [1974], p. 29).

Considerando o caso clássico, dentro do processo revolucionário capitalista seriam os elementos ideológicos e culturais que primeiro apareceriam. Segundo Fernandes, seria o “espírito capitalista” antecessor a formação do capitalismo, no entanto, no decorrer desse processo, o próprio “espírito capitalista” sofre transformações em virtude da estrutura social na qual busca se desenvolver. Deve-se analisar, pois, no caso brasileiro, a origem dos elementos capitalistas de comportamento econômico, bem como a reelaboração e à expansão desses elementos com a ruptura do sistema colonial (cf. FERNANDES, 2016 [1974], p. 38 e 39).

⁴ Esta obra foi escrita em três partes. As duas primeiras são oriundas de 1966, no entanto, tais partes só foram publicadas com a terceira sessão em 1974.

Quanto ao espírito capitalista brasileiro, seria necessário considerar que o comportamento capitalista emerge na sociedade brasileira no contexto da colonização. Nesse sentido, embora existisse uma atividade econômica de grande rentabilidade, seus efeitos eram tolhidos pela forma de organização e apropriação dos excedentes econômicos pela metrópole, que convertia o senhor de engenho em um administrador, bem mais que um capitalista. Nesse sentido, diferente dos casos europeus nos quais a acumulação dos estamentos passou a ser a força catalisadora dos papéis capitalistas, aqui essa acumulação se estrutura como forma específica do capitalismo.

“Ao contrário do que sucedeu na evolução da aristocracia agrária em regiões da Europa, (...) aqui não se chegou a contar com fatores econômicos, sociais e políticos que pudessem reduzir a duração, o fluxo histórico, das funções socioeconômicas da acumulação estamental de capital. (...) O referido processo se cristalizou, adquirindo caráter social recorrente e o significado de um estado econômico permanente” (FERNANDES, 2016 [1974], p. 99).

Por outro lado, uma vez que a situação de mercado se articulava entre a dependência econômica com o exterior e a autonomia da administração interna dos fluxos econômicos, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro não poderia se desenrolar de forma semelhante ao desenvolvimento interno e integrado das economias centrais. A base de sua constituição mantinha e intensificava a dependência da economia nacional as necessidades dos mercados mais desenvolvidos.

“Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de **‘capitalismo dependente’**” (FERNANDES, 2016 [1974], p. 113).

Em resumo, o processo de constituição do capitalismo brasileiro se deu com base em forças exógenas e condições desvantajosas a princípio. Entretanto, frente às dificuldades e à natureza das elites coloniais, que viriam a constituir a classe burguesa nacional, a opção histórica foi pela manutenção de formas de desenvolvimento econômico associado/dependente, constituindo assim estruturas e dinâmicas sociais específicas que correspondem a forma normal do capitalismo dependente. As bases político-sociais desse capitalismo só podem ser entendidas pela exposição das bases objetivas e simbólicas do

processo de revolução capitalista brasileiro, que como já foi destacado, sofre ressignificações conceituais e práticas na transformação de ordem social do antigo regime para sua modalidade capitalista, entendida como “sociedade de classe” ou “ordem social competitiva”. Dessa forma, são os conceitos de revolução e classes sociais que serão debatidos tanto nos aspectos relativos a transformação do significado desses conceitos na obra do autor, bem como os elementos objetivos expostos por Fernandes para caracterizar uma revolução burguesa e a constituição das classes sociais sob o capitalismo dependente.

CAPÍTULO II – Revolução burguesa, classes sociais e dominação burguesa sob o capitalismo dependente

O capítulo anterior buscou demonstrar que para Fernandes, o capitalismo dependente emerge como parte compósita da estruturação do capitalismo monopolista em nível global. Neste sentido, o Brasil constitui-se como uma sociedade capitalista em diversos níveis estruturais, jurídicos, políticos e econômicos, sem no entanto, poder promover o capitalismo social e politicamente integrado, ou seja, não consegue constituir uma sociedade onde a possibilidade de participação ampla nos fluxos de desenvolvimento do capitalismo seja possível. Dito de outro modo, o capitalismo brasileiro não encontra possibilidades construtivas e abertas para a resolução do conflito de classes como motor dinâmico do desenvolvimento histórico nacional.

Para o autor, a grande tensão residiria na impossibilidade do capitalismo dependente de promover o desenvolvimento nacional integrado, sem que com isso deixasse de promover a atividade de acumulação das elites, elemento central à existência de uma classe burguesa. O capitalismo em sua forma dependente seria fruto de uma relação dinâmica e estrutural entre burguesias dependentes e burguesias dos centros hegemônicos. Logo, o subdesenvolvimento sustenta-se sobre uma estrutura de cooperação e certa vantagem relativa para as burguesias nacionais. Todavia, este capitalismo, forma histórica escolhida pela burguesia, resulta em um regime capitalista de baixa integração e vitalidade internas. As classes dominantes compensariam a posição de relativa fragilidade externa através da concentração de poder internamente, promovendo acumulação através da sobreexploração do trabalho, da restrição a direitos políticos e sociais e na fragilização das intuições políticas como forma de controle e estabilização da economia nacional dentro dos limites de seus interesses.

Essa particularidade quanto ao caráter da burguesia brasileira levou a questionamentos quanto à existência ou não dessa classe no contexto nacional. Poderia parecer evidente que, uma vez que exista um sistema capitalista, deveria também existir uma burguesia. No entanto, a situação histórica de constituição dessa classe era tão heterogênea que durante grande parte do século XX diversos autores debateram as diversas particularidades da história

nacional, das nossas elites, do Estado nacional, da política e da economia brasileiras. Nesse cenário, a partir de uma diversidade de interpretações, distintos autores buscaram determinar a existência e a intensidade do capitalismo nacional, bem como se existiria ou não uma revolução e uma classe burguesa no país. Na guisa desse debate que, paralelo ao tema mais geral sobre o capitalismo dependente, Florestan Fernandes está constantemente debatendo a Revolução burguesa, ou mais especificamente, a revolução burguesa brasileira como a problemática central da dependência. Como se espera mostrar a seguir, o autor coloca que a principal debilidade do capitalismo dependente estaria em uma revolução burguesa que englobaria em intensidades distintas e contraditórias uma revolução nacional incompleta, uma revolução política autocrática e uma revolução econômica que se opera apenas na modernização técnica das formas de acumulação.

Dessa forma, o que se busca nesse capítulo é apresentar os elementos que constituiriam a interpretação de Florestan Fernandes sobre a particularidade da revolução burguesa brasileira, seus limites e potencialidades. Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que, assim como na construção da sua interpretação do capitalismo dependente, a ideia de revolução e revolução burguesa passa por transformações no decurso do desenvolvimento das obras aqui analisadas.

Paralelamente, e como posição constante em suas obras, o autor busca se contrapor a concepções etapistas sobre a revolução que eram, por exemplo, bastante presentes nos programas de atuação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Cf. PERICÁS, 2019, p. 41; DEMIER, 2019), optando por descrever os fatores construtivos da revolução burguesa ao mesmo tempo que busca demonstrar os limites da burguesia como classe capaz de aprofundar essa revolução, acabou legando no decurso das obras este papel no capitalismo dependente à classe trabalhadora. Portanto, não acredita com isso, que o capitalismo, entendido como um sistema político democrático-liberal efetivo e uma economia de mercado estável, seria algo de desenvolvimento espontâneo, linear e necessário dentro das condições históricas do Brasil.

Com efeito, podemos dizer que a interpretação quanto a “revolução” sofre certa alteração entre as décadas de 1950 e 1960 na obra do autor. A distinção essencial é que nos escritos anteriores a 1960, Fernandes usa o termo revolução

para descrever um processo em curso e que pode ser entendido como a adequação da economia, da sociedade e da política a modos de agir capitalistas, ou seja, a de compreender racionalmente as estruturas e dinâmicas do capitalismo. No entanto, a partir de 1960, em especial após a ditadura, os textos do autor começam a apresentar a revolução burguesa como um processo que encontrava seu desfecho no período da ditadura militar, debatendo então os efeitos sociopolíticos dessa revolução na constituição das classes sociais, os limites dessa revolução e o papel revolucionário das classes trabalhadoras para romper com o capitalismo dependente. Como buscaremos apresentar, para Fernandes, a ditadura concluiria o longo processo de consolidação da revolução burguesa brasileira.

Paralelamente a centralidade da revolução, o autor pontua também a centralidade dos conflitos de classe nos processos de desenvolvimento e integração do capitalismo em nível nacional e global. Ao comentar a “Revolução burguesa no Brasil”, o autor afirma:

“[...] é falsa a ideia de que a história se faz, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial” (FERNANDES, 2011 [1979], p. 101).

Nesse sentido, o alcance de uma revolução burguesa e seu nível de intensidade seriam definidos na capacidade de determinada sociedade em dinamizar os conflitos de classe, ou, dito de outra forma, no nível que uma sociedade consegue constituir um sistema democrático orgânico, no qual o conflito social possa ser canalizado como força política nacional produtiva.

Breves apontamentos sobre a “revolução brasileira”

Ao discutir a revolução burguesa brasileira, Fernandes se insere nos debates intelectuais de sua época sobre o tema, que de modo geral, giravam em torno da “revolução brasileira”. Quanto a esse tema, o livro *“Caminhos da revolução brasileira”* (2019), do professor de história contemporânea Luiz Bernardo Pericás nos fornece uma recapitulação desse longo debate que remonta a 1920. Segundo o autor, de maneira geral a “revolução brasileira” é entendida como um processo lento e de longa duração, referindo-se

principalmente a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Soma-se a isso os debates sobre os efeitos do imperialismo na economia nacional, diversificando os caminhos propostos de ação política. Dessa forma, para alguns autores tal revolução se refere a transformação das forças econômicas internas, as quais sendo desenvolvidas e diversificadas, constituiriam a integração nacional e garantiriam maior autonomia externa ao Estado. Por outro lado, o problema central da revolução e sua superação residiria na luta contra o imperialismo e na introdução de uma massa trabalhadora consciente de sua posição social dentro dos processos históricos de consolidação da sociedade nacional (cf. PERICÁS, 2019, p. 9).

De fato, existe um debate bastante coeso em torno do tema do agrarismo e da transição ao capitalismo industrial no Brasil. No entanto, diversas interpretações quanto à história e estrutura das sociedades nacionais surgiram entre 1920 e 1970, nas quais questões como a existência ou não de um sistema feudal, o que seria a revolução brasileira e quais rumos tomar, estavam em constante debate. Para Pericás (2019), um expoente importante da teoria marxista da revolução brasileira foi Octávio Brandão em sua obra *“Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil”*, publicada em 1924.

Para Brandão, o maior problema da revolução brasileira seria sua incapacidade de combater a influência de forças exógenas que agiam em conjunto com a elite latifundiária nacional para dificultar a eliminação dos restos feudais ou semi-feudais (cf. PERICÁS, 2019, p. 15 e 16). A revolução brasileira seria inicialmente, portanto, a implantação de uma democracia pequeno-burguesa, ou seja, um processo conduzido pela classe média. Tal concepção se aproxima bastante das orientações que resultaram do IV Congresso da *Comintern* de Moscou (1928), no qual ficou definido que para os países dependentes, como o Brasil, seria necessário primeiro combater os “restos feudais” para implantar uma democracia burguesa, entendendo o processo revolucionário como etapas a serem cumpridas, uma compreensão profundamente etapista.

Quanto a isso, a década de 1930 foi bastante profícua nos debates sobre a “revolução brasileira”, na guisa das inquietações da Semana de Arte moderna

de 1922, a década de 1930 foi marcada por uma profunda reflexão sobre as condições socioculturais brasileira imperantes na época. Enquanto fato político, teríamos o início da Era Vargas (1930-1945) através de um processo político apelidado de “revolucionário” pelos seus simpatizantes. Doutro lado, no plano intelectual, a publicação de *“Evolução política do Brasil”* (1933), de Caio Prado Junior e *“Raízes do Brasil”* (1936), de Sergio Buarque de Holanda.

Quanto ao primeiro evento, vale notar que embora os partidários do movimento que culminou com o período do governo de Vargas chamassem a si mesmos de revolucionários, para diversos autores, incluindo Florestan Fernandes, a era Vargas representou uma reordenação das elites econômicas, aprofundando o processo de dependência econômica com os Estados Unidos. Nesse mesmo contexto, Caio Prado Junior publicava uma obra buscando debater com as diversas interpretações quanto a “Revolução Brasileira”, destacando, em especial, o problema da exclusão popular na política e a ausência de um projeto orgânico de nação. Destacava ainda o papel que a estrutura agrária do sistema colonial tinha sobre os problemas encontrados na formação nacional.

Por fim, Sergio Buarque de Holanda, publicaria em 1936 *“Raízes do Brasil”*, um clássico do pensamento político brasileiro, que no capítulo sete tratava da “Nossa Revolução”. Tratando da transição da sociedade estamental para uma sociedade de classes, o autor buscava demonstrar que desde da abolição do tráfico negreiro, em 1850, o Brasil vivia um processo revolucionário, o qual seria concluído com a consolidação da sociedade de classes nacional. Isso passaria pela mudança da racionalidade social, da estrutura personalista da política nacional e pela democratização da sociedade.

O que marcou os anos de 1940 e 1950 foi a participação do PCB na política nacional, destacando em especial a eleição de Caio Prado Junior em 1945, que em 1947 publicaria *“Os fundamentos econômicos da revolução brasileira”*. De acordo com Pericás, nessa obra o autor buscou defender o papel central que a contextualização histórica tem na construção da análise marxista. Partindo disso, Caio Prado defenderia a inexistência de um sistema feudal no Brasil, tentando demonstrar que o país nasce como uma economia voltada para o mercado internacional, sendo nesse sentido, uma economia constituída para o mercado externo (cf. PERICÁS, 2019, p. 31, 32 e 33)

Distintamente a década de 1940, marcada pelo papel central do PCB nos debates sobre a revolução brasileira, as décadas de 1950 e 1960 podem ser caracterizadas por uma diversidade de interpretações sobre o tema. Em virtude das denúncias contra Stalin e seus expurgos, feitas por Nikita Khrushchev, o PCB sofre uma série de cisões, surgindo assim novos movimentos revolucionários, destacando-se entre eles a “Organização Revolucionária Marxista Política Operária” (POLOP), e personalidades como o militante comunista Carlos Marighella ganharam proeminência no cenário nacional.

Paralelamente, os periódicos acadêmicos ganhavam mais importância dentro do debate sobre a revolução brasileira, possibilitando a diversificação das abordagens, bem como definindo de maneira mais clara agendas de pesquisa acadêmica. Os caminhos da revolução eram, neste período, colocados em termos da possibilidade ou não da conciliação de classes. Deste modo, para alguns autores, como Luiz Alberto Moniz Bandeira, era impossível constituir uma união nacional entre burguesia e proletariado, e para outros, como Nelson Werneck Sodré, o caminho seria a consolidação da democracia burguesa liberal (cf. Pericás, 2019, p. 43, 44 e 45). A Revolução Cubana (1959), também influenciou os debates da época, levando alguns grupos a defesa da luta armada revolucionária, enquanto outros defendiam a ineficiência dessa ação e buscavam demonstrar o papel da democracia na consolidação do socialismo.

Ainda segundo Pericás (2019), o século XIX foi marcado pela efervescência dos debates quanto a “revolução brasileira” e no protagonismo crescente que os grupos de esquerda ganhavam na captação das forças trabalhistas e nos debates para o alargamento da democracia brasileira através da participação prolet ria⁵. Paralelamente, podemos observar que a perseguição ao PCB foi um fator constante durante o período, agregando intelectuais e militantes marxistas. Mesmo os movimentos revolucionários posteriores ao PCB são fruto, em grade parte, de dissidências do partido, reforçando o papel histórico que esse ocupa no momento analisado. No entanto, em 1964 acontece o Golpe militar, iniciando-se assim um longo período de debates sobre esse movimento

⁵ Podemos ressaltar o papel desempenhado pelo PCB durante o período. Como destaca Fausto (1995, p. 398), o PCB apresentava resultados eleitorais cada vez mais positivos desde da década de 1930, em especial entre os eleitores urbanos.

político, ao mesmo tempo em que o Regime militar endureceu as perseguições políticas, exilando e prendendo diversos intelectuais e políticos da época.

É nesse cenário que em 1969, Ruy Mauro Marini publica *“Subdesenvolvimento e revolução”*, livro que influenciou muitos intelectuais da época. Na obra o autor, um dos elaboradores da “Teoria da dependência”, defende que a ditadura seria a forma política que o capitalismo dependente assume para realizar a renovação das suas estruturas econômicas, aprofundando a dependência ao mesmo tempo em que empreende sua renovação (cf. PERICÁS, 2019, p. 85).

Em resumo, o tema da “revolução brasileira” ocupou espaço central tanto nos debates políticos, quanto nas ações políticas dos movimentos revolucionários nacionais. Dentro desse longo contexto histórico e intelectual, Florestan Fernandes se insere como um dos autores que buscou agregar os diversos potenciais das interpretações existentes para a construção de um quadro amplo da revolução brasileira, entendida como um processo de transição (longo e sem rupturas radicais) , entre um regime estamental, pautado na mobilidade social estática e na privação de direitos, para uma ordem social competitiva, na qual o trabalho livre e assalariado, associado a um regime democrático liberal, permitiriam a integração plena do capitalismo em nível nacional. Ademais, seria da crítica das características particulares dessa revolução que o autor vai buscar demonstrar o papel central ocupado pelas classes trabalhadoras na consolidação da democracia e do socialismo nacionais.

Revolução, democracia e os intelectuais na sociedade brasileira: escritos da década de 1950

Embora a década de 1950 tenha sido marcada por uma forte instabilidade política no Brasil, para Fernandes, a sociedade brasileira passava por um processo de maturação social no qual a integração do território nacional e a democratização do poder seriam elementos em pleno desenvolvimento (cf. FERNANDES, 2013 [1954], p. 110). Em *“Existe uma crise da democracia no Brasil?”*, podemos encontrar alguns elementos específicos quanto a interpretação do autor em relação a transformação da política nacional.

O que devemos observar nesse ensaio de 1954 é que, para ele, os elementos contraditórios entre estrutura política republicana e a manipulação do

voto e do sistema eleitoral, pareciam, pouco a pouco, perder eficácia como fatores nocivos à adequação da sociedade ao regime democrático. A democracia brasileira não estaria em crise porque seria um processo em elaboração cultural que apresentava ainda certas deficiências características de um país advindo de uma sociedade estamental e escravocrata (cf. FERNANDES, 2013 [1954], p.117).

Entretanto, para o autor “a implantação do regime republicano se vincularia aos efeitos iniciais de um processo de revolução social que continuava em pleno desenvolvimento na sociedade brasileira” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 116). Embora o autor não a qualifique ainda como revolução burguesa, a revolução a que se refere é característica da sociedade burguesa, ou seja, o aprimoramento do trabalho livre, da sociedade de classes e do Estado democrático de direito. Isso não implica, contudo, que Fernandes deixe de demonstrar os limites políticos dessa revolução. Segundo ele, a república teria iniciado transformações sociais que careceriam de intensidade, mas foram transformações que estavam conduzindo a sociedade brasileira a um padrão democrático (cf. FERNANDES, 2013 [1954], p. 110 e 118).

De acordo com Fernandes, o desenvolvimento político deveria ser acompanhado pela articulação entre o Estado e a nação como forma de constituir uma sociedade autônoma e integrada. Ou seja, para ele a distinção entre o Brasil e outros países é “que neles existe maior harmonia entre a organização política e as condições nacionais de existência social” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 120).

Logo, neste período, Fernandes acreditava ser possível adequar a sociedade e o Estado brasileiro aos padrões democráticos, uma vez que seria esse o padrão de desenvolvimento político assumido pela sociedade brasileira. Isso não excluiria a existência de diversos elementos contraditórios desse sistema político com estruturas e dinâmicas da sociedade escravocrata, antecessora do regime republicano. Logo, a situação contraditória na existência das instituições do Estado e na sociedade política seriam decorrentes dos componentes sociopolíticos da sociedade estamental ainda em vigor. Sobre isso, nos diz ele

“(...) essa incapacidade [de preparar a população e o Estado a democracia] política não deve ser atribuída a móveis deliberados e conscientes, pois se associa, como tentamos sugerir, à

herança da antiga mentalidade política e à sua deformação inevitável nas condições criadas pela formação das classes sociais, sob o regime de trabalho livre” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 117).

Adicionalmente a isso encontramos em “*Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil*” uma caracterização centrada nos aspectos extraeconômicos da revolução burguesa nacional, também chamada ainda de “a grande revolução social”. Quanto a isso, o autor ressalta a centralidade da compreensão racional dos fatores sociais que cercam a atividade econômica como forma de promover o desenvolvimento econômico. Valorizar o conhecimento desses fatores sociais seria fundamental aos agentes humanos capazes de conduzir as transformações sociais e de gerir as empresas a partir de concepções capitalistas (FERNANDES, 2013 [1959], p. 77).

Considerando a realidade brasileira, a expansão da atividade econômica capitalista se deu sem que as classes dirigentes observassem que outros elementos da estrutura social deveriam ser modificados a fim de integrar o desenvolvimento de uma economia capitalista com trabalho livre e crescente controle dos processos de transformação social. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças econômicas sofreria os efeitos negativos em função dos obstáculos extra econômicos. Sobre isso, diz Fernandes

“(...) a empresa industrial é minada por vários fatores irracionais, que solapam sua integração orgânica, seu rendimento e crescimento, e as influências que ela poderia desencadear na transformação do meio social. Mas este, por sua vez, restringe de várias formas as possibilidades de expansão da empresa industrial. Isso é particularmente visível em três níveis distintos: naquele em que a diferenciação e a integração do sistema econômico depende, de maneira direta, dos padrões de organização da sociedade; no das relações da vida econômica com as instituições políticas; e, por fim, nas conexões da vida econômica com elementos ou processos socioculturais que constituem os alicerces invisíveis de todo o progresso econômico” (FERNANDES, 2013 [1959], p.92).

Dessa forma, quanto ao primeiro nível, o sistema econômico não seria suficientemente integrado e diferenciado porque “o mercado brasileiro abrange uma parcela muito pequena de pessoas” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 92). No segundo nível, o problema reside na ausência de uma integração entre atividade capitalista e desenvolvimento capitalista planejado, logo, “nem o Estado chegou a preencher as funções que lhe cabiam na aceleração e orientação do processo

econômico, nem os industriais contribuíram para criar uma política nacional de desenvolvimento econômico (...)" (FERNANDES, 2013 [1959], p. 95). Por fim, o terceiro nível se refere à compreensão de que o desenvolvimento só pode ser possível através da integração do ensino e da ciência para o crescimento urbano e industrial (cf. FERNANDES, 2013 [1959], p. 98).

Por isso, seria necessário compreender que a expansão do capitalismo só seria possível pela expansão do mercado e, conseqüentemente do trabalho livre, associado a um desenvolvimento econômico racionalmente orientado e nacionalmente integrado. Esses fatores seriam os elementos centrais na revolução social, como nos diz o autor

"A grande revolução social brasileira, que está atrás de ambos os processos [secularização/racionalização e desenvolvimento capitalista], se vem arrastando lenta e descontinuamente, pela desagregação da sociedade patrimonialista e da formação da sociedade de classes. Em conseqüência, interesses e valores da nova ordem social nem sempre se impuseram claramente, inclusive para os líderes das camadas dominantes, e muitas vezes ainda hoje são toscamente conciliados com interesses e valores da ordem social desaparecida ou em colapso" (FERNANDES, 2013 [1959], p. 78).

Novamente, a sociedade de classe e as classes sociais aparecem como elementos em formação, tanto nas dinâmicas políticas quanto econômicas. Logo, a principal deficiência da revolução social seria a persistente resistência à constituição plena da sociedade de classes.

"Daí ser presumível que a progressiva expansão do sistema de classes sociais no Brasil produza uma progressiva eliminação das condições e efeitos do subdesenvolvimento. Na medida em que isso ocorrer, a industrialização brasileira assumirá, naturalmente, padrões mais complexos, orgânicos e integrados de desenvolvimento" (FERNANDES, 2013 [1959], p.81)

Para além da caracterização dos elementos políticos, econômicos e sociais, podemos encontrar nesses dois textos a importância que a racionalidade capitalista tem dentro dos contextos de transformação de uma sociedade capitalista para o autor. Tal postura revela também a forte influência de Mannheim nos escritos a década de 1950 (cf. IANNI, 1996, p. 30; ARRUDA, 2010, p. 13). Como destaca COHN (1989), na década 1950 Florestan encontrou em Mannheim uma sociologia aplicada capaz de enquadrar as questões conflitantes resultantes de uma situação heterogênea da sociedade brasileira.

Nessa época as questões estavam voltadas ao entendimento do desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira em seus limites e potencialidades. Dessa forma, até a década de 1960 Fernandes se preocupava com os dilemas da democracia brasileira, entendida como uma sociedade burguesa em formação, e que o autor tratou de descrever como a constituição de uma “*ordem social competitiva*”, que segundo Cohn, seria

“uma ordem social em que os mecanismos de organização e funcionamento dos processos sociais assegurem a possibilidade de acesso universal a meios, recursos e instrumentos e na qual de alguma maneira (...) haja algo assim como a possibilidade de uma carreira universal aberta ao mérito” (COHN, 1989, p. 135).

Para Fernandes, o agente dessa racionalidade poderia ser encontrado no intelectual comprometido com o trabalho científico rigoroso para a transformação social. Por conseguinte, o autor entende que o uso do conhecimento científico seria um fator fundamental para o desenvolvimento de um capitalismo que pudesse ser socialmente dinamizado. Pode-se ainda, de maneira mais particular, destacar o papel do cientista social como agente dessa transformação e a importância desse campo para o entendimento e controle das transformações sociais sobre as dinâmicas conflituosas do capitalismo.

Segundo o autor, seria ainda necessário aos empresários e agentes políticos brasileiros reconhecer como as ciências podem ser instrumentos úteis na organização do sistema social, destacando que a ciência seria um instrumento de desenvolvimento central por não ser pautada por interesses pessoais de grupos ou indivíduos. O cientista social deveria, por sua vez, compreender as relações existentes entre a possibilidade de realizar seu trabalho e a existência de um regime democrático que assegure e legitime sua posição.

Logo, “para que os cientistas sociais não sejam meros instrumentos nas mãos desses grupos e dessas camadas sociais, eles precisam aceitar as aludidas tarefas intelectuais sabendo, exatamente, o que elas representam em dado contexto histórico-social” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 104). Em resumo, o cientista social seria um intelectual comprometido em suas pesquisas com a sociedade, rompendo em alguma medida com interesses particulares e valores sociais das camadas dominantes. Observado o contexto histórico e os elementos interpretativos de ambos os textos, podemos dizer que Fernandes

defende que o cientista social seja agente da grande revolução social, uma vez que se identificaria “com os interesses fundamentais da coletividade como um todo” (FERNANDES, 2013 [1959], p. 105).

A relação entre revolução e os intelectuais pode ser melhor analisada em “A ‘Revolução Brasileira’ e os Intelectuais”, texto publicado em 1965 na *Revista civilização brasileira*. Embora seja um texto da década de 1960, ele nos fornece um ponto de transição entre as interpretações da década de 1950 para 1960, em especial, por destacar que a concepção das elites de democracia e revolução estreita e insuficiente. Dessa forma, o autor começa a gradativamente empreender uma crítica à burguesia nacional e ao projeto de nação que emerge dessa classe.

Fernandes defende que o fim da escravidão constituiu as bases da revolução burguesa brasileira e dessa forma constituiria “o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas” (FERNANDES, 2008 [1965], p. 164). Considerando as dificuldades desse processo, os intelectuais tiveram e tem papel central no aprofundamento desse processo histórico no qual, no princípio, se associaram com as pautas liberais e, após a década de 1930, como suporte técnico e ideológico para o “salto histórico” da revolução. Logo, como apresenta o autor

“Onde os intelectuais vencem o imobilismo tradicionalista e se incorporam às tendências dinâmicas de diferenciação da sociedade brasileira, propendem a admitir que ela representa um avanço necessário, valioso e desejável. Nela veem o principal suporte para o salto histórico que poderá facilitar a modernização da tecnologia, do ensino, da pesquisa, do Estado, enfim de toas as esferas da vida” (FERNANDES, 2008 [1965.1], p 165).

Não deixando de considerar que a revolução burguesa ainda represente um processo histórico que resulta numa dominação de classe, no contexto da sociedade brasileira, ela abriria possibilidades muito mais construtivas que as que se apresentam como possibilidade da continuidade da concepção tradicionalista das elites do Antigo regime, em especial, por dar margem a uma sociedade democrática e aberta, elementos difíceis de serem desenvolvidos dentro do arcabouço cultural advindo da estrutura social da ordem estamental no período colonial ou imperial brasileiros. Entretanto, distintamente dos textos anteriores, Fernandes retira das elites a posição de agentes da revolução (cf. FERNANDES, 2013 [1959], p. 105 – 106), demonstrando que dentro do contexto

da Ditadura militar de 1964, caberia aos acadêmicos, através de suas investigações, aprofundar a democratização da sociedade brasileira e, por conseguinte, intensificar a revolução burguesa que, para o autor, ainda parecia em curso. Assim sendo, nos diz o autor

“ (...) o intelectual deve ser o primeiro a compreender a natureza real das exigências do estilo democrático de vida. Ele também deve ser o primeiro a propagar essa verdade e o último a consentir em que ela seja traída ou pervertida. (...) Os últimos acontecimentos mostram-nos, sem reboços, o caráter das propensões políticas, que animam as elites dirigentes de nossas classes dominantes. Para elas, a democracia reduz-se a uma questão semântica. É democrata quem sabe tomar o poder e dispõe, em consequência, de meios para proclamar-se e impor-se como tal ” (FERNANDES, 2008 [1965.1], p. 168).

Em resumo, o que os textos aqui analisados revelam é o papel central que a democracia tem dentro do processo da revolução burguesa brasileira. Logo, o principal elemento distintivo da Revolução burguesa brasileira estaria, segundo Fernandes (2013 [1954] [1959]), não nos elementos econômicos, uma vez que a produção pela propriedade privada, o trabalho livre e uma legislação liberal já se encontravam bem estruturadas após 1930. O elemento heteronômico central estaria na esfera política dessa revolução. Como dito no primeiro capítulo, para ele o grande problema estaria na dinamização das distintas esferas em ritmos diferentes. O problema “extraeconômico” do desenvolvimento nacional seria político e responderia a debilidade da democracia como elemento político-cultural efetivo no desenrolar da transformação em moldes burgueses da sociedade. A análise objetiva e rigorosa da Revolução burguesa que demonstraria a centralidade que uma sociedade aberta, ou seja, democrática, teria na estabilização e integração das estruturas capitalistas aos fatores extraeconômicos de origem cultural e política. Dentro do contexto das transformações capitalistas e das revoluções burguesas, o intelectual apareceria como um agente potencialmente construtivo, pois reconheceria os limites e potencialidades da sociedade capitalista sem que com isso se comprometesse com suas elites.

Os fundamentos interpretativos da “Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”

A transição entre as décadas de 1950 e 1960 no pensamento de Florestan Fernandes quanto à revolução burguesa brasileira pode ser observada pelo aprofundamento da análise do autor em relação à centralidade das classes sociais na dinamização e integração do capitalismo, bem como as particularidades de uma sociedade de classe dentro de uma estrutura capitalista dependente. As estruturas e dinâmicas desse tipo de capitalismo começam a aparecer, para ele, como fundamentais para compreender as dificuldades encontradas no processo de consolidação da revolução burguesa nacional e para entender que tipo de sociedade nacional é construída pelo projeto burguês brasileiro.

Por conseguinte, a análise parece se dirigir ao entendimento da constituição da burguesia nacional, suas bases materiais, ideológicas e culturais para entender os problemas enfrentados no presente. Concomitantemente, o autor começa a observar nos processos políticos de 1964, que dão origem à Ditadura militar, o ponto crítico de tensão entre as estruturas do passado e a necessidade de se consolidar a revolução burguesa ainda em curso (cf. FERNANDES, 2008 [1965.2], p.104).

Com isso, o autor busca demonstrar que em um momento revolucionário específico várias perspectivas estão em disputa dentro da elaboração de uma nova ordem social. No caso das Revoluções burguesas, esses elementos se associam a certos ideais quanto às relações de produção, o sistema político e o jurídico, bem como a certos elementos que pautariam as relações entre os diversos membros de uma sociedade, como por exemplo, a existência de um Estado democrático de direito.

Como dito anteriormente, o capitalismo brasileiro guarda certas particularidades quanto aos casos clássicos europeus. Tais particularidades são oriundas de um processo revolucionário que se desenvolveu sobre estruturas sociais que transpassam a sociedade colonial e adentram as estruturas do Estado imperial brasileiro. Essas estruturas, por sua vez, continuaram a dinamizar certas concepções e comportamentos específicos, que embora buscassem adequar-se os ideais de uma Revolução burguesa, apareciam muitas vezes como forças sociais contrárias a ela. Por conseguinte, essa revolução imprime certas tensões no horizonte cultural médio das elites, mas ao

mesmo tempo sofre alterações quanto a possibilidade de sua aplicação social dentro da estrutura e da burguesia em que se insere.

Nesse sentido, em “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”, livro composto por seis capítulos, que o autor busca retomar a análise da constituição do capitalismo brasileiro, em especial, quanto aos limites da constituição e integração da sociedade nacional sob o capitalismo dependente. Por conseguinte, os processos constitutivos da revolução burguesa e do capitalismo dependente brasileiros começam a ser analisados concomitantemente em suas estruturas e agentes históricos. Nesse sentido, em “*A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil*”, o autor nos apresenta a caracterização mais geral da revolução burguesa brasileira. Diz ele,

“(...) a revolução burguesa surge, no Brasil, dentro do contexto e como episódio da expansão econômica do mundo rural. (...) O fazendeiro, quando se envolveu nesse processo, continuou simultaneamente preso aos papéis sociais que possuía no mundo rural. O imigrante desprende-se econômica e socialmente do mundo rural, mas levou consigo as concepções rurais de organização da vida (...), no fundo, a revolução burguesa foi, largamente, empreendida e conduzida por agentes humanos cujo horizonte cultural estava moldado para o estilo de existência, a economia e a previsão do futuro da “comunidade integrada”. Tais agentes histórico-sociais viram-se condenados a explorar formas novas de organização das atividades econômicas segundo a escala de grandeza que extraíram de sua concepção do mundo” (FERNANDES, 2008 [1965.2], p. 107).

A abolição do trabalho escravo e a Proclamação da república constituiriam, portanto, as bases de uma possível ordem social competitiva, pautada no trabalho livre e na classificação em classes sociais. Do ponto de vista da estrutura e das dinâmicas sociais, as concepções tradicionalistas do Império não mais respondiam aos requisitos da nova ordem social em emergência, que tencionava no seio da sociedade novas formas de relações políticas, econômicas e sociais. Apesar disso, tendo em vista a natureza do agente histórico que comanda esses processos de transformação, ou seja, das bases psicossociais do fazendeiro do café e do imigrante, a perpetuação de certos valores socioculturais do antigo senhor de escravos permaneceu, em especial a tendência de extrair de sua posição social o máximo de vantagem econômica possível (cf. FERNANDES, 2008 [1965.2] p.106).

O que o autor destaca é que os processos de transformação após a Proclamação da república foram em grande parte conduzidos por atores sociais que mais se identificavam com as estruturas sociais da sociedade estamental do que com os processos de transformação exigidos a consolidação de uma sociedade de classes, ou seja, de uma sociedade pautada em dinâmicas de transformação social articuladas no conflito construtivo entre trabalhador e patrão. Logo, pareceria haver uma irracionalidade das classes dirigentes quanto à compreensão da necessidade de transformação social com vistas a constituir uma sociedade capitalista.

No contexto histórico brasileiro, as classes dominantes reduziram os processos históricos fundamentais a constituição do capitalismo ao horizonte dos seus interesses ou aos processos que pode controlar. Elas veem com ameaça qualquer modernização que coloque em perigo a rígida dominação social, mesmo que tal modernização seja necessária à vitalidade do processo de consolidação do capitalismo nacional, como por exemplo, a expansão da sociedade política e da valorização do trabalho livre. Em resumo, diz Fernandes

“Outro aspecto de relativa importância na situação global relaciona-se com **as orientações suscitadas por semelhante rigidez numa era de mudanças sociais de caráter estrutural**. Em virtude do teor irracional das pressões conservantistas, qualquer inovação, em particular, e o processo de modernização, em geral, são avaliados e repelidos ou aceitos num contexto de extrema irracionalidade (...), ela fornece a base psicossocial de atitudes e comportamentos especificamente anti-sociais, como o solapamento sistemático de empreendimentos de significação nacional e **a resistência sociopática à mudança**” (FERNANDES, 2008 [1965.2], p. 111, grifo nosso).

Em suma, Fernandes busca demonstrar que existem características próprias das elites nacionais que impedem a consolidação de todos os elementos necessários à dinamização e integração do capitalismo em âmbito nacional. A “resistência sociopática à mudança” seria, segundo Portela (2013, p. 34), um dos elementos que guiariam os processos de transformação da sociedade após a Proclamação da república, dando a esse processo um caráter lento e de baixa intensidade no nível das relações político-sociais. Por esse motivo, “em vez de ganhar ímpeto, **a mudança social desemboca num ponto morto de desequilíbrio**, que a converte, intrinsecamente, **num dilema social**”. (FERNANDES, 2008 [1965.2], p. 113, grifos nossos).

Composta por seis capítulos, entre os quais os já citados “A *Revolução Brasileira*” e os *Intelectuais*” e “A *dinâmica da mudança sociocultural no Brasil*”, é em “*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*” (1967) que encontramos a síntese das análises do autor acerca do desenvolvimento do capitalismo em uma sociedade subdesenvolvida e suas conexões com a revolução burguesa e a sociedade de classes. A importância do ensaio também se justifica porque, embora seja o texto mais antigos entre todos os que compõe a obra, é particularmente ele o texto a introduzir o livro. O que esse ensaio guarda de fundamental parece ser uma recapitulação de todos os elementos desenvolvidos anteriormente em um esforço para constituir uma explicação macrosociológica do subdesenvolvimento. Para isso, o autor busca retomar a perspectiva na qual a principal debilidade do capitalismo brasileiro seria a baixa intensidade do processo de constituição de uma situação de classe, ou seja, uma sociedade na qual os processos de transformação social são articulados e categorizados dentro do conflito de classe. Para entender o subdesenvolvimento, seria necessário apreender como os processos de classificação social das classes se integrariam à ordem econômica capitalista, ou seja, em que medida começariam a ser mediadas pela posição que o indivíduo ocupa no mercado.

Do ponto de vista global, o capitalismo guardaria em suas dinâmicas a necessidade de expansão dos mercados, gerando por conseguinte, uma luta pelas posições de controle dos fluxos econômicos. O que distinguiria um país dependente de um país capitalista integrado, seria um grau de estruturação e dinamização da ordem social competitiva. Nesse sentido, nos diz Fernandes

“No plano internacional, o capitalismo gera uma luta permanente e implacável pelas posições de controle da economia mundial, que permitem dirigir os processos de formação e de crescimento das economias dependentes, bem como monopolizar os excedentes econômicos que podem, assim, ser captados e drenados dessas economias para as economias hegemônicas. (...) **A superação do capitalismo dependente** e a implantação do capitalismo auto-suficiente, numa sociedade subdesenvolvida, **repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva**, através da absorção dos padrões e princípios de organização capitalista do sistema econômico” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 35, grifo nosso).

A situação de um país de origem colonial não torna fácil a integração da ordem social competitiva, pois o que se observa é que os processos de

transformação do capitalismo internamente se dão de maneira a que parte do excedente econômico seja apropriado pelas economias hegemônicas. Por conseguinte, a constituição das classes sociais, dos interesses de classe, da “situação de classe”, deve ser entendida dentro dos limites históricos encontrados no desenvolvimento capitalista em uma sociedade que tem sua base social, política e econômicas advindas da estrutura do sistema colonial.

Como já foi ressaltado, os processos de transformação da sociedade brasileira sempre foram acompanhados de certa resistência a transformações que socializassem os poderes políticos e econômicos em escala nacional. Por exemplo, mesmo a intensificação da atividade capitalista comercial, o que exigiria um mercado interno vigoroso, não acarretou na abolição da escravidão e na expansão do trabalho livre assalariado. As inovações sempre se davam no limite que permitiam a renovação das formas de acumulação capitalista, sem que com isso extrapolassem na expansão da ordem social competitiva. Sobre esse processo, diz Fernandes

“Com a emancipação política e a constituição de uma economia nacional, o mercado interno incluiu várias outras fases das atividades econômicas no núcleo das ações orientadas pelo cálculo capitalista. (...) Não obstante, **como as formas de produção não desembocaram, do mesmo modo, na mercantilização capitalista do trabalho, nem todas as situações e processos econômicos se incorporaram e foram controlados a partir do núcleo legal** e institucionalizado da economia nacional. (...) Em consequência, a ordem econômica não tem plena eficácia para todos os fatores do sistema econômico, o que faz com que o setor moderno comande os dinamismos do crescimento econômico, mas sem poder impor a transformação ou a eliminação do setor arcaico” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 62-63, grifo nosso).

Nesse sentido, mesmo após a abolição da escravidão, o processo de constituição nacional da sociedade de classes continuou a ser lento e contraditório. Em uma sociedade de classe a “posição de classe” que alguém ocupa pode ser definida em termos da posse ou não de bens. Os que não possuem bens, por sua vez, podem se classificar pela venda do seu trabalho, o que também chamamos de “mercado de trabalho”. No entanto, se o indivíduo goza apenas da condição de trabalhador livre, sem que com isso encontre valorização do seu trabalho, não pode se classificar dentro da ordem social capitalista e, dessa forma, não encontra possibilidade de participação real no desenvolvimento da economia nacional (Cf. FERNANDES, 2008 [1967], p.65).

Concomitantemente, o “interesse de classe”, ou seja, como as classes se articulam e agem no sentido de defender suas decisões e posições, sofre transformações em virtude da estrutura social estamental do Antigo regime brasileiro. As classes dominantes, mesmo quando se empenharam na construção do Estado nacional, o fizeram pautados em seus interesses particularistas, relegando a todas as outras classes a possibilidade de participação dentro dos limites estipulados pelos interesses dominantes. Nesse sentido, fundaram um Estado pautado no liberalismo político, mas restringindo a participação social, contrariando aos valores políticos que os animavam. Quanto a isso, nos diz o autor

“A existência de um Estado nacional independente e a parte tomada por essas classes, com real autonomia, na condução da vida política interna, levam-nas a identificarem-se com os símbolos económicos, políticos e sociais da soberania nacional e do liberalismo económico. (...) engendram um estado de consciência mais ou menos espúrio, que converte a livre-empresa, a filosofia económica liberal correspondente e o Estado democrático em “outros meios” para atingir fins económicos e salvaguardar a ordem económica inerente ao capitalismo dependente. (...) Os “donos do poder” não possuem meios para realizar as condições últimas de sua liberdade e autonomia como classe, cumprindo um destino adverso às suas próprias convicções económicas, políticas e morais, ao se verem continuamente forçados a subordinar aspirações de autonomia nacional a interesses económicos” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 68- 69).

As classes despossuídas, por sua vez, se identificariam em alguma medida com os valores semelhantes aos das classes dominantes, em especial no que tange à defesa da economia nacional, mesmo sendo ela dependente. No entanto, uma vez que o aprimoramento da ordem social competitiva oferecia a possibilidade de romper com a rígida mobilidade social, as classes despossuídas encontravam nessa ordem a possibilidade de ascensão social e de aumento na participação do poder político. Em virtude disso, para Fernandes, o interesse de classe que emerge do proletário seria mais alinhado às necessidades dinâmicas estruturais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

“A classe baixa urbana não se metamorfoseia no equivalente de algo como “a vanguarda consciente do proletariado”. Ao contrário, polarizada de modo positivo na ordem económica vigente, compartilha, aceita e valoriza o privilegiamento do mundo urbano, orientando-se preponderadamente por seus valores. (...) Assim, seu destino social também é modelado pela ordem económica inerente ao capitalismo dependente, embora exista um inconfundível elemento de tensão entre seus interesses e situação de classe e o padrão de equilíbrio do sistema económico. (...)a classe baixa urbana vincula o seu destino social ao florescimento da civilização vigente, mas sem precisar comprometer-se,

como e enquanto classe, com os mecanismos e os objetivos da associação económica dependente, que une pelo topo as classes altas, as classes médias e os núcleos hegemónicos externos. Portanto, ela é livre, como e enquanto classe, para se identificar com os alvos mais profundos da autonomização económica, social e política da sociedade nacional (...)" (FERNANDES, 2008 [1967], p. 69 e 70).

Dentro desse cenário, no qual a sociedade de classes constitui um polo pouco dinâmico nas transformações nacionais, uma revolução burguesa ainda se justificaria “pelas transformações estruturais e dinâmicas inerentes à constituição e à consolidação de uma ordem social competitiva”, que se iniciaram com a abolição da escravidão e a Proclamação da república, as quais por sua vez, serviriam ao “funcionamento conjugado de uma economia capitalista diferenciada, embora dependente, de um Estado fundado no direito positivo e numa democracia representativa” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 89).

Por conseguinte, todo esse longo debate foi sistematizado pelo autor na obra mais importante no que concerne ao estudo do processo de constituição da revolução burguesa brasileira e suas estruturas e dinâmicas particulares: “*A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*”, que é, talvez, a obra mais célebre de Florestan Fernandes. Tendo sido escrita em duas partes, a primeira e segunda partes iniciadas e concluídas em 1966, apresentam uma síntese do pensamento de Fernandes acerca da estrutura do capitalismo brasileiro articulada especificamente à problemática da revolução burguesa nacional.

A importância desse texto também se dá por ser uma obra que condensa tematicamente os diversos ensaios compostos pelo autor nos anos anteriores a 1966, ao mesmo tempo em que o autor procura empreender uma escrita mais livre, tendo em vista a natureza ensaística do texto. Dessa forma, o Fernandes parece aprofundar e sistematizar a temática de forma ampla, retomando o tema da revolução burguesa, bem como diversos temas que apenas aparecem de maneira muito breve em “*Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*” [1967].

Por conseguinte, o autor inicia a obra buscando demonstrar os conceitos que seriam apresentadas no decorrer da obra, em especial defendendo a validade de se discutir as categorias “burguês” e “revolução burguesa” dentro do contexto histórico brasileiro. Mesmo que de forma desordenada e contraditória, a evolução do mercado interno após a proclamação da Independência, bem

como a abolição da escravidão e a proclamação da República, levou os “*homens de negócio*” a tomarem a frente do processo de desenvolvimento da sociedade nacional (cf. FERNANDES, 2016 [1966], p. 34, 35 e 36). Dessa forma, negar a existência do burguês brasileiro apenas pela ausência de semelhança entre esse ator nacional e seu análogo europeu seria incorrer no erro de tomar as categorias de maneira eurocêntrica, esquecendo de considerar na análise o processo de estruturação do capitalismo em nível global e nacional.

Uma outra questão refere-se, segundo Fernandes, a tendência em entender a “Revolução Burguesa” como um episódio histórico que se assemelharia aos eventos vistos na Europa. Entretanto, mais importante que reproduzir um evento histórico é entender que assim como no capitalismo,

“(...) a ‘Revolução Burguesa’ se apresenta como um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social” (FERNANDES, 2016 [1966], p. 37-38).

Nesse sentido, duas variáveis são postas por Fernandes. Uma se relaciona com as condições externas a ação, ou seja, os aspectos objetivos que existem e evoluem no decorrer do processo revolucionário. A segunda, refere-se aos aspectos subjetivos que englobam o ser, pensar e agir. Nesse sentido, pergunta o autor, o que se forma antes, as condições objetivas postas pela classificação em classes sociais do capitalismo ou os elementos subjetivos entendidos como “*espírito capitalista*”? Para o autor, seria o “espírito capitalista” antecessor a formação do capitalismo, considerando que no decorrer desse processo, o próprio “espírito capitalista” sofre transformações. Dessa forma, deveria ser analisado no caso brasileiro, a origem dos elementos capitalistas de comportamento econômico, bem como a reelaboração e à expansão desses elementos com a ruptura do sistema colonial (cf. FERNANDES, 2016 [1966], p. 38 e 39).

Como dito na introdução desse capítulo, a Independência constituiu a primeira revolução nacional. Neste sentido, parte relevante das bases psicossociais e estruturais da revolução burguesa brasileira, bem como da burguesia, iriam surgir nesse processo. Dito isso, em virtude da estrutura da sociedade colonial e das suas classes dirigentes é evidente que o processo de

Independência não foi pautado na constituição de uma sociedade nacional ampla e integrada. Antes de tudo, ela representou a internalização dos centros de poder e a unificação das elites nativas que fariam o controle desse poder.

Apesar das debilidades, a Independência provocou dois efeitos nas classes dirigentes, segundo Fernandes. O primeiro, foi a promoção da integração nacional das elites pela expansão do mercado interno e dos fluxos comerciais. A segunda, e mais significativa quanto ao tema aqui tratado, refere-se à transformação no horizonte ideológico das elites, em especial na absorção do liberalismo. Pode-se observar que desde de sua fundação o Brasil esteve integrado ao mercado externo, nesse sentido, com a independência o que se observou foi a constituição de um elemento interno que pudesse ocupar o local da metrópole como intermediária com mercado internacional. É o liberalismo que vem fornecer os elementos ideológicos necessário para manutenção, agora interna, das dinâmicas econômicas e posições de controle de capital estruturadas no sistema colonial. Esse processo forneceria as bases sociais, políticas e econômicas com as quais a Revolução burguesa brasileira se desenvolveria vinculado aos processos de transformação do capitalismo em nível global (FERNANDES, 2016 [1966-1974], p.55).

Por conseguinte, a transformação do senhor rural se deu em virtude das pressões do desenvolvimento da economia capitalista interna através dos fluxos de renovação externos, destacando-se principalmente expansão do capitalismo competitivo sob a estrutura rígida e pouco dinâmica da dominação estamental.

“O sistema estamental de concentração de renda sofria uma distorção, pois, deslocava o excedente econômico, que não podia ser aplicado na grande lavoura, na expansão de um setor que colidia com os interesses, as concepções do mundo e as formas de dominação inerentes à ordem escravocrata e senhorial vigente” (p. 134).

Dentro do contexto de transformação da economia interna diferenciou-se dos senhores rurais um tipo distinto, o fazendeiro de café. Tais agentes procuraram gradativamente diferenciar sua ação econômica dos seus semelhantes mais antigos. Gradativamente substituíram o trabalho escravo pelo trabalho livre, ao mesmo tempo em que reinvestiam parte dos rendimentos na expansão da infraestrutura interna, fazendo emergir na sociedade nacional as primeiras estruturas da **empresa** agrária (cf. FERNANDES, 2016 [166], p. 135).

Nesse processo, surgem mais três novos atores sociais, sendo eles o “coronel”, o “homem de negócios” e o imigrante. O primeiro se refere a transformação dos senhores rurais, os quais se subdividiam em dois novos papéis sociais os de “coronel” e de “homem de negócios”. O coronel representava a derrocada da antiga sociedade estamental, de forma que, privado do seu antigo *status* e fora do ciclo econômico urbano, se vê preso a instrumentos políticos para manutenção de sua posição de privilégio. O “homem de negócios”, por outro lado, era o agente por excelência da “Revolução Burguesa” brasileira. Estruturava gradativamente a empresa cafeeira através do trabalho livre e da delegação de postos administrativos. Diferente dos seus antecessores e dos coronéis,

“seu motivo propriamente racional dirigia-se noutra direção: a aplicação desses excedentes, na lavoura ou fora dela. Realizou, assim, a potenciação-limite das probabilidades de dinamização das funções econômicas da grande lavoura numa sociedade nacional, situando-as no contexto das múltiplas oportunidades” (FERNANDES, 2016 [1966], p. 141).

Foi graças a concepção econômica racional que os “homens de negócios” conseguiram conciliar seus interesses econômicos com os processos de desenvolvimento do Estado nacional brasileiro. Nesse sentido, nos diz Fernandes que

“Delineou-se uma posição econômica de interesses nacional e os ‘homens de negócios’, procedentes da ou vinculados à grande lavoura exportadora, assumiram o controle de sua dinamização econômica e de sua ativação política. Passou-se, assim, da confluência não-articulada de interesses interdependentes para uma fusão dos mesmos interesses, graças à qual as duas tendências de formação e de acumulação de capital (ligadas à grande lavoura exportadora e à expansão do setor comercial-financeiro) se fundiram e provocaram a integração do setor comercial e financeiro como fenômeno nacional” (FERNANDES, 2016 [1966], p. 145).

O terceiro ator social pode ser encontrado na figura do imigrante. O que se pode observar é que desde do período da independência agentes externos atuavam dentro da economia nacional através das casas de comércio e serviços financeiros. No entanto, a quantidade desses agentes não tinha valor demográfico significativo, compondo apenas uma parcela ínfima dos habitantes locais. Por conseguinte, a introdução do Brasil nas dinâmicas do mercado mundial e a expansão do setor comercial-financeiro, exigiu mudanças internas

no sentido de expandir o trabalho livre e a diferenciação interna da produção de bens de consumo e de seus possíveis consumidores. Logo, tais requisitos levaram a um novo tipo de imigração, a qual, diferente do processo anterior, representava um grande processo de transplante humano que visava aprimorar a economia de mercado em expansão (cf. FERNANDES, 2016 [1966], p. 153, 154 e 155).

Entretanto, o imigrante acabou por se adaptar à estrutura da sociedade brasileira e suas formas de controle político e econômico. Ao se tornar “homem de negócios”, esse agente abandona sua posição de contraponto aos valores advindos da dominação estamental e busca apropriar-se deles para manutenção da concentração de renda e do prestígio social. Dessa forma, para o autor, “o imigrante não só repetiu, sob um novo estilo, o passado do senhor agrário colonial. Ele transferiu critérios estamentais de concentração social da renda para processos puramente econômicos de acumulação e de reprodução do capital” (FERNANDES, 2016 [1966], p. 167).

O que Fernandes tenta definir nessa longa análise são os elementos socioculturais que viriam a constituir a base do espírito capitalista brasileiro, para isso, o autor busca demonstrar que a revolução burguesa nacional se distingue principalmente pela manutenção de certos elementos pré-capitalistas dentro da racionalidade capitalista nacional. Isso explicaria, por exemplo, o porquê de ainda hoje existir paralelamente ao mercado de trabalho formal, um grande mercado informal, talvez até mais dinâmico que o outro. Essa junção de uma racionalidade capitalista com concepções político sociais características da antiga sociedade escravocrata, seriam os elementos centrais sobre os quais a revolução burguesa brasileira se dinamizaria.

Essa racionalidade específica da burguesia nacional influenciaria também o próprio processo de estruturação do capitalismo brasileiro, em especial no que se refere a incompreensão dos elementos sociopolíticos, ou, como diria Fernandes nos textos da década de 1950, elementos extracapitalistas na integração e intensificação de comportamentos e instituições capitalistas. Dessa forma, segundo ele, diferente dos casos clássicos, no caso brasileiro o capitalismo antecede a consolidação de uma ordem social competitiva, pautada em certos princípios democráticos que garantiriam a expansão do trabalho livre,

a diversificação do mercado e a inclusão das representações trabalhistas no governo dos assuntos políticos e econômicos.

Embora houvesse uma forte preferência das elites locais pelo ordenamento estamental da sociedade, o processo de desenvolvimento capitalismo a nível global forçou de maneira gradativa a expansão da ordem social competitiva, sendo que, essa sociedade iria emergir das antigas estruturas coloniais e seria reinterpretada dentro do campo de interesse e ideologias das elites do período escravista. O elemento burguês liberal sofre nas mãos da aristocracia agrária uma série de interpretações de cunho instrumental. Nesse sentido, o elemento burguês é apropriado de maneira dual, em certo momento ele é combatido, em outro, se transforma na nova forma de dominação política e econômica. Para essas elites, “o realismo econômico conduzia não a uma percepção secularizada e ‘racional’ da competição, vista em termos de equilíbrio dinâmico do mercado, mas a uma **compreensão cataclísmica das forças econômicas**” (FERNANDES, 2016 [1966], p. 189, grifo nosso).

Dessa forma, o autor apresenta um resultado que sintetiza e articula as interpretações contidas nos ensaios escritos entre 1954 e 1966, com a diferença de que gradualmente vai abandonando uma perspectiva positiva quanto à possibilidade da elite nacional promover a revolução democrática, ao mesmo tempo em que começa a colocar o conflito de classes como elemento central para superação da dependência. Entre 1966, ano de escrita da primeira e segunda partes de “Revolução burguesa no Brasil”, e 1975, ano de escrita da terceira parte e publicação da obra, o que se pode observar é que Florestan Fernandes radicaliza sua análise quanto a revolução burguesa nacional.

Forçado ao exílio em 1969, Fernandes acabou por consolidar sua visão quanto as possibilidades da revolução burguesa nacional resultar em uma democracia burguesa. Como buscou demonstrar em “*Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina*” (1973), sob o capitalismo dependente, a revolução burguesa resulta em uma forma política diferente que a democracia liberal. A ordem social organiza-se na forma de uma sociedade de classes, mas em diversos níveis elas não orientam o comportamento dos agentes ou a elaboração de políticas nacionais. Como nós diz o autor:

“As classes sociais se manifestam nas sociedades latino-americanas como formações histórico sociais típicas. No entanto, elas apresentam variações (em três níveis distintos: o das bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si), (...). Por mais que esses dois aspectos pareçam contraditórios e exclusivos, ambos se explicam pela mesma causa: o modo pelo qual o capitalismo se institucionalizou, difundiu-se e desenvolveu-se na América Latina” (FERNANDES, 1973, p. 39).

Nesse sentido, as condições históricas do desenvolvimento capitalista brasileiro são bastante difíceis e ao longo dos diversos ciclos de transformação muitas forças exógenas estiveram agindo nas decisões políticas e econômicas nacionais. A princípio isso se realizou de maneira direta, mas no decorrer das mudanças na economia global, se consolidou vínculos de reciprocidade entre setores da elite nacional com elites de países desenvolvidos. Essa modalidade de capitalismo, que exige do agente interno um excedente de capital a ser direcionado para as economias centrais, pressupõe a acumulação extremamente desigual dos excedentes econômicos, bem como a supressão de mecanismos de participação social que poderiam colocar em questão a estrutura de acumulação capitalista dependente.

Dentro desse contexto, o conflito de classe não pode expressar-se de maneira a romper com os diversos elementos pré-capitalistas, ao mesmo tempo que não consegue dinamizar os conflitos no âmbito político para construção de uma política nacional. Como nos diz Fernandes:

“Em suma, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. (...) As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “transições viáveis”, porque a “revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas (...). Elas promovem mudanças e inovações, em geral descritas erroneamente (...), através das quais a crosta superficial da ordem social competitiva adquire a aparência dos modelos históricos originais” (FERNANDES, 1973, p. 43).

Uma vez que o regime de classes serve unilateralmente a dominação de classe, a análise de Fernandes conduz à conclusão de que as transformações sob o capitalismo dependente se desenvolvem sobre um regime autocrático, na qual as classes dirigentes mantêm a nação sob o jugo dos seus interesses e

para manutenção dos seus privilégios. Não é por acaso que no capítulo sete de “Revolução burguesa no Brasil” o autor trate especificamente dessa forma especificamente autocrática de transformação capitalista.

Escrito em 1975, esse capítulo pode sintetizar o longo percurso do pensamento de Florestan Fernandes sobre a revolução, juntando todos os elementos analisados anteriormente para demonstrar como a dominação burguesa não conduz necessariamente a formas democráticas-burguesas de transformação capitalista. Três níveis são analisados pelo autor: primeiro, o autor busca definir como se realiza histórica e socialmente a transformação capitalista; segundo, qual o padrão concreto de dominação burguesa; terceiro, qual a possibilidade da estrutura de dominação burguesa absorver os elementos necessários a transformação capitalista.

Quanto ao primeiro ponto, diversos textos já comentados nos fornecem elementos para caracterização da interpretação do autor quanto o tema. A transformação capitalista opera na articulação de dois polos distintos, um externo e outro interno. A intensificação da situação de mercado internamente e a posterior industrialização operaram de forma a permitir que em ambos os processos as economias centrais tivessem papel ativo nos fluxos históricos. Por isso, a dupla articulação criaria uma situação distinta de transformação capitalista e, paralelamente, condicionaria uma forma diferente de dominação burguesa, adaptada internamente ao desenvolvimento desigual frente as economias centrais e internamente frente a dominação imperialista (cf. FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 348 e 349).

Nesse sentido, a transformação capitalista na periferia tem como ator central as elites locais, as quais desenvolvem todo processo de revolução burguesa centradas na dominação burguesa e apenas no seu interesse de classe. Por conseguinte, as elites usam do poder político e econômico que dispõem para conter a revolução nacional dentro dos limites dos seus interesses. Isso nos conduz ao segundo ponto, qual a forma que a dominação burguesa realiza concretamente?

A questão central, segundo Fernandes, é que essa burguesia que limita o desenvolvimento nacional dentro dos seus interesses está fadada a uma crise,

chamada pelo autor de “crise do poder burguês” (cf. FERNANDES, 2006 [1966-1975], p. 371). A crise é eminente em virtude do desenvolvimento e diversificação do capitalismo internamente, o que conduziria a reivindicações de maior participação política e econômica nos fluxos de desenvolvimento histórico por parte de mais atores, como trabalhadores, pequenos burgueses e profissionais liberais. Em virtude disso, essa burguesia dependente encontrou uma barreira histórica que poderia ter sido removida mediante uma intensificação da integração do mercado interno e da democratização da participação política. Contrariamente, a opção histórica tomada pela burguesia foi manter e aprofundar o desenvolvimento capitalista desigual, empreendendo um movimento político contrarrevolucionário, combatendo, pela força das armas, a expansão da democracia nacional. Doutro lado, essa mesma burguesia sanou sua crise de poder ao conseguir impor transformações econômicas e sociais através de um regime ditatorial, através da dominação direta do Estado. Como diz Fernandes, em resumo:

“ (...) no fundo da *crise do poder burguês* estava a necessidade histórico-social de adaptação da burguesia brasileira ao industrialismo intensivo não sob uma evolução que acelerasse a aprofundasse a revolução nacional, como ocorria sob o capitalismo competitivo. Porém, ao contrário, sob uma evolução que agravava o desenvolvimento desigual interno e intensificava a dominação imperialista externa, pois ambos teriam de ser irremediavelmente, os ossos, a carne e os nervos do industrialismo intensivo” (FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 371).

Constitui-se, assim, um processo de transformação capitalista no qual uma classe estabelece historicamente não um Estado capitalista democrático-burguês, mas sim um Estado capitalista autocrático-burguês. Esse Estado que garante à classe burguesa a possibilidade de manejar as forças políticas e econômicas dentro dos limites dos seus interesses, atrasando ou intensificando ao longo da história eventos e processos constitutivos favoráveis ou contrários a estabilidade da dominação de uma burguesia capitalista dependente (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p 408 e 409).

Isso nos remete a terceira e última pergunta, qual o limite da forma de transformação e dominação autocrática-burguesa? Dentro do contexto histórico-conceitual apresentado, para o autor, o Estado autocrático-burguês não deveria ser encarado como uma forma política passageira, mas sim como forma política

madura do capitalismo dependente. É através dele que as elites nacionais podem se preservar das inconstâncias e desvantagens relativas de capitalismo subdesenvolvido, reduzindo o Estado a um aparelho direto da dominação de classe. No entanto, embora guarde semelhanças com um Estado fascista, o Estado autocrático burguês não seria uma versão do mesmo. Segundo Fernandes, mesmo uma mobilização fascista de classes conduziria a uma repressão política se essa mobilização não atendesse ao interesse das classes dirigentes. O que se observa é um Estado que demonstra elementos fascistas em partes de sua composição, mesclando uma democracia restrita com uso violento do poder político (cf. FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 423 e 424).

Por fim, a Revolução Burguesa ou Revolução Proletária?

Para concluirmos este capítulo caberia apresentar um texto escrito em 1981, intitulado *O que é revolução?*. Nessa obra, o autor busca de maneira direta apresentar sua interpretação sobre o processo revolucionário de maneira ampla, compreendendo tanto a revolução burguesa quanto a revolução proletária. Para isso, ele resgata de maneira indireta certos elementos apresentados nas obras anteriores.

A princípio, define Fernandes que “revolução” empreende mudanças drásticas e bruscas na sociedade, distinguindo dessa forma uma transformação gradual de uma transformação revolucionária. O contrário de uma revolução seria uma contrarrevolução, que alteraria ou impediria uma situação revolucionária (cf. FERNANDES, 2005 [1981], p.56).

Uma classe revolucionária ou contrarrevolucionária não está definida *a priori*, mas se delinearía dentro de um processo histórico específico. Isso implica dizer que uma série de outras revoluções, como por exemplo revolução urbana, revolução política, revolução econômica, podem ser realizadas por atores distintos em um determinado processo revolucionário, sendo que essas revoluções desenrolam-se de maneiras concomitantes. Nesse sentido, dentro do contexto de uma sociedade capitalista dependente, uma revolução econômica integral só pode ser realizada pelas classes despossuídas, pois são elas que mais sofrem em virtude da manutenção da dependência econômica. No contexto

apresentado, a revolução proletária dentro da ordem democrática tem um significado distinto do processo análogo europeu. Como apresenta o autor:

“[...] a "revolução dentro da ordem" possui um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais. As classes burguesas não se propõem as tarefas históricas construtivas, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; e as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim, por causa de vários fatores (a persistência de estruturas coloniais e neocoloniais que afetam as relações de produção, a distribuição e o consumo; a aliança com burguesias externas imperialistas; o medo permanente de deslocamento, que atormenta os setores nacionais da burguesia - diante dos deserdados da terra e do proletariado, mas, também, diante dos centros imperiais)” (FERNANDES, 2005 [1981], p. 60).

Considerando o caso brasileiro, uma revolução dentro da ordem burguesa teria impactos construtivos que romperiam com os limites impostos pelas classes dirigentes à participação política das massas trabalhadoras. Esses limites não são exclusivos das sociedades subdesenvolvidas, de maneira geral, em todos os processos revolucionários burgueses essa classe conseguiu empreender formas de cooptação ou controle das classes proletárias, mas no contexto nacional apareceriam de maneira mais violenta e intensa.

Para Fernandes, a estrutura de classes que se consolida na sociedade capitalista é o principal fator que delimita a curta experiência histórica burguesa. Uma vez consolidada no poder, essa classe se encontra dividida entre expandir sua revolução rumo aos ideais utópicos extracapitalistas que se encontram em sua origem, ou, ceder a concepções egoístas de classe, voltadas à manutenção da acumulação de capital e, ao mesmo tempo, impedir que as classes proletárias cheguem a direção do processo revolucionário. Essas duas perspectivas demonstram, segundo o autor, que o sucesso do capitalismo não é resultado da ascensão da burguesia, mas sim da articulação entre esse ideal universal (utopia) com uma prática centralização do poder político e econômico (prática ideológica). Logo, o sucesso de capitalismo não se encontra apenas do poder burguês, mas na integração das insatisfações proletárias e camponesas dentro do desenvolvimento histórico capitalista, consolidando assim a hegemonia burguesa.

Do ponto de vista teórico, o que o autor busca demonstrar é que o desenvolvimento do capitalismo se relaciona com o desenvolvimento paralelo de duas classes fundamentais às dinâmicas sociais na sociedade capitalista. Do mesmo modo, em virtude da estrutura fundada na propriedade privada, o que se observa é o agravamento das tensões entre o capital e o trabalho, sendo essa tensão o elemento dinâmico histórico do capitalismo. Do ponto de vista prático, a classe proletária se associa a um processo que não se esgota na revolução burguesa, pois ela está condicionada a vender sua força de trabalho dentro de uma relação desigual de poder.

Ademais, compreender o papel revolucionário ocupado pelos proletários numa sociedade subdesenvolvida demanda também compreender que as situações revolucionárias não se constituem ao sabor das vontades, mas é fruto da união entre as condições do ambiente e a capacidade do proletário em utilizar dessas condições para empreender movimentos revolucionários. Resumindo, apresenta Fernandes que:

“Para que a revolução tenha lugar, é necessário que os exploradores não possam viver e governar como antes. É somente quando *“os de baixo” não querem mais e “os de cima” não podem mais* continuar a viver da antiga maneira, é somente então que a revolução pode triunfar. Essa verdade se exprime em outras palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (afetando explorados e exploradores). Assim, pois, para que uma revolução tenha lugar, é preciso: primeiramente conseguir que a maioria dos operários (ou pelo menos, que a maioria dos operários conscientes, ponderados, politicamente ativos) tenha compreendido perfeitamente a necessidade da revolução e esteja disposta a morrer por ela; é preciso também que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que envolva na vida política até as massas mais retardatárias (o indício de toda revolução verdadeira é uma rápida elevação ao décuplo, ou mesmo ao cêntuplo, do número de homens aptos para a luta política, entre a massa laboriosa e oprimida, até a apática), a qual enfraqueça o governo e tome possível aos revolucionários a sua pronta substituição” (FERNANDES, 2005 [1981], p. 77).

Por fim, o que se observa no decurso dessas obras é que Florestan mantém uma série de constantes interpretativas ao longo de seu texto as quais defendem o lugar fundamental que a participação política democrática teria na consolidação da Revolução burguesa nacional. Por outro lado, a abertura democrática embora elemento necessário, apareceria como elemento indesejado por parte das elites, que veem nessa abertura um risco a estabilidade

do capitalismo dependente e de seus fundamentos extremamente desiguais. Distintamente, a revolução burguesa brasileira conduziu a um Estado autocrático-burguês, instrumento principal de transformação capitalista sob o subdesenvolvimento e dependência.

Capítulo III- Entre a democracia necessária e a autocracia preferida: Florestan Fernandes e a Revolução Democrática Brasileira

O tema da democracia aparece de diversas maneiras nos escritos de Florestan Fernandes. Em alguns momentos da sua obra se refere ao problema da integração do negro na sociedade capitalista⁶, em outros destaca o papel da educação na construção de uma sociedade democrática⁷. Aqui, propomos apresentar esse tema dentro da análise da atuação das elites políticas brasileiras, do Estado nacional e do capitalismo dependente na conformação dos processos democráticos no Brasil. Deste modo, buscamos até o presente capítulo demonstrar os diversos entraves históricos para a revolução democrática brasileira e, por conseguinte, para uma democracia mais inclusiva e aberta para a participação das classes populares.

Ao apresentamos as análises históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais que Florestan Fernandes busca mobilizar para caracterizar o tipo específico de capitalismo que se consolida em um país subdesenvolvido, concluímos que o Brasil seria um país capitalista pleno, mas de uma forma específica de capitalismo, dependente, articulado através de vínculos de reciprocidade entre a elite interna e as elites externas. Esse tipo de capitalismo teria repercussões profundas na organização social, política e econômica brasileira, em especial na monopolização do poder por parte das elites burguesas.

Por conseguinte, o capitalismo dependente teria dois possíveis meios de superação, por um lado, através da “revolução dentro da ordem”, ou, por outro lado, de uma “revolução contra a ordem”. Para Fernandes, o significado e amplitude da revolução obedecem e se desenvolvem a partir da estrutura da

⁶ Cf. A integração do negro na sociedade de classes, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1964; 2a. ed., em dois volumes, São Paulo, Dominus/Edusp 1965; 3a. ed., em dois volumes, Ática, 1978. Ainda sobre o tema do negro e da democracia no Brasil, embora seja um tema importante no pensamento de Florestan Fernandes, ele não será tratado em pormenores do presente trabalho considerando limites do tema central, o capitalismo dependente, a democracia e a autocracia.

⁷ Cf. PORTELA, A. “A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes”. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 19 e 20

ordem social vigente, da formação e da luta de classes e, em decorrência, dos objetivos específicos dos grupos que presidem cada revolução.

Como se observou no capítulo anterior, a princípio o autor acredita na possibilidade de deflagração de uma “revolução democrática dentro da ordem”, na qual as classes dirigentes teriam papel central na superação das estruturas socioculturais do Antigo Regime. No entanto, no decurso de sua vida e obra, a partir do estudo das diferentes conjunturas no panorama nacional e internacional, a análise de Fernandes o conduz a uma visão pessimista quanto a uma transformação dentro do próprio regime capitalista dependente e suas classes dirigentes. No interior dessa transição interpretativa, Fernandes deixa de atribuir às classes burguesas a direção principal do processo, que poderíamos chamar de um papel revolucionário, e passa a compreender que o agente histórico da revolução em uma sociedade capitalista dependente seriam as classes trabalhadoras, pois são elas as excluídas da participação política num contexto de democracia restrita conformada nos limites do capitalismo dependente.

Essas duas perspectivas caracterizam duas percepções do autor quanto a democracia. Como apresenta Souza, sobre o elemento democrático na obra de Florestan Fernandes,

“A democracia era uma possibilidade latente à sociedade de classes brasileira e suas inconsistências, como a ausência de participação política consciente, seriam superadas pelo próprio desenvolvimento do processo democrático. Portanto, os problemas inerentes à vida política brasileira não foram vistos pelo autor como indícios da ausência da democracia no Brasil, mas como formas possíveis de ajustamento da sociedade a um padrão de organização social em plena fase de desenvolvimento” (SOUZA, 2007, p.86)

Nesse sentido, nas primeiras obras analisadas nos capítulos anteriores, as quais compreendem as décadas de 1950 e final da década de 1960, o autor está buscando caracterizar os elementos políticos, econômicos e culturais contrários a “democracia possível” (cf. SOUZA, 2007), ou segundo Fernandes, a democracia em elaboração sociocultural (cf. FERNANDES, 2013 [1954] p. 112-113). Entretanto, com a instauração do Regime Militar em 1964 e o exílio forçado do autor em 1967, a perspectiva muda quanto à possibilidade de haver um

regime político constituído pela burguesia que fosse democrático, aberto a todas as classes sociais.

Como caracteriza SOUZA (2007, p. 91), na década de 1970 a democracia passaria a ser uma “democracia utópica”. Seria uma democracia utópica em dois sentidos, primeiro seria um resquício do elemento utópico do liberalismo absorvido pelas elites, como se demonstrará mais à frente e, por outro lado como utopia emancipatória, na qual a democracia apareceria como elemento político revolucionário capaz de romper com o capitalismo dependente e concluir a Revolução nacional pela consolidação do Estado como esfera de absorção e dinamização do conflito de classe.

Nessa última perspectiva, a alternativa revolucionária seria “contra a ordem”, correspondendo a uma revolução proletária, contra a democracia restrita, contra o Estado autocrático burguês e, por isso, contra o próprio capitalismo dependente. Por isso, embora não exista propriamente uma teoria da democracia formulada nas obras de Florestan Fernandes, é possível reconstituir dentro do debate maior sobre capitalismo e revolução, elementos que nos permitem caracterizar a democracia nas condições específicas de uma sociedade subdesenvolvida e periférica, uma democracia que visa a radicalidade.

Ainda nesse debate, podemos resgatar dois termos apresentados por Gabriel Cohn (1986), quanto a amplitude teórico-metodológica que nos fornece Fernandes. “Padrões” e “dilemas” são dois pontos que ajudam a transitar dentro da complexidade da interpretação empreendida pelo autor analisado. Esses dois polos nos esclarecem que embora a revolução burguesa brasileira apresente dilemas, ela ainda assim emerge de um processo maior, que contém certos elementos que definem o seu padrão. Logo, a revolução burguesa brasileira deve ser entendida na medida que os elementos socioculturais das revoluções burguesas clássicas, como padrão, são reinterpretados dentro do processo de transferência, das nações hegemônicas para as nações dependentes, de uma série elementos técnicos, políticos e culturais, o que configuraria um dilema.

Fernandes nos possibilita observar elementos que são eminentemente políticos, mas que transcendem as instâncias político-institucionais, propondo

que dentro das condições históricas do capitalismo dependente a “revolução democrática” tenderia a adquirir outro significado, outro alcance e outro resultado. Na situação histórica brasileira, os elementos autocráticos emergiriam como forma principal de gestão da política e de atuação do Estado no Brasil, nessa acepção, a autocracia assume dentro da nossa sociedade o mesmo papel que a democracia ocupa nas economias centrais, aparecendo como elemento de estabilização do conflito social sob o capitalismo. Isso se explica, segundo o autor, pela incapacidade da burguesia nacional de empreender uma transição capitalista plena, tendo que recorrer a elementos autoritários para empreender transformações sociais que no contexto clássico se dá pelo sistema democrático que absorve a luta de classes.

O que cabe destacar ainda quanto ao primeiro e segundo capítulos é que dentro das condições em que o processo de desenvolvimento do capitalismo dependente se desenvolve, a autocracia emerge como forma de empreender as transformações sociais necessárias a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que restringe essas transformações dentro dos interesses das classes dirigentes.

Por isso, segundo o autor, a democracia ocuparia um papel central na absorção do conflito político entre as classes sociais, que emergiram nos processos de Revolução burguesa europeus. Enquanto nesses casos o processo revolucionário conduziu a absorção, ou cooptação, das reivindicações da luta operária pela redução das desigualdades políticas e econômicas, em especial pelo aprimoramento de uma sociedade aberta, aqui essa revolução foi esvaziada de seus componentes democráticos, fazendo com que o sujeito histórico da Revolução burguesa, as classes sociais, tivessem todo seu potencial dinâmico cerceado sob a sociedade capitalista periférica. Compõe-se um quadro de Revolução burguesa na qual a burguesia busca por meios autocráticos definir o curso da mudança social, impedindo pela **legalidade e violência** que as demais classes sociais que compõe a nação participem desse processo.

Uma chave interpretativa que cabe novamente ser apresentada é a interpretação sociológica da “demora cultural” (cf. Capítulo I, p. 6 e cf. FERNANDES, 2013, p. 117), com a qual Fernandes busca apontar que diversos processos que confluem para a construção de uma sociedade capitalista e da

importância fundamental de que esses processos de encontrem em níveis de intensidade semelhantes para integração da ordem social. Recapitulando, a Revolução Burguesa, que transforma as bases da sociedade estamental em uma sociedade competitiva, seria composta por outras três revoluções em níveis distintos de elaboração sociocultural, sendo elas a nacional – ou da constituição do Estado nacional -, a revolução econômica – ou da transformação das forças produtivas e da racionalidade econômica -, e a revolução liberal democrática, na qual a gestão da política e os direitos políticos e civis são franqueados a todos os membros da comunidade política (cf. FERNANDES, 2013 [1954] e [1959]).

A sociedade capitalista que emergiria da confluência dessas três revoluções, conseguiria integrar de maneira orgânica o modo de produção capitalista e o regime democrático como formas de organização social, muito além de meras formas de organização política e econômicas institucionais. Como nos diz Souza comentando Fernandes,

“[...] A democracia não significa somente uma forma de organização política, mas uma forma de organização social. [...] a democracia deveria permear todas as esferas da vida em sociedade, não se tratando, portanto, apenas de um processo de participação no poder (embora essa participação seja primordial), de circulação das elites ou de criação de novas elites, mas de um estilo de vida” (SOUZA, 2007, p.88).

No atual capítulo, o que se busca apresentar são os elementos que, segundo Florestan Fernandes, constituiriam o aspecto heteronômico da ausência da nossa Revolução democrática, considerando o contexto do capitalismo dependente e da Revolução burguesa que o constitui. Dentro desse propósito, o que também esperamos alcançar é uma caracterização sistemática dos significados e resultados possíveis que o regime democrático encontra dentro das condições de uma sociedade capitalista dependente. Ademais, assim como nos outros capítulos, o tema da democracia tem certas transições e constantes interpretativas dentro da obra do autor. Como já pudemos observar, os textos da década de 1950 apresentam uma visão mais otimista que aquela encontrada nos escritos de final de 1960 em diante. Por outro lado, o papel central que a democracia ocupa no debate será uma constante, tornando-se mais presente nos escritos sobre a Ditadura Militar (1964–1985).

Porém, diferente dos capítulos anteriores, não se busca aqui constituir uma análise histórica linear das obras, mas retomar certos elementos já expostos e debatê-los buscando realçar fatores que nos ajudam a compreender como Florestan Fernandes concebe a democracia nos limites de um sistema capitalista periférico e dependente. Logo, o tema não será articulado na divisão de períodos de escrita, mas através do debate feito pelo autor quanto as conexões entre desenvolvimento capitalista, revolução burguesa e Estado democrático, ou autocrático. O que se pretende demonstrar com isso é que a democracia adquire significados e resultados distintos em virtude do processo histórico de mudança e conservação, ou, pode-se dizer, do processo “revolucionário” requerido a formação de uma ordem social específica, das classes sociais presentes e das lutas que se desenvolvem neste contexto.

A “democracia possível”

A democracia possível refere-se especificamente ao desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, que teria como seu primeiro marco a abolição da escravidão. Essa democracia seria entendida nos escritos de 1954 e 1959⁸ como uma democracia burguesa, típica de uma sociedade industrial e de um sistema político partidário democrático. Para Fernandes, no estudo da democracia brasileira, o que deveria ser colocado em perspectiva seriam os critérios formais que definiriam o sistema político democrático existente e os processos subjacentes a alteração da ordem legal na sociedade brasileira que dariam a esses critérios formais os limites objetivos à sua existência plena (cf. FERNANDES, 2013 [1954], p. 108 e 109).

Entendendo que a construção da democracia seria um processo em curso, o que seria necessário aos intelectuais e grupos dirigentes era intensificar o dinamismo de desagregação dos valores do Antigo Regime dentro da sociedade nacional, intensificando dessa forma a integração de formas de organização social pautados em valores democráticos. O que se observava até

⁸ Respectivamente: FERNANDES, F. “Existe uma crise da democracia brasileira?” [1954] e “Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil” [1959]

o período de 1954, é que o regime republicano acabava por existir através de formas de manipulação do sistema político e do voto, logo, mesmo com a fundação da república, os comportamentos característicos das elites do Antigo Regime não se alteraram e dessa forma, o desenvolvimento da democracia se arrastava de maneira lenta e contraditória (cf. FERNANDES, 2013 [1954], p. 118-119).

As convulsões sociais não eram senão a expressão da lentidão desse processo e não necessariamente uma crise. Para Fernandes, a sociedade brasileira tendia a formas democráticas de organização social, mas em virtude das condições sócio-históricas, algumas esferas da sociedade como o sistema econômico e as instituições políticas se desenvolveram de maneira muito mais intensa que o regime democrático. É essa incapacidade de integração das esferas políticas, econômicas e sociais que seria o desafio a ser enfrentado no contexto nacional. Em resumo, diz o autor

“(...) o que parece a muitos uma “crise” da democracia no Brasil é, antes, efeito da lentidão com que se vem operando a substituição dos antigos hábitos e práticas (além do mais, deformados) de vida política, por outros novos, ajustados à ordem legal democrática em elaboração (...) mesmo os seus representantes mais esclarecidos se descuidaram das questões vitais para a nova comunidade política, como a de preparar a nação para o regime democrático e a de organizar o Estado de acordo com esse regime. É claro que essa incapacidade política não deve ser atribuída a móveis deliberados e conscientes, pois se associa, como tentamos sugerir, à herança da antiga mentalidade política e à sua deformação inevitável nas condições criadas pela formação das classes sociais, sob o regime de trabalho livre” (FERNANDES, 2013 [1954], p. 117)

Florestan busca apontar que existiria um padrão de desenvolvimento histórico-social democrático na sociedade brasileira, mas que esse padrão deveria ser entendido em termos de suas especificidades socioculturais e histórica, não através das concepções etapistas de desenvolvimento. Trata-se de uma postura interpretativa que iria permear todas as obras que se seguiram a 1954, mas que após 1964 desloca-se no sentido de atestar a eficiência estrutural dessas especificidades sob o capitalismo dependente. O fundamental nesses escritos seria perceber como a análise se dá em termos dos padrões socioculturais absorvidos e dos dilemas históricos encontrados.

Dentro dessa perspectiva, na obra “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”, o padrão de desenvolvimento capitalista é estudado a partir do dilema do subdesenvolvimento. Em particular, em “*A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil*” (1965), o autor demonstra que haveria um traço específico na forma a partir da qual as elites conduziram os processos históricos formativos do Brasil, em especial no modo como encaravam a socialização do poder político e econômico. Esse traço, chamado pelo autor de “resistência sociopática à mudança” (cf. FERNANDES, 2008 [1965], p. 111), faria com que as elites buscassem sempre empreender ordenamentos sociais rígidos, pautados em extrema concentração de poder político e econômico, o que por sua vez iria contra uma ordem social competitiva democrática, necessária ao capitalismo integrado.

A explicação residiria, segundo o autor, na forma que os elementos socioculturais das nações hegemônicas foram redefinidos dentro do horizonte tradicionalista. É necessário resgatar que o Império foi fundado por um processo de Independência conduzida por uma elite econômica que se tornou elite política com a fundação do Estado brasileiro. Essa conjugação de domínio político, econômico e institucional é que caracterizaria as bases da dominação tradicionalista. A perpetuação desses valores dentro do contexto da revolução burguesa se deu de através de elementos autoritários no controle estatal da sociedade, na manipulação do sistema político – como foi o caso da “República do café com leite” -, na repressão e desmobilização das classes trabalhadoras e na “resistência sociopática à mudança”. Logo,

“Mudança social de caráter estrutural e controle do poder por círculos sociais conservadores são entidades que se excluem. (...) e tal combinação coincide com o uso indiscriminado do poder por aqueles círculos, então eles adquirem uma posição excepcional para agirem na defesa de interesses particularistas e, se necessário, para lutar contra a mudança. **O elemento político se equaciona, para tais círculos, em termos simples: o uso do poder para conseguir o máximo de estabilidade social**” (FERNANDES, 2008 [1965], p. 112 e 113, grifo nosso)

A busca por processos de transformação estáveis conduziu também a transições técnicas e institucionais sem que as mesmas fossem acompanhadas de transições socioculturais. Por conseguinte, técnicas e instituições não encontraram capacidade de integração social plena, o que conduziu a sociedade brasileira a constituir-se uma república pautada no pressuposto de uma

sociedade democrática, mas que ao mesmo tempo dava margem a formas de controle político e econômicos que garantiriam a permanência da concentração de poder.

Podemos observar que a democracia é caracterizada como o fator adverso ao interesse das elites, as quais preferem assumir posições sociopáticas que são convenientes a manutenção da concentração de poder econômico e político que detém. Por outro lado, ao agir dentro desse horizonte de interesses, a burguesia não consegue pela autocracia de classe constituir uma forma de ordenamento político capaz de ocupar a função central que a democratização ocupa na dinamização do conflito de classe inerente a sociedade capitalista. As elites, nesse sentido não contariam com um substrato social político ou, como aponta Fernandes, o substrato social do capitalismo seria a sociedade de classe, enquanto o substrato político a democracia. Sobre isso, apresenta Fernandes no ensaio “Sociedade de classe e subdesenvolvimento” (1967),

“Ao conterem a revolução burguesa no nível dos interesses económicos e das conveniências políticas de sua própria classe, forjaram a presente situação de impotência na qual se acham. A internacionalização das economias capitalistas dependentes é muito mais simples e muito mais fácil em sociedades nas quais se manteve a dissociação crónica entre as **formas económicas capitalistas e o seu substrato social e político (uma sociedade de classes em equilíbrio dinâmico e uma democracia representativa atuante)**” (FERNANDES, 2008 [1967], p. 92)

A sociedade capitalista dependente, que não conta com um substrato econômico, político e cultural plenamente integrados, não consegue estabilizar os conflitos de classe de maneira construtiva, o que permitiria integrar toda sociedade ao modo de produção capitalista. Por outro lado, o agente econômico dessa modalidade de capitalismo consegue estabilizar, ao menos internamente, o processo de acumulação de capital através da atuação direta no Estado como ferramenta de controle social. Encontra, entretanto, como dilema do capitalismo dependente a incapacidade de consolidar “capitalismo integrado”, ou autônomo.

A consolidação da sociedade capitalista exigiria o incremento desse componente democrático para sua estruturação. Isso se explicaria principalmente pela forma de ordenamento social que o modo de produção capitalista exige tanto para sua ascensão quanto, principalmente, para sua

dinamização. A integração do capitalismo residiria principalmente no nível de integração que a ordem social competitiva alcançaria em determinada sociedade. No caso das Revoluções burguesas clássicas, o elemento que garantiria essa integração seria especificamente a efetividade da participação democrática (cf. FERNANDES, 2008 [1967], p. 34).

Segundo o autor em *“Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”* (1973), o regime de classes sociais sob o capitalismo dependente não podem agir no sentido de estabilizar a ordem vigente,

“Elas podem irradiar a difusão de hábitos de consumo em massa e de certas exterioridades de “conforto” e “vida civilizada”. Mas não podem universalizar e fortalecer impulsões igualitárias relacionadas com a redistribuição da riqueza e do prestígio social ou com a democratização do poder, requerida pela própria estratificação em classes sociais. Em outras palavras, não podem absorver as iniquidades sociais, herdadas do passado remoto ou construídas através da implantação da ordem social competitiva, **nem servir de trampolim para a emergência mais ou menos rápida do “pluralismo democrático” (considerado por muitos como o índice ideal do “capitalismo maduro”** (FERNANDES, 1975 [1973], p.41).

Resumindo, o que o autor busca destacar é que o limite da sociedade de classe é a sua função como motor da acumulação de capital, em especial no nível do consumo. No entanto, não pode ultrapassar os limites impostos pela rigidez do controle social e a profunda desigualdade política e econômica persistentes. Por isso, o capitalismo dependente exprime uma baixa intensidade do ponto de vista da sua capacidade de gerar coesão nacional. O que esse capitalismo impõe é a exacerbação do conflito social violento e a sobre-exploração e sobre-exploração do trabalhador, que só pode se sustentar sob um forte aparato de violência estatal. Essa nova perspectiva seria novamente aprofundada em *“A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica”*.

Liberalismo político, Estado nacional e democracia restrita no Brasil

Apesar de não concluir uma revolução democrática, o pensamento liberal democrático marcou as ideologias políticas e sociais ao longo da constituição do

Brasil. Os debates remontam ao processo de Independência e aos desafios postos pela autonomia política e econômica e embora se possa observar a continuidade de relações típicas do período colonial, a Independência funda a sociedade nacional e por isso representa um momento especificamente revolucionário, pois, não atendia exclusivamente os interesses da coroa portuguesa.

É evidente, para Fernandes, que o processo de independência não foi pautado na constituição de uma sociedade nacional ampla e integrada. Antes de tudo, ela representou a internalização dos centros de poder e a unificação das elites nativas que faziam o controle desse poder. Nesses dois pontos, na autonomia política e na unificação das elites o liberalismo teve papel fundamental e as suas traduções dentro do horizonte das elites locais também. Sobre isso nós diz o autor

“(...) a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisitos para que ela adquirisse a elasticidade e autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação. (...) Portanto, a Independência, foi naturalmente solada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2006 [1966 – 1974], p. 51).

Ao conduzir o processo de independência e fundar um Estado nacional, as elites constituíram um instrumento político que enquanto Estado permitia tanto a mediação dos conflitos dentro da própria classe dirigente de maneira “democrática”, ao mesmo tempo que mesclava a vontade nacional com a dominação estamental.

Mesmo levando em consideração esse determinantes históricos-sociais da sociedade brasileira, o liberalismo foi importante e autenticamente revolucionário por constituir um “poder central” e uma sociedade civil em torno dele. Tanto esse poder central, quanto a sociedade civil, tinham como marca

uma “*dualidade estrutural*”, marcada pela existência de uma ordem legal, mas que no plano prático não encontrava a mesma eficácia que os elementos tradicionais advindos da dominação senhorial. Por outro lado, a existência de uma ordem legal levou com quem as classes dominantes gradativamente equalizassem seus interesses com as formas jurídicas e políticas da existência de um poder central e dessa forma romper com a imagem do sistema colonial e o isolamento das elites, que anteriormente encontravam o vértice da sua dominação patrimonialista dentro dos limites da sua propriedade e dependentes. Segundo Fernandes, é aí que se encontra uma possível explicação da estrutura dual da sociedade fundada sob o liberalismo no Brasil.

“ Um país que mal emergia do estatuto colonial, e que não podia pôr termo à ordem social herdada do estatuto colonial, engendrava não só um Estado nacional bastante moderno mas, sobretudo, virtualmente apto à modernização ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais” (FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 57).

Malgrado a composição futura que a república viria a assumir, o liberalismo ocupou um lugar central na articulação das elites, na consolidação de um Estado nacional capaz de articular os conflitos sociais dos diversos senhores rurais, ao mesmo tempo que impulsionavam a transição ao capitalismo comercial internamente, embora economicamente promovido de fora.

Quanto a esse último aspecto, com a Independência o que se observou, segundo Fernandes, foi um processo de independência político sem a ruptura com a dependência econômica. A função de dominação econômica passou da antiga metrópole para o mercado internacional e as economias centrais. Ou seja, uma vez que a economia brasileira já se encontrava inserida no sistema mercantil, a manutenção da inserção dependente era fundamental para a manutenção do processo de acumulação europeu. No entanto, distintamente do período colonial, a independência abriu precedentes para a expansão do mercado interno, dando aos agentes econômicos estrangeiros, em especial a Inglaterra, um novo espaço econômico que permitiria a expansão econômica de maneira associada, mas dependente e circunscrita na dominação das elites locais (cf. FERNANDES, 2006 [1966 – 1974], p. 54)

Consequentemente, o liberalismo forneceu os elementos ideológicos necessário para manutenção, agora interna, das dinâmicas econômicas e

posições de controle de capital semelhantes as estruturadas no sistema colonial. Seria necessário desenvolver o mercado interno, mas esse desenvolvimento seria promovido por agentes econômicos pertencentes às economias centrais. Isso implica dizer que, o liberalismo insere o Brasil no ciclo dos países ocidentais, mas em uma perspectiva econômica dependente dentro das estruturas internacionais de poder. Dentro dessas condições históricas, o liberalismo

“(...) não preenchia, aqui, as funções de dinamizador cultural da consolidação de uma ordem social nacional autônoma. Concorria para precipitar a formação e para orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional, mas heteronômica (ou dependente). “ (FERNANDES, 2006 [1966 – 1974], p. 55)

No âmbito da sociedade civil, que emergia desse novo Estado nacional, ela representava o espaço político do *senhor-cidadão*, ela reunia em uma só esfera tanto a sociedade civil, composta pelos membros dos estamentos dominantes, bem como aqueles que compunham a “nação”, entendida como vontade nacional. Nesse sentido, na esfera da sociedade civil imperava a liberdade e a igualdade, valores clássicos do liberalismo, mas como forma de garantir coesão social da dominação senhorial (cf. FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 62). No nível da nação, porém, a democracia não era uma condição de toda sociedade, para grande parcela da nação” o debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou omissão) recomendáveis, suscetíveis de merecer a aprovação ou de obter consentimento dos “cidadãos prestantes” (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 63)

Do ponto de vista interno, o liberalismo não emerge como escolha natural do desenvolvimento ideológico e político das elites brasileiras. Ele é adotado como ferramenta das elites nacionais para adequar a situação política e econômica brasileiras aos requisitos políticos e econômicos das nações ocidentais hegemônicas. Por outro lado, foi graças a esse processo que as elites dirigentes começaram a absorver certos valores liberais, constituindo a partir desses, a base do “*idealismo político*” nacional, ao mesmo tempo, transplantando no horizonte das classes dominantes um ideal de “progresso” técnico e cultural semelhantes às nações europeias (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 69).

No âmbito político econômico, o liberalismo não conduziu a elaboração de uma política econômica nacional, principalmente em função da estrutura de poder estamental, na qual o poder político do senhor rural na localidade tinha mais efetividade que o poder político central. Nesse sentido, o Estado nacional que emerge não pretendia se afirmar como instrumento de integração da economia e dos cidadãos a condição de *homo economicus*, mas a preservação das posições de privilégio econômico das elites. Nesse sentido ele se articulava, segundo o autor de duas maneiras

“Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhorias” (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p.90).

Logo, representava um Estado instrumental a dominação política e econômica de um estrato social e, para esse estrato, se apresentava como

“Fonte de garantias dos direitos fundamentais do ‘cidadão’, agência formal da organização da ordem social, tratava-se de um Estado nacional liberal e, nesse sentido, ‘democrático’ e ‘moderno’” (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 90).

Fundamental de se observar nesse processo são as bases do Estado nacional que viria a empreender os processos de transformação políticas e econômicas, bem como o resultado objetivo do liberalismo político no contexto brasileiro. O elemento burguês liberal sofreria nas mãos da aristocracia agrária uma série de interpretações de cunho instrumental. Por isso esse elemento acabou sendo apropriado de maneira dual, combatido em certos contextos, desejável em outros.

Assim como as elites do antigo regime, a burguesia nacional apropria-se do liberalismo e coloca-se como *classe revolucionária, democrática e nacionalista* (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p.242). A proximidade entre as elites do Antigo Regime com a burguesia residiria no uso que fazem do componente liberal para a manutenção do componente autocrático na sociedade. No Antigo regime, os senhores rurais fundaram uma nação sem povo, com uma sociedade civil restrita, os burgueses empreenderam de forma semelhante uma república sem cidadão, na qual a democracia era restrita. Paralelamente, a associação ao longo das transformações sociais de interesses

entre burguesias internas e externas garantiu legitimidade política e econômica, consolidando uma orientação política e econômica entre as elites na qual a dependência pareceria como fator fundamental ao desenvolvimento econômico, apesar desse desenvolvimento se desenrolar de maneira violenta e desigual.

Essa conjuntura seria advinda das condições e dos agentes que fundaram o Estado nacional brasileiro, os quais se apresentavam tanto como os agentes políticos quanto como os agentes econômicos da nação. O Estado adquiriria assim uma posição fundamental ao desenvolvimento capitalista sob a égide da manutenção da dominação estamental. Como diria Fernandes,

“(...) duas dimensões da política econômica revelam o aspecto novo das conexões funcionais do Estado nacional com a organização da economia. Primeiro, fiel ao princípio do liberalismo econômico, o Estado orientou-se, decididamente, no sentido de proteger e fortalecer a iniciativa privada. (...) Segundo, o Estado assumiu vários encargos importantes, que visavam garantir continuidade de mão-de-obra escrava, estabelecimento de meios de comunicação e de transporte, criação de serviços públicos, fixação de colônias etc.” (FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 93)

Essa iniciativa privada se configurava a princípio na figura do senhor rural, mas no decorrer do desenvolvimento capitalista ela seria deslocada para o burguês, ou o empresário, que encontraria no Estado um instrumento econômico fundamental às transformações econômicas, políticas e culturais requisitadas pelo capitalismo em suas fases comercial, industrial e monopolista, ao mesmo tempo que garantiria a manutenção de formas de dominação política pautadas em concepções do Antigo Regime.

Dentro do contexto sociohistórico de extrema desigualdade política e econômica na qual se deu a transição para o trabalho livre, esse também não contaria com elemento político capaz de impor transformações gradativas com vistas ao aprimoramento e a diversificação socioeconômica dos trabalhadores e dos trabalhos. Logo, se constituiria uma sociedade de trabalhadores livres, mas na qual

“O salário não privilegia o agente do trabalho, mas o apropriador do trabalho e de seus produtos. A diferença entre a antiga ordem social escravocrata e senhorial e a moderna ordem social competitiva é que, aquela, a apropriação não se defrontava com reguladores externos de real eficácia, enquanto nesta o mercado, os níveis de vida e de salário, a competição e o conflito

(...), a consciência operária e a solidariedade de classe (...), participação política reivindicativa e inconformista dos setores pobres e assalariados etc. aos poucos convertem a **“integração nacional” é um processo democrático e revolucionário** que pelo menos destrói barreiras sociais arcaicas e introduz “niveladores sociais de classe”. (...) Contudo, como a descolonização inicial foi mínima, (...) a dominação senhorial, primeiro, e sua transformação em dominação oligárquica, em seguida, bloquearam tanto econômica e socialmente quanto politicamente a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o controle conservador e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história” (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 231)

A situação histórica conduziria, nesse sentido a elaboração de um Estado que se constituía como principal instrumento da dominação das elites políticas, que também são elites econômicas. A situação se torna complexa quando contextualizamos esse Estado com os requisitos dinâmicos de uma sociedade capitalista pautada no consumo, no trabalho livre e na propriedade privada. Os processos de transformação da economia e da sociedade adquiriam ritmos que não eram mais comportados pela rigidez da sociedade estamental. Entretanto, da transição da sociedade estamental para a República, o que se observou foi a manutenção do Estado como instrumento de dominação política e econômica, fato esse que se observa na “Política do café com leite”, nos primórdios desse período, e na Ditadura Militar, recentemente.

Essa oportunidade histórica de constituir um Estado nacional capaz de agir unilateralmente no interesse de uma classe seria o elemento principal que possibilitaria as classes burguesas empreenderem uma Revolução Burguesa sem uma Revolução Democrática. A democracia teria nos casos clássicos de Revolução Burguesa a função de amálgama social entre o desenvolvimento capitalista e o conflito de classes, permitindo agir no sentido de constituir uma política nacional que englobe todos os agentes econômicos e que encontre correspondência cultural. No caso brasileiro, a conexão entre Estado e dominação autocrática burguesa seria o fator fundamental que explicaria o sucesso relativo⁹ do capitalismo dependente.

⁹ Relativo porque não pode promover o capitalismo integrado, nesse sentido, não pode romper com as limitações econômicas da situação dependente. Entretanto, permite que a atividade de acumulação compósita entre agentes econômicos internos e externos possa desenvolver-se.

Existiria, pois, um “modelo autocrático burguês de transformação capitalista”, que teria a mesma funcionalidade que a democracia em relação as sociedades capitalistas clássicas. Essa forma autocrática não se sustentaria frente ao padrão de desenvolvimento histórico democrático que a sociedade brasileira expressava antes de 1964. Foi necessário para as elites recorrer ao Estado e as forças militares para empreender uma contrarrevolução, capaz tanto de frear as pulsões democráticas populares, como também capaz de empreender renovações políticas e econômicas exigidas pelo capitalismo monopolista.

“a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantida e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se” (FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 258).

A economia brasileira se configurou dentro do capitalismo monopolista como o grande espaço econômico para as grandes corporações. No contexto das políticas de desenvolvimento econômico do “Período democrático” (1945-1964), as corporações estrangeiras tiveram papel fundamental na diversificação da indústria nacional e da renovação dos padrões de consumo, “as grandes corporações surgem, aqui, quase simultaneamente ao seu aparecimento nas economias centrais, explorando de forma segmentar uma vasta gama de objetivos especulativos “ (cf. FERNANDES, 2006 [1966-1974], pg. 298 e 299). Entretanto, essas mesmas empresas, embora responsáveis pela diversificação interna da economia, não concorriam para a expansão do capitalismo monopolista brasileiro, “ao contrário as matérias- primas e as parcelas do excedente econômico drenadas para fora se polarizam na expansão do capitalismo monopolista nas próprias economias centrais ” (Idem).

Com a consolidação dos governos militares a burguesia resolveu o impasse histórico que se encontrava frente ao capitalismo monopolista. Dentro da opção histórica escolhida ao desenvolvimento capitalista, com a exclusão das demais classes sociais, a sociedade brasileira não contava com adesão social nem com os elementos políticos e econômicos necessários a transição ao capitalismo monopolista. A promoção do desenvolvimento econômico através do

polo externo aumentava esse abismo, pois, a medida a economia nacional crescia, crescia também paralelamente o fluxo de capital direcionado pelas corporações as economias centrais, constituindo um tipo de crescimento conjugado, mas desigual. Fernandes nos diz,

“A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições com que se defrontava (com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas às pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala – a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista). (...) a periferia, como um todo, atrasou-se em relação às economias centrais, que a engolfaram em sua própria transformação” (FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 304 e 305).

Frente ao desafio histórico colocado pelo capitalismo monopolista e as pressões internas pela democratização do poder político e econômico, a burguesia volta-se ao Estado, podendo assim novamente dissociar desenvolvimento econômico de desenvolvimento político.

“ Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a **um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento**; e, concomitantemente, **servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa** ” (FERNANDES, 2006 [1966-1974], p. 312 e 313, grifo nosso)

Dentro desse quadro, Fernandes conclui que a Revolução burguesa brasileira resulta em um Estado autocrático burguês, capaz de dinamizar um sistema capitalista dependente, de manter uma estrutura de desigualdade política e econômica, de empreender ciclos de transformação políticos e econômicos modernos, de garantir a dinamização da economia através do consumo e, apesar de tudo isso, incapaz de conduzir a nação a autonomia econômica, a integração social (cf. FERNANDES, 2011 [1979], p. 100).

Nesse cenário, as classes proletárias, aquelas que menos participam do sistema democrático, são aquelas que poderiam concretizar a Revolução nacional pela democracia. Distintamente, essa democracia proletária seria uma democracia “contra a ordem”, retomaria os elementos da participação social ampla, mas a partir do interesse e da situação das classes trabalhadoras.

Centralidade do componente autocrático na sociedade brasileira e o papel das classes trabalhadoras na “democracia utópica”

Uma vez que a Revolução burguesa nacional e o capitalismo dependente não contam com a democracia como elemento dinâmico, outra forma de gestão política deveria assumir o seu lugar. É necessário considerar que a estrutura da sociedade capitalista supõe a competição social por bens culturais, econômicos e políticos entre os indivíduos, existindo dentro dessa competição sempre posições desiguais. Não seria de se esperar que um indivíduo escolhesse participar de uma disputa na qual não tivesse nenhum tipo de vantagem específica, ou mesmo que um trabalhador deseje vender sua força de trabalho sem que com isso encontre retorno financeiro satisfatório.

No contexto das sociedades capitalistas clássicas, o Estado se constrói em torno de elementos de força e consenso. O consenso representa a abertura da dominação burguesa a participação das outras classes sociais como forma de cooptação e integração social, a força seria o elemento específico de controle social em casos nos quais essa dominação seja diretamente confrontada. Nesse sentido, o autoritarismo está presente em diversas sociedades burguesas através do monopólio da violência para a autodefesa do Estado democrático burguês. O que há de particular no caso brasileiro é que o componente autoritário se volta contra qualquer projeto que coloque em questão a dominação das elites, inclusive o projeto burguês democrático.

No caso brasileiro esses elementos autocráticos se voltam especificamente contra a expansão de um Estado de caráter democrático, buscando erigir em seu lugar um Estado que serve de instrumento autocrático burguês. Diferente dos casos clássicos, no qual o Estado democrático burguês abarca as mais diversas classes, no caso brasileiro os componentes democráticos encontram pouca vigência efetiva, fazendo com que esse mecanismo de autor defesa do Estado democrático burguês se apresente como força de auto defesa da burguesia diretamente, considerando as outras classes como ameaças diretas a sua condição. Nesse sentido,

“Ao contrário de outras burguesias que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto” (FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 240)

Isso não seria, entretanto, uma característica particular do capitalismo dependente e de suas revoluções burguesas. É necessário considerar que a sociedade que emerge do capitalismo industrial tem como característica central a concentração do poder tanto político quanto econômico. A produção privada e a mercantilização do trabalho, base da produção capitalista e da mais-valia, contêm a gênese do conflito econômico. Do ponto de vista político, deve-se observar que tal forma de produção só é possível de ser sustentada a partir de uma ordem social fundada na desigualdade política, econômica e cultural (cf. FERNANDES, 1979 [1977], p. 12). Assim sendo, em momentos de crise ou de possível desmoronamento da ordem capitalista “as potencialidades autoritárias, intrínsecas ao capitalismo, crescem com a passagem para a fase de crise” (cf. FERNANDES, 1979 [1977], p. 13). O que se tem menosprezado, segundo Fernandes, é que embora o capitalismo manifeste uma pluralidade política, ele não exclui da base de sua dinâmica a prática autoritária, ou seja, ele se funda em uma relação de poder desigual e buscam cooptar ou impor a todas as classes ideais capitalistas de vida.

“ O chamado Estado democrático tanto foi visto como a forma política mais completa da realização da liberdade do indivíduo, da autonomia dos grupos e instituições sociais, da não regulamentação da economia, da religião e da vida social, da separação, independência e equilíbrio dos poderes (...), quanto como a forma política mais avançada e refinada de ditadura de classe ” (FERNANDES, 1979 [1977], p. 28).

Foi durante a guerra fria que esse processo atingiu seu ápice, em especial na constituição e expansão da concepção de democracia forte sobre os países ocidentais. Frente a expansão das pressões de transformação da ordem, o Estado capitalista funda uma sociedade pluralista sobre estruturas e dinâmicas típicas de um “Estado autoritário” explícito, quanto o Estado fascista e totalitário. ” (FERNANDES, 1979 [1977], p. 31). Quanto a isso, Fernandes nós diz

“A segunda guerra inaugurou uma nova fase de (re)democratização ao redor do mundo. A principal característica desse momento é a exaltação da democracia liberal como forma superior de organização sociopolítica frente aos derrotados

regimes totalitaristas de cunho nazifascista. Entretanto, tal derrota se operou apenas no plano das capacidades militares e não ideológicas. O fascismo é ainda uma realidade histórica que se apresenta tanto nas economias centrais como nas periféricas” (FERNANDES, 1981 [1971], p. 15)

Considerando o contexto histórico e político brasileiro, os componentes fascistas coincidiram com a cultura autoritária das elites e a necessidade de conter a revolução democrática dentro dos limites da manutenção das desigualdades sociais. Sem contar com mecanismos democráticos para absorver o conflito social dentro da ordem, as elites resolvem a “crise do poder burguês” nacional pela tomada do Estado através de um Golpe civil-militar. A sociedade burguesa se consolida dessa forma através do elemento tradicionalista, advindo do antigo regime, e na democracia restrita, aberta aos que conseguem economicamente atingir o status de “igual” ou cidadão (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 403).

O Estado nacional capitalista que emerge através do capitalismo monopolista e da Ditadura militar, representa a forma mais acabada que a Revolução burguesa pode assumir sob o capitalismo dependente. Para além disso, ele seria condição fundamental para que a renovação da sociedade e da economia se realize sem recorrer a participação democrática e seja circunscrita no interesse das elites da classe dominante (cf. FERNANDES, 2006 [1966- 1974], p. 407).

A ausência desses elementos justificaria o papel central que as classes trabalhadoras ocupariam no processo revolucionário que se inicia com a revolução burguesa, mas que não se restringe a ela. Segundo Fernandes, esse movimento revolucionário proletário funda-se na radicalização e crítica do processo revolucionário iniciado pela burguesia, nesse sentido, ele se volta contra as bases da dominação de classe burguesa, da concentração do poder político e das instituições políticas, econômicas e sociais que dão sustentação a propriedade privada, bem como as formas de opressão e alienação dos seres humanos. (cf. FERNANDES, 1979 [1977], p. 59 e 60)

A classe burguesa, ao conter os elementos utópicos de liberdade, igualdade e fraternidade nos limites da dominação de classe, nada mais que revelam o próprio esvaziamento da revolução liberal. Se a liberdade, a igualdade

e a fraternidade universal nunca chegaram a se realizar é porque elas continuam sendo utopias. A distinção fundamental do socialismo é que ele se volta as estruturas que são contrárias a realização dessa utopia e, para além disso, contra as estruturas que sustentam a classe burguesa, antes revolucionária, como classe dominante. Encontra-se, pois no socialismo, uma união entre a utopia, história e classes subalternas, que voltando-se contra a dominação, buscam constituir dois planos de ação política. O primeiro busca constituir “condições materiais, sociais e políticas de reposição dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade na história” (FERNANDES, 1979 [1977], p. 63) e, a partir disso, a “construção de uma economia, de uma sociedade e de um Estado novos, em suma, de um novo homem (o que implica, pelo menos em teoria, a transformação da utopia em força histórica)” (FERNANDES, 1979 [1977], p. 63).

A democracia adquire aqui um significado radical, ela pode remeter a certos elementos característicos da Revolução burguesa como a representação política, a liberdade individual, o pluralismo político e ideológico, a liberdade de expressão e reunião, entre outros, mas não pode se restringir aos limites impostos pela contrarrevolução burguesa, pela propriedade privada e pela desigualdade política e econômica. O proletário, pela posição que ocupa nesse processo histórico, seria o agente em condição desigual dentro da ordem social competitiva erigida, sendo por esse motivo o agente que estaria empenhado na radicalização dos elementos democráticos tanto dentro da ordem, como nas sociedades capitalistas avançadas, quanto contra a ordem, como no caso das sociedades capitalistas dependentes. Nos casos clássicos, essa radicalização passa pela democracia burguesa, no capitalismo dependente a democracia só poderá ser fruto de um movimento político distinto.

Frente as condições adversas de um país que surge inserido no mercado internacional, frente as dificuldades do capitalismo dependente, a burguesia brasileira fez sua escolha histórica, confinou a nação os laços do capitalismo dependente e por consequência, confinou a massa trabalhadora a sobreapropriação e sobreexploração do trabalho, sem a qual não poderia haver capitalismo dependente. Doutro lado, as massas trabalhadoras encontraram desafios a sua organização, trata-se de um processo que só recentemente pode encontrar espaço social para expandir-se. As condições históricas para o

trabalhador brasileiro foram as mais difíceis possíveis, mesmo após a abolição da escravidão as percepções quando ao trabalho não se modificaram, colocando o trabalhador como um inimigo ou cidadão que não consegue se classificar socialmente pelo trabalho. Nesse quadro, ele aparece ora associando-se os interesses de classe das elites, ora se colocando de maneira antagônica, mas incapaz ainda de encontrar instancias sociais efetivas na absorção dos interesses de classes oriundos das bases sociais.

Conclusão

O que se pretendeu demonstrar ao longo desse texto foram as conexões teóricas e interpretativas com as quais podemos compreender a especificidade e ao mesmo tempo a densidade do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, que mesclou revoluções econômicas nos padrões de consumo de nível bastante elevado, sem que com isso houvesse uma correspondência em intensidade com as revoluções políticas.

A primeira revolução política que Fernandes destacaria seria a Independência, que em virtude das condições de uma economia colonial, da estrutura do mercado externo e das elites nacionais, não pode corresponder a uma revolução econômica, nem a uma Revolução nacional, pois, excluía grande parcela da população. A importância da Independência para a análise empreendida por Fernandes são especificamente essas revoluções esvaziadas de conteúdo popular e democrático ao longo da construção da nação. O ponto central seria que os valores absorvidos pelas elites locais não podiam encontrar o mesmo rendimento social frente as limitações estruturais nas quais se deram o desenvolvimento do país e das elites.

Isso levou nacionalmente a reinterpretar os elementos do liberalismo político e econômico, que conduziram a constituição de um Estado nacional que tinha como cidadãos apenas membros das classes senhoriais. Tratava-se de um país que emergia no contexto do capitalismo comercial, mas que não contava com uma sociedade civil capaz de dinamizar a economia pelo consumo e pela expansão dos negócios. Concomitantemente, no polo externo da economia, as economias centrais, em especial a Inglaterra, encontraram no novo mercado nacional um espaço econômico privilegiado em virtude dessa mesma estrutura escravocrata e estamental. Emergia uma relação construtiva para as elites locais e as elites estrangeiras. As primeiras encontraram nas segundas a solução para a sua necessidade de “modernizar-se”, enquanto as segundas encontraram um outro mercado, capaz de servir como ponto de reprodução de excedente de capital.

A segunda revolução política seria a proclamação da república, considerando também a abolição da escravidão como elementos centrais. Esses

dois eventos históricos aumentaram a intensidade com que a estrutura de poder do Antigo Regime se decompôs, inaugurando a era dos capitalistas, ou, dos homens de negócios, no Brasil. Tratou-se de um processo de transição que Fernandes em 1954 acreditava estar em pleno desenvolvimento, encontrando na sociedade brasileira um terreno fértil.

O que os eventos históricos, em especial o Golpe Militar, demonstraram ao autor é que os elementos autocráticos, característicos das elites do Antigo regime, que olhavam o Estado como instrumento classe, não eram elementos passageiros. Era a própria base da concepção burguesa nacional de transformação social. Nascia uma nação sem povo que, com a Proclamação da república seria uma república sem cidadãos. O componente autocrático, que durante a proclamação tinha orientado a ação política das elites, se perpetuaria como orientação política específica da burguesia brasileira. Logo, o que explicaria a ditadura seria o resgate desse componente autoritário, a composição de uma nova modalidade de democracia restrita, mas com a bandeira a defesa republicana.

No plano político, a ditadura permitiu às grandes corporações, personificações do capital estrangeiro, aprofundar a dominação econômica interna, a partir da qual agora o Estado agia como promotor da iniciativa privada, que resultava no aprofundamento das desigualdades econômicas entre as empresas nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que definia uma política de autodefesa da burguesia, entendida como corporificação da “iniciativa privada”. Esse momento marcaria a conclusão da Revolução burguesa brasileira, que culmina no Estado autocrático burguês, instrumento de manutenção do capitalismo dependente e da estrutura social extremamente desigual brasileira, sendo o segundo condição central do primeiro.

A democracia apareceria como elemento político de significado histórico-social distinto dentro do contexto de um país de origem colonial. Diferente dos casos clássicos de Revolução burguesa, o agente principal da Revolução democrática seria o trabalhador, aquele que ao longo do processo de constituição da nação se viu como ator suprimido. Seria, pois, necessário trazer o povo ao palco histórico e dá a ele condições de escolher o destino do país. Não se trata, no entanto, de crer no trabalhador, de buscar a revolução proletária

democrática, mas sim de aprofundar o entendimento dos mecanismos do capitalismo dependente com vistas a constituir o melhor meio de ação.

A organização do movimento proletário sofreu, segundo Fernandes, certos impactos dos cercos capitalistas à expansão de uma revolução proletária. A mais significativa alteração na organização dos movimentos revolucionários proletários foi a defesa de partidos de vanguarda ou de elites revolucionárias. No entanto, o movimento proletário não poderia prescindir da figura do proletário que se identifique enquanto tal. Segundo o autor, a propaganda e a exaltação a insurreição não são elementos suficientes para alçar a classe trabalhadora à condição de dirigente das dinâmicas de classe. Apenas uma experiência política ampla e propriamente proletária é que pode constituir movimentos de massa capazes de empreender processos de revolução (cf. FERNANDES, 1981, p. 78 e 79).

A experiência atual confirma a precisão e a densidade das interpretações empreendidas por Fernandes. O componente autocrático tende a se perpetuar travestido pelo Estado democrático instrumental, funcional apenas enquanto promotor do desenvolvimento econômico e enquanto instância de controle social, mas incapaz de se apresentar como instância que possibilite a absorção do conflito social na intenção de constituir políticas nacionais de mudança social. Mesmo depois de treze longos anos de governo de políticas sociais democráticas, as forças conservadoras conseguiram novamente forçar uma ruptura no poder, resgatando os velhos lemas da ordem e do bem nacional como forma de justificar o aparelhamento do Estado. Poderíamos abordar a insuficiência da experiência social democrática do Partido dos Trabalhadores, mas considerando o quadro da interpretação de Florestan Fernandes, os desafios são bem maiores do que aparentam e as pequenas mudanças aparecem como conquistas difíceis.

O centenário de Florestan Fernandes não poderia ser mais simbólico nesse sentido. Atualmente, sob a égide de um governo na qual a burocracia Estatal encontra-se aparelhada por militares, encontramos no pensamento desse célebre autor brasileiro a explicação do retorno conservador-reacionário e dos desafios a consolidação permanente do Estado democrático brasileiro. Paralelamente, assim como o autor definiu, as lutas sociais em defesa do Estado

democrático tendem a crescer em consonância com a expansão do capitalismo internamente. As classes burguesas buscam novamente renovar seu poder autocrático, conseguindo com relativa facilidade, o que comprovaria a eficácia da ditadura em abrir terreno a expansão do capitalismo dependente dentro do contexto do capitalismo monopolista global. Por outro lado, as tensões insanáveis decorrentes da dinâmica dessa forma capitalista tendem conduzir a integração da economia a rumos distintos, que fazem com que os trabalhadores se identifiquem com um projeto de nação diferente do encontrado.

Dentro desse contexto, a vinculação do proletariado com os movimentos progressistas, socialistas e comunistas advém de uma perspectiva histórica objetiva. Impossibilitadas pelas elites de participar do desenvolvimento nacional e de gozar da democracia, as classes trabalhadoras encontrariam seu papel revolucionário na privação da participação ativa na sociedade burguesa sob o capitalismo dependente. Caberia ainda, no entanto, constituir uma política trabalhista capaz de, primeiramente, construir uma visão proletária da história nacional, identificando os obstáculos estruturais e ideológicos para concretização de uma sociedade democrática, em seguida, constituir uma política revolucionária que buscasse a democracia.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, M. A. N. “A sociologia de Florestan Fernandes”. V. 22, n.1, Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2010

ARRUDA, M. A. N. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista””. In: História das Ciências sociais no Brasil, Vol. 2. Miceli S. et al. (Org). São Paulo: Editora Sumaré - FAPESP, 1995

BOLÍVAR, I; CASTAÑO, P; HENSEL, F. “Prácticas académicas, supuestos teóricos y nuevas formas de dar cuenta del estudio de lo social: las relaciones entre historia y ciencia política ” No. 27. Bogota: Historia crítica, Diciembre 2005.

CASTELO, R. “Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista”, Revista online marxismo21, 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em: 01 Dezembro de 2020.

COHN, G. Padrões e Dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: FERRATE, V. et al. (org.). São Paulo: Inteligência brasileira. Ed. Brasiliense, 1986

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. Anais do Colóquio do centro de estudos marxistas, CEMARX, V, 6 a 9 nov. 2007, Campinas: UNICAMP, IFCH, 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf. Acesso em: 01 Dezembro de 2020

FAUSTO, B. “História do Brasil”. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995

FERNANDES, F. “Existe uma crise da democracia brasileira?” [1954]. In. “Mudanças Sociais no Brasil”. São Paulo: Global Editora, 2013.

_____. “Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil” [1959]. In. “Mudanças Sociais no Brasil”. São Paulo: Global Editora, 2013.

_____. “A “Revolução Brasileira” e os Intelectuais ” [1965]. In. “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”. 5º ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. “A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil” [1965]. In. “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”. 5º ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. “Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil” [1966]. In. “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”. 5º ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. “O desenvolvimento como problema nacional ” [1967a]. In. “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”. 5º ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. “Sociedade de classe e subdesenvolvimento ” [1967b]. In. “Sociedade de classe e subdesenvolvimento”. 5º ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”[1973]. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975

_____. “Notas sobre o fascismo na América Latina” [1971] In. “Poder e contra poder na América Latina”. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1981

_____. “A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica [1966 – 1974]”. 5 ed. São Paulo: Globo, 2016.

_____. Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo” [1977]. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. “Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos” [1973-1979]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. “O que é revolução” [1981]. In. “Clássicos da Revolução Brasileira”. 4 Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005

FONSECA, P. C. D. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito” In. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015

IANNI, O. “A sociologia de Florestan Fernandes”. *Estudos avançados*, 10 (26), 1996.

JASMIN, MARCELO GANTUS. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. Vol. 20 no. 57, Revista Brasileira de Ciências sociais. fevereiro, 2005.

PERICÁS, Luiz Bernardo. “Introdução”. In: “Caminhos da Revolução Brasileira”. Org. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: BoiTempo.2019

PORTELA, A. “A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes”. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PRADO JR., C. “Vida social”. In “Formação do Brasil contemporâneo”. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SILVA, Ricardo Oliveira. História das Ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico. Vol. 7 No 13, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS. Julho de 2015.

SOUZA, P. O. “Florestan Fernandes e os dilemas da democracia no Brasil”. v. 31. São Paulo: Perspectivas, p. 85-96, jan./jun. 2007

TÓTORA, S. “A questão democrática em Florestan Fernandes”. Lua nova nº 48. 1999